



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – 3ª. EDIÇÃO (2011/2013)

### **A Cidade e as Mulheres:**

A Luta pela Moradia Digna no Bairro de Ponta d`Água, Praia, Cabo Verde.

JOSÉ CARLOS SEMEDO VIEIRA

PRAIA, AGOSTO DE 2013.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – 3ª. EDIÇÃO (2011/2013)

## **A Cidade e as Mulheres:**

A Luta pela Moradia Digna no Bairro de Ponta d`Água, Praia, Cabo Verde.

JOSÉ CARLOS SEMEDO VIEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Uni-CV como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Professora Doutora Jacqueline Britto Pólvora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, Brasil).

PRAIA, AGOSTO DE 2013

Dedico este trabalho aos meus filhos Cleidiana, Cleidir e Cleidisa.

Não é fácil encontrar o difícil  
O difícil é um esforço que se cultiva  
O fracasso é o caminho do sucesso  
E o sucesso é sinonimo de ser forte.  
(José Vieira)

## AGRADECIMENTOS

A concretização desse trabalho deve-se ao apoio prestado por um conjunto de pessoas. Daí os meus agradecimentos estendem-se para aqueles que diretamente ou indiretamente deram as suas colaborações.

Em primeiro lugar agradeço a deus pela vida e pela inspiração.

Agradeço aos meus pais pelo apoio, generosidade, mas também pela confiança prestado em mim.

Aos meus filhos, os meus sinceros carinhos pela compreensão, nos momentos que não consegui estar presente nas suas vidas.

À minha querida esposa Vera Afonso que sempre colaborou para que esse projeto tornasse concretizado.

Também agradeço aos meus irmãos que sempre estiveram do meu lado nessa caminhada.

A todos os meus professores de Mestrado e os meus colegas de formação pelo desejo de estar unidos na mesma fé e esperança em prol do desenvolvimento da pesquisa em Cabo Verde.

Um agradecimento muito especial à minha orientadora Jacqueline Pólvora, que foi extremamente presente, sempre me motivando com estímulo e desafio. E tem-me ajudado para além da dissertação, os ethos académicos, o hibridismo cultural e a generosidade necessária a transmissão do conhecimento. Será difícil não sentir saudades da sua presença dinâmica na sala de aula e em outros momentos de convívio. Agradeço sua paciência, humildade, confiança e amizade.

Aos meus amigos e colegas que também juntaram comigo na correção ortográfica e nos calorosos debates. Um agradecimento especial a José Maria Fernandes, Ângelo Correia, Felisberto Mendonça, Casimiro Afonseca, José Rui, Edmar Sequeira, Benvindo Mendes, Andreia Afonso, Vânia Afonso, Nelson, Pedro Martins, Helder Fonseca, Dionildo da luz entre outros.

Por fim agradeço a todos os que colaboraram comigo durante o trabalho de campo, em especial, Vânia, Domingas e Nair entre outros.

## RESUMO

Esse estudo sobre projeto de reabilitação de habitação no bairro de Ponta d'Água, visa compreender as representações sobre o espaço urbano na cidade da Praia, o que abre um diálogo sobre a forma como que as pessoas vêm e entendem o espaço em que vivem. Essa reflexão está vinculada a ideia de que o estudo de habitação engloba o espaço que a mesma ocupa, a estrutura e imagem do território, particularmente das áreas urbanas, permitindo-nos, então, interrogarmo-nos acerca da forma como se constrói, incluindo aqui as relações entre o indivíduo e a casa, entre esta e os espaços ao redor. Esta discussão permite-nos pensar que estar alojado é muito mais de que estar dentro de uma casa, no entanto implica segurança, conforto, espaço suficiente para a família, equipamentos, distância em relação ao emprego, aos serviços públicos/privados, aos diferentes tipos de comércio e as outras atividades complementares à habitação como, por exemplo, as de lazer.

A intervenção da ONG Citi Habitat em parceria com a Câmara Municipal e outros parceiros é discutida a partir de representação de vários atores envolvidos no projeto. Nestas circunstâncias, é analisado o significado que as pessoas atribuem ao projeto de habitação social implementado pela referida ONG. Esta análise é extensiva às famílias de baixa renda, principalmente as chefiadas por mulheres. Este estudo é de caráter qualitativo, e se baseia na observação direta e participante além da realização de entrevistas semi-estruturadas.

**Palavras-chave:** Cidade; Informalidade urbana; Mulheres; Pobreza; Representação espacial.

## **ABSTRACT**

This study on housing rehabilitation project in the neighborhood of Ponta d'Água aims to understand representations about urban space in Praia, which opens a dialogue about how people understand the space in which they live. This reflection relates to the idea that the study of housing encompasses the space that it occupies, as well as its structure and image. We ask how the space is understood, including the relationships between the individual and his/her home, between people, their house and the space around it. This discussion allows us to think that living is more than being in a house: it implies safety, comfort, and space enough for the family, equipment, mobility, besides public and private services as those of leisure.

I discussed some interventions of the NGO Citi Habitat in partnership with the City Hall and others, looking for the representation of various actors involved in the projects. I analyzed different meanings that people give to these housing interventions, especially from the point of view of low-income women.

This is a qualitative research and follows participant observations and semi-structured interviews.

**Keyword:** City, Urban informality, women, poverty, spatial representation.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Crescimento e dinâmica da população na cidade da Praia.....	27
Tabela 2: Zona de extensão da área urbana (1986-88) .....	31
Tabela 3: Distribuição da população de acordo com o reagrupamento dos bairros.....	36

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO (MAPAS E FOTOS)

Figura 1: Mapa das ilhas de Cabo Verde .....	18
Figura 2: Foto da Cidade da Praia.....	25
Figura 3: Fotos dos bairros de Palmarejo e Ponta d' Água .....	38
Figura 4: Foto do bairro de Ponta d'Água .....	48
Figura 5: Foto do muro construído em Ponta d' Água .....	64
Figura 6: Foto de bairro de Ponta d' Água .....	66
Figura 7: Características de arruamento em Ponta d' Água .....	76
Figura 8: Habitações degradadas em Ponta d' Água.....	98
Figura 9: Casa reabilitada pela ONG Citi Habitat no bairro de Ponta d' Água .....	101
Figura 10: Outra habitação reabilitada no bairro de Ponta d' Água .....	104

## **LISTA DE SIGLAS**

ADA – Agência de Distribuição de Água

CITI HABITAT – Centro de Inovação e tecnologia de Intervenção social para o Habitat

CMP – Câmara Municipal da Praia

ECV – Escudos Cabo-Verdiano

ELECTRA – Empresa Pública de Eletricidade e Água

IFH – Imobiliária Fundiária e Habitat

INE - Instituto Nacional de Estatística

JACV – Juventude Africano de Cabo Verde

MAHOT – Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território

MFPCV - Ministério de Finanças e Planeamento de Cabo Verde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – HABITAT – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

ONU – Organização das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional dos Trabalhadores

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PDU – Plano do Desenvolvimento Urbano

PDM – Plano Diretor Municipal

PUD – Plano Urbanístico Detalhado

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO .....	ii
ABSTRACT .....	iii
LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE ILUSTRAÇÃO (MAPAS E FOTOS) .....	v
LISTA DE SIGLAS .....	vi
INTRODUÇÃO. ....	1
1. Questões teóricas.....	3
1.1. A Cidade .....	3
1.2. Género e Espaço Urbano.....	8
1.3. Representações sobre o Espaço.....	10
2. Metodologia .....	11
2.1. Trabalho de Campo .....	11
2.2. Observação Direta e Participante .....	13
3. Estrutura do Trabalho .....	15
1.1. Caracterização Geral de Cabo Verde .....	17
1.2. Cidade Velha: berço das cidades Cabo-Verdianas.....	20
1.3. Vila da Praia: Evolução e Crescimento.....	22
1.4. Cidade da Praia .....	24
1.5. Crescimento Demográfico e Urbano no Período Colonial e Pós-Colonial .....	25
1.6. Os Principais Planos de Urbanização da Cidade de Praia.....	28
1.6.1. Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU).....	30
1.6.2. Plano Diretor Municipal da Praia (PDM) .....	32
1.7. A Fisionomia dos Bairros.....	33
1.8. Densidade Populacional por Agrupamentos dos Bairros na Cidade de Praia .....	35
1.9. O Surgimento dos Bairros Periféricos em Praia.....	37
1.11. Características Socioeconómicas .....	41
1.12. Infraestruturas e Equipamentos Públicos .....	44
1.13. Saneamento Básico .....	46

1.14. Educação e Cultura.....	49
<b>CAPÍTULO 2: A ONG CITI HABITAT E SEUS PROJETOS NO BAIRRO PONTA D'ÁGUA</b> .....	<b>52</b>
2.1. Enquadramento da Área de Estudo .....	52
2.2. Histórico do Projeto Citi Habitat.....	59
2.3. Origem e Objetivo da ONG Citi Habitat.....	61
2.4. Os moradores, a ONG, a Câmara e as Obras: negociações existentes e necessárias. ....	62
2.5. A Ligação de Água Domiciliária .....	68
2.6. O Papel da Câmara Municipal da Praia em Parceria com a Citi Habitat no Desenvolvimento do Projeto de Habitação no Bairro de Ponta d'Água. ....	71
2.7. Sobre as infraestruturas, serviços e equipamentos coletivos.....	75
2.8. Saneamento Básico .....	77
2.9. Os Equipamentos Coletivos .....	78
2.10. Sobre as Condições Socioeconómicas do Bairro. ....	81
<b>CAPÍTULO 3. AS MORADORAS E O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO NO BAIRRO DE PONTA D'ÁGUA.</b> .....	<b>84</b>
3.1. O Bairro e as Mulheres.....	84
3.2. Políticas Habitacionais, Género e a OnG Citi Habitat. ....	88
3.3. Do Campo e o Desafio de Vida na Cidade.....	90
3.4. A Luta pela Casa Própria e o Desejo ao Pertencimento à Cidade.....	93
3.5. Representações SócioEspaciais das Moradoras e das Entidades Intervenientes do Projeto Habitação Social.....	97
3.5.1. Informalidade e o Projeto de Reabilitação de Habitação Social. ....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>112</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO.

Nesse trabalho estudamos o projeto de habitação no bairro de Ponta d'Água na cidade da Praia. Ponta d'Água é um bairro periférico e informal da cidade da Praia que foi povoado pelos migrantes do interior da ilha de Santiago e de outras ilhas. O crescimento do bairro tem sido muito associado com a pobreza e aumento de assentamentos informais. Na tentativa de garantir melhores condições de habitabilidade aos moradores do bairro, a ONG Citi Habitat vem desenvolvendo um projeto de habitação às pessoas de baixa renda. Para esse estudo temos como objetivo geral compreender as representações sobre o espaço urbano na cidade da Praia. E para os objetivos específicos procuramos perceber como que as pessoas vêem e entendem o espaço em que vivem e por último, perceber o significado que as mesmas atribuem ao projeto de habitação social implementado pela Citi Habitat no bairro de Ponta d'Água.

A habitação, enquanto objeto de estudo, não é referenciada na literatura antropológica nos estudos cabo-verdianos. Deste modo, responsabilizamo-nos por abordá-la no nosso trabalho pelo seu significado e por ser um “problema fundamental da sobrevivência quotidiana” (Matos, 2001 p. 32).

Propomo-nos tratar a temática sobre o projeto de habitação social implementada pela ONG Citi Habitat na cidade da Praia no bairro de Ponta d'Água, por ser a habitação um elemento que dá conforto, a possibilidade da vida familiar e abrigo contra os elementos naturais. Aliás o nº 1 do artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade<sup>1</sup> (ONU, 2004 p8.).

Esta perspectiva, que se centra na família e nas suas condições habitacionais justifica que o seu estudo se realize em busca de tentar compreender este fenómeno em locais particulares.

---

<sup>1</sup>Refira-se, entre outras, algumas das iniciativas levadas a cabo pelas Nações Unidas, nestes últimos anos. Este organismo chama a atenção para a necessidade de melhoria da qualidade de vida das populações, particularmente as dos países do Terceiro Mundo, salientando a questão da habitação.

Este estudo é de caráter qualitativo e o instrumento de recolha de dados utilizado foi a entrevista aberta e dirigida, observação direta e participante, mais adequado para reconstituir o universo de participação social e o sistema de representação dos moradores, além da pesquisa bibliográfica.

Com esta temática queremos deixar pistas aos poderes públicos para reflexão sobre a problemática da habitação na cidade da Praia, mais concretamente no bairro de Ponta d'Água, bem como chamar atenção à sociedade civil sobre a importância do seu envolvimento na resolução do seu próprio problema.

Para a materialização do nosso estudo, levantamos a seguinte questão: Que representações têm os diferentes atores sobre o espaço urbano no bairro de Ponta d'Água na cidade da Praia? Tendo em conta a forma como constroem e definem a sua realidade, como articulam e que peso relativo têm os factos que vivenciam?

A partir destas, fui conduzido a outra questão menor englobada pelas primeiras: uma primeira relacionada ao estudo de habitação a partir do espaço que a mesma ocupa, a estrutura e imagem do território, particularmente das áreas urbanas. Interrogarmo-nos então acerca da forma como se constrói estas imagens, incluindo aqui as relações entre o indivíduo e o habitat, entre a casa e os espaços ao redor. Ou seja, como se habita nas áreas urbanas.

A produção da cidade de Praia, está bastante influenciada por fatores económicos e bastante determinada pelas mulheres que ocupam o espaço e fazem dele o lugar para se realojar e sustentar as suas famílias (Pólvora, 2013).

Nessa pesquisa analisamos o espaço enquanto produzido e apropriado por mulheres. Também a partir do ponto de vista da exclusão social à que estão submetidas que aparece no bairro de Ponta d'água sob a forma de habitações precárias, poucas infraestruturas e serviços públicos.

Finalmente, os beneficiários do projeto proposto pela ONG Citi Habitat, que executou os projetos de habitação para realojar essas mulheres e suas famílias têm experiências e percepções diversas, ademais que atribuem significados diversos, que nem sempre vão ao encontro do que as políticas públicas levadas pela Câmara Municipal da Praia que está propondo ao espaço.

## 1. Questões teóricas

### 1.1. A Cidade

A nossa análise teórica sobre a cidade perpassa o corpo teórico sobre o espaço urbano (Oliven 1980; Grafmeyer 1994; Maricato 2006; Horta 2007; Tavares 2009; UN-Habitat/IPEA 2011), bem como a do género e espaço urbano, (Medeiros e Costa 2008; Oliveira e Cassab 2010; Viana 2005), além da literatura sobre representações do espaço (Oliven 1980; Randolph e Limonad 2002; Davis 2006). Para este corpo teórico, ainda que cada um com suas nuances nas abordagens, a cidade enquanto espaço construído é resultado de diversas intervenções que atravessam valores, projetos econômicos e identitários. A partir da interpretação das ideias desses autores considera-se “a cidade enquanto produção social é simultaneamente a população, quadro físico e unidade de vida coletiva, configuração de objetos físicos, nó de relações e nó entre os seres humanos” (Grafmeyer, 1994 p. 151).

Para Weber (in: Tavares, 2009 p. 24) a cidade é um mercado de bens e de dinheiro, na medida em que ela contém a população exigida pelo aparelho produtivo. A cidade é o espaço de concentração de população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades. A cidade implica uma comunidade com alto grau de autonomia e como “lugar de intercâmbio”.

De acordo com Oliven (1980) a cidade é expressa como um espaço heterogêneo e pode ser entendida pelo prisma weberiano, no qual uma relação social ou uma interação de pessoas dá origem a sistemas complexos de relações como a família, o Estado, uma economia de mercado, uma fortificação entre outras que, por sua configuração, só poderiam ocorrer no contexto Ocidental.

Se para Weber, o estudo da cidade se inseria numa análise histórico-comparativa mais abrangente e, neste sentido, revelava uma especial preocupação com a relação entre os processos históricos e estilos de vida urbana, para o sociólogo alemão Georg Simmel a dimensão sócio-psicológica da urbanidade assume uma importância central na análise das cidades modernas. A abordagem sociológica de Simmel refere que as relações sociais na cidade são mediadas pela força do capitalismo e em particular pela economia do dinheiro. Simmel “incide sobre as vivências dos seus habitantes, as suas representações mentais, códigos morais e modos de percepção que se desenvolve no contexto urbano e que estão subjacentes à cultura da modernidade” (Simmel *in*: Horta 2007 p. 98).

A perspectiva de Wirth centra-se no estudo das características das pessoas que vivem na cidade e no modo como as vivências na cidade produzem uma cultura distinta – a cultura urbana. Daí diz:

O estabelecimento da cidade implicaria numa forma de cultura caracterizada por papéis sociais altamente fragmentados predominância do contacto secundário sobre primário, isolamento, anonimato, superficialidade, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controlo social direto, diversidade e fugacidade dos envoltimentos sociais, afrouxamento dos laços familiares, competição individualista e tudo isso torna a urbanização um processo complexo (Wirth *in*: Oliven 1980 p. 21).

No fundo é no espaço público que se encontra um conjunto de atividades diretamente ligadas a vida urbana (atos coletivos, participação social, cultural e cívica, equipamentos coletivos, serviços públicos e património, interesse económico, político, ideológico), marcado pela urbanização. Ou seja, um processo pelo qual uma percentagem significativamente importante de uma população humana se agrupa no espaço, formando aglomerados funcionais e socialmente interrelacionados do ponto de vista interno, os quais “espelham a formação e a construção da cidade” (Horta, 2007, p 48).

Para pensarmos as cidades em países em desenvolvimento como Cabo Verde, servimo-nos de M. Davis (2006), para quem a urbanização nestes países já foi num ritmo velocíssimo (3,8 % ao ano entre 1960 a 1963) e isso acabou por refletir em políticas urbanas que aumentam o desemprego, a pobreza e a exclusão social, cujas consequências são sentidas até hoje. Para este autor, obviamente, parte do segredo é que as políticas de desregulamentação agrícola aceleraram o êxodo da mão-de-obra rural excedente para o mundo urbano. O crescimento da população urbana levou muitas pessoas a viverem na informalidade.

Segundo a publicação do Instituto de Pesquisa Económica Aplicada em parceria com as Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat/IPEA, 2011), em muitos países em desenvolvimento a expansão urbana tem se caracterizado pela informalidade e em assentamentos sem planeamento. O crescimento urbano tem se associado muito fortemente com a pobreza e o crescimento de assentamentos precários.

Ainda, em outra publicação da UN/Habitat (2003 p. 11), esta organização aponta que a informalidade em território urbano é caracterizado em parte, ou em sua totalidade por um conjunto de referências: Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; ocupações marcadas pela alta densidade de habitações; insuficiência histórica de investimento do Estado e do mercado formal, principalmente

no imobiliário de serviço e financeiro; forte estigmatização sócio espacial especialmente inferidas por moradores de outras áreas da cidade; edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não estão na base de políticas orientadas pelo Estado; apropriação social de território com uso predominante, para fins de moradia; taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade; indicadores educacionais, ambientais e económicas abaixo da média do conjunto da cidade; ocupações de lugares com um elevado grau de vulnerabilidade ambiental; relações de vizinhança, com fortes sociabilidades em que há uma valorização do espaço comum, com lugares de convivência; incidência de algumas zonas problemáticas, onde se registam violência, alcoolismo, dentre outros problemas sociais.

Embora as referências acima mencionadas foram utilizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para caracterização das “favelas”, não quero chamar Ponta d’Água de “favela” já que seus moradores não reconhecem o bairro enquanto tal. Ainda que esta seja uma terminologia não utilizada nem reconhecida em Cabo Verde, pode-se identificar algumas características citadas na realidade estudada.

A informalidade é o resultado, dentre outros fatores, da expansão demográfica mundial. Em meados do século XX, três em cada 10 pessoas do planeta moravam em áreas urbanas. A expansão demográfica teve o crescimento mais rápido nas cidades do mundo todo. Posteriormente, teve lugar um processo lento, mas constante, de desaceleração. Na atualidade, metade da população mundial vive em áreas urbanas e até a metade deste século todas as regiões serão predominantemente urbanas, com o ponto de inflexão antecipado para um pouco depois de 2050 na África Oriental. Segundo as previsões atuais, praticamente todo o crescimento populacional do mundo durante os próximos 30 anos estará concentrado nas áreas urbanas (UN-Habitat/IPEA, 2011).

No caso de Cabo Verde, em especial a cidade Praia não está fora desse realidade, pois em termos históricos o seu crescimento demográfico foi marcado pela continuidade e descontinuidade e por alguma constância no crescimento populacional do meio urbano. Em termos de dimensão e densidade para a Vila da Praia quando foi elevada a categoria da cidade em 1858, tinha 2255 habitantes e a cidade estava circunscrita ao Plateau. “No ano 2010 a população aumentou para os 131.719 habitantes” (INE, 2010). De acordo com o estudo realizado com a ONU Habitat (2011 p.10) “a cidade expandiu para fora do perímetro de Plateau e ocupa uma área de 101.464.591 m<sup>2</sup>”.

Ao sublinhar a condição urbana da cidade da Praia, esta produziu um novo modo de “espacialização social”. Nesta mesma linha, Shields propõe o conceito de “espacialização social” para captar o modo como os processos espaciais emergem em estreita relação com o desenvolvimento social e humano. Para este autor, a espacialização social compreende tanto uma apreciação do imaginário social como das ações da intervenção no meio edificado. Assim, a construção social do espaço é entendida como “uma formação resultante de elementos discursivos e não discursivos, práticas e processos” (Shields, *in*: Horta 2007 p. 31).

A cidade da Praia é o espaço que alberga maior parte da população em Cabo Verde, perfazendo 62% da população (UN/HABITAT 2011). A gestão deste espaço de uma forma justa, democrática e equitativa é um desafio sem solução à vista. Prova disto, é notório ver uma parte da cidade onde as pessoas usufruem de equipamentos e de infraestruturas e uma outra parte onde as pessoas vivem à margem de uma cidade formal, “ilegal” na opinião das autoridades, excluída na minha, e impossibilitada de usufruir dos principais bens da cidade. Ainda de acordo com as autoridades a ocupação do espaço na periferia da cidade de forma “clandestina” tem trazido consequências negativas sobre a implantação de equipamentos e de serviços no solo, traçados das ruas, acessibilidade do bairro, segurança pública e habitacional e saneamento básico.

Neste trabalho eu penso a utilização do termo “construção clandestina” por parte das autoridades como algo importante e controverso dentro do quadro da política urbana nacional, ocorrendo uma espécie de desresponsabilização do Estado em garantir o direito à moradia digna a todas as camadas sociais. Para o poder público, mídia e senso comum, os moradores “clandestinos” aparecem simultaneamente como: a) uma resposta às necessidades de alojamento pela população que não encontra no mercado legal soluções compatíveis com as suas capacidades económicas ou com as suas aspirações; b) produtores de construções de má qualidade; c) os que constroem sem licença casas próprias e unifamiliares; d) pessoas que não participam na garantia de um espaço urbano de qualidade dada a precariedade em nível de infraestruturas. Para os agentes públicos, incluindo a mídia, tudo isso se mistura ao ponto de aparecer nos discursos de forma a criminalizar as pessoas. Neste trabalho, eu compreendo que apesar das suas limitações e de graves problemas que criam as construções informais, é necessário ter em conta que as habitações informais são uma manifestação de vitalidade das populações. As pessoas que buscam a habitação no setor informal querem ter um espaço

para albergar e dar segurança a família, querem ter um espaço para concentrar sua vida, suas atividades e um espaço para lazer e tranquilidade.

Compreendo ainda que se torna necessário que se tome medidas para garantir o direito à moradia digna dentro de um enquadramento legal, que não marginalize os pobres ao mesmo tempo em que se criem condições que reduzam as desvantagens em relação aos grupos que vivem na cidade formal.

Mais ainda, há uma fronteira ténue entre a formalidade e a informalidade dado que em bairros formais como o Palmarejo, Achada Santo António entre outros encontramos algumas marcas de informalidade e nos bairros periféricos como a Ponta d'Água, denominado agora por mim de informal, também encontramos marcas de formalidade.

Por exemplo, para além de habitação informal, também uma outra prática que encontramos em Ponta d'Água que são chamados de “clandestinas” é a existência de arranjos ligados à moradia que são a água e a energia. Por sua vez a ELECTRA todos os meses manda as contas referentes ao gasto desses bens para ser pagas. É de realçar ainda que uma das subzonas do bairro, na subzona IV, encontram-se marcas de formalidade dado que foi totalmente programada pelo Plano Urbanístico Detalhado (PUD). Daí se justifica que nos bairros periféricos informais há marcas de formalidade. Mais ainda, em relação à atitude, os poderes públicos como a Câmara Municipal da Praia (CMP), privados, e a Organização Não Governamental (ONG) apontam nos seus discursos que as pessoas não participam para ter uma cidade limpa, porque colocam lixo no chão e isso distancia um pouco da responsabilidade que têm, quando são eles que devem disponibilizar contentores para se colocar o lixo.

Também nos bairros formais, os esforços que as pessoas fazem pela iniciativa pessoal para levar as redes de esgotos as suas moradias, são exemplos de marcas de informalidade.

Portanto, eu argumento que esses discursos marginalizam os habitantes dos bairros periféricos informais, por reforçarem sua condição de exclusão.

Engels refere o modo como a sociedade capitalista dos finais de século XIX cria novas formas de segregação espacial e social. A burguesia e os proletariados, os ricos e os pobres vivem em bairros segregados “[...] a pobreza encontra-se escondida [...] fora do alcance das classes mais desfavorecidas da sociedade” através de efeitos estigmatizante das políticas públicas (Engels *in*: Horta 2007 p. 90).

Neste trabalho, argumento que a descontrolada explosão demográfica humana, juntamente com políticas públicas inconsistentes, assim como planejamentos urbanos e rurais inadequados têm resultado no aumento da pobreza na cidade da Praia, principalmente nos bairros periféricos informais, trazendo consigo inúmeros problemas, como a falta de infraestruturas e de equipamentos, de transportes urbanos e de saneamento básico. Conjuntamente a esses problemas, um dos que mais afligem tanto a população quanto os administradores públicos é a falta de habitação.

A ausência de políticas públicas na cidade da Praia para a regularização fundiária de assentamentos informais de pessoas de baixa renda levou as pessoas a ocupar os espaços nas periferias da cidade onde há poucas condições de habitabilidade. “Aliado a implementação de políticas públicas inconsistentes, a chamada “ilegalidade” continuada após a urbanização contribui para a deterioração, pois não dá a prefeitura (em Cabo Verde a CMP) o poder da política (fiscalização) quanto ao uso e ocupação do solo no local” (Maricato, 2006 p. 214).

Portanto, caberia ao Estado a criação de condições gerais para o desenvolvimento urbano as quais foram tomadas quando já havia se iniciado um processo descontrolado de urbanização. As políticas públicas urbanas empregadas na tentativa de conter o crescimento desordenado da cidade da Praia se mostraram excludentes e de caráter discriminatório, gerando mais pobreza, marginalização, déficits habitacionais e degradação ambiental nos bairros periféricos informais.

Além da discussão das teorias sobre o urbano, também entra na discussão desse trabalho as teorias sobre o género e o espaço urbano que de seguida apresentaremos. Vamos explorar as relações entre políticas públicas e o espaço configurado por mulheres nos bairros periférico da cidade da Praia. Concentramo-nos na forma como as políticas públicas têm afastado as mulheres do direito à habitação digna e o papel que ONG Citi habitat teve na tentativa de inclusão dessas mulheres.

## **1.2. Género e Espaço Urbano**

O êxodo rural, fenómeno iniciado desde a época colonial que paralelamente com as mudanças que depois dos anos 70 afetaram a estrutura demográfica da população cabo-verdiana, tiveram impactos significativos nas reconfigurações tanto da distribuição espacial da população no conjunto de território, como das formas predominantes de

ocupação e de organização de espaço. Face a migração de campo para a cidade, muitas mulheres foram empurradas para os bairros periféricos da cidade da Praia.

A falta de políticas de planeamento vem afetar principalmente as mulheres de baixa renda e da periferia gerando o que a literatura chama de “feminização da pobreza”, que é uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres. (Medeiros e Costa 2008, p.1). As mulheres são privadas de maneiras formais e seguras de subsistência que poderiam tirar dos terríveis resultados sócio-económicos, associados com as condições informais e inseguras que são forçadas a viver.

Se de modo geral não podemos desconsiderar o imenso caminho a ser trilhado rumo a uma sociedade que suprima as desigualdades nas relações que reproduzem distintas formas de dominação, não podemos tampouco desconsiderar, em particular:

As distâncias entre homens e mulheres impossibilitados do acesso à "casa" pelas leis excludentes do mercado imobiliário ou distantes dos benefícios do desenvolvimento, embora as mulheres sejam construtores efetivos da história de cada dia, resistindo aos processos segregatórios, modelando o espaço urbano, constituindo-se, portanto, como efetivos produtores da cidade (Viana, 2005 p.80).

A clássica construção social do gênero feminino que aloca prioritária e majoritariamente a mulher ao espaço privado da “casa”, e o homem à esfera pública da “rua”, “mobiliza a mulher como a principal defensora do direito a moradia digna já que ela tem que ficar em casa com os filhos” sendo elas, portanto que de forma mais contundente experienciam as carências de cada dia (Saffioti *in*: Viana 2005 p. 143).

No caso de Cabo Verde, as mudanças nas relações de trabalho, a escassez de trabalho para os homens, e mesmo a migração colocou as mulheres na rua, obrigando-as a assumirem duplas jornadas de trabalho para manterem suas famílias: trabalho doméstico e trabalho externo.

Apesar de por um lado a Constituição da República de Cabo Verde no seu artigo 71º, garantir o fomento da habitação por parte dos poderes públicos e privados, por outro lado, verifica-se uma elevada parcela da população que sequer não usufrui do direito de sobrevivência, pela violação constante de seus direitos, minando qualquer possibilidade de acesso à moradia digna. Mais ainda, o empobrecimento da população, o aumento do desemprego, a informalização do trabalho e a ampliação do número de famílias em moradias inadequadas configuram estes problemas como sinónimos de desigualdades, exclusão socioeconômica e sócioespacial causando impactos direto na vida das famílias que reivindicam moradias.

Aliada aos novos arranjos familiares para o sustento das famílias, se fez necessário agregar ao desemprego ou ao emprego assalariado do pai, trabalhos informais da mãe, de crianças ou de outros parentes: “Neste sentido, a mulher, muitas vezes, torna-se o membro principal do arrimo familiar, ingressando no mercado de trabalho, coordenando a renda e assumindo o cargo de chefia familiar” (Oliveira e Cassab, 2010, p.81).

O desejo de uma localização fixa e duradoura, mesmo que nem sempre definitiva, onde possa habitar só ou com seus familiares, é um dos sonhos mais antigos das mulheres de Ponta d’Água em manifestar o direito de ter uma casa. Para tanto, na tentativa de combater a exclusão social no bairro de Ponta d’água na cidade da Praia, a ONG Citi Habitat vem desenvolvendo projeto de habitação social às famílias de baixa renda, atingindo principalmente as que são chefiadas pelas mulheres.

Face as inúmeras dificuldades que o bairro enfrenta na área de habitação social, regista-se portanto a procura de soluções integradas e sustentáveis de comunidade local que emerge das iniciativas de sociedade civil e de ONGs local e estrangeiras, numa dinâmica crescente que cruza diferentes sectores da população em prol das melhorias de condições de vida, em funções do conhecimento e disponibilidades locais e de ajuda de entidades competentes que se associam. É importante perceber essa dinâmica, entender os sentidos que os diferentes atores atribuem às suas ações e a forma como os mesmos vêm a realidade à sua volta.

Na procura compreender a realidade do bairro nos preocupou fazer uma discussão teórica que refere as teorias sobre representação espacial. No item abaixo pretendemos mostrar que o projeto de habitação no bairro foi executado a partir das formas como os diferentes atores envolvidos pensam, representam, organizam e classificam o espaço em que vivem.

### **1.3. Representações sobre o Espaço.**

O projeto de habitação para além de envolver as necessidades das famílias, ele é um resultado produtivo que envolve um conjunto de atores: ONG Citi Habitat, Câmara Municipal, beneficiários de projeto (moradores do bairro). A partir das suas envolvências dentro do espaço urbano do bairro, podemos analisar a formação de respostas que sejam conscientes e inconscientes para cenas urbanas em representações

sociais, já que “formas urbanas e espaços são imbuídos de conotações afetivas, carregados de significados emocionais e míticos” (Randolph e Limonad 2002, p.25)

A construção da esfera pública e privada do bairro é constituído por diferentes usos que “implicam ambiente diferenciados de lazer, trabalho e consumo com sintaxes espaciais próprias e componentes físicos e psicológicos diferentes – que, em um grau ou outro, interferem e contribuem para mediar as relações sociais na cidade” (Cullen *in* Randolph e Limonad: 2002 p.17).

O projeto de habitação como um elemento que envolve sistema de emprego, indústria de construção, promotores entre outros, faz parte de reflexo de políticas sociais urbanas. Uma vez que o seu significado varia de época para época ou seja varia com a forma como “as culturas, a sociedade e os grupos sociais, pensam, representam, organizam e classificam o espaço em que vivem” (Oliven, 1980 p. 14).

Nosso campo de investigação circunscreve-se à cidade da Praia e mais concretamente ao bairro de Ponta d'Água. Consideramos que é um espaço onde desenvolve-se uma vivência urbana produto de uma relação social e ao mesmo tempo “um continente preenchido com obras arquitetónicas e significados sociais” sociais (Lefèbvre *in* Randolph e Limonad: 2002 p. 16-17). No entanto é nesta lógica que procuramos estudar o sentido que os diferentes atores atribuem ao projeto de habitação implementado pela Citi Habitat no bairro de Ponta d'Água.

## **2. Metodologia**

O estudo é de carácter qualitativo, em que o procedimento conduz a tipologia estudo de caso, enquadrado no bairro de Ponta d'Água na cidade da Praia. O nosso estudo centralizou-se em algumas bibliografias existente sobre o assunto, na realização de entrevistas semi-estruturadas e na observação direta e participante que de seguida apresentaremos.

### **2.1. Trabalho de Campo**

O trabalho de campo é um dos rituais de passagem mais esperados para o antropólogo. A preocupação durante muito tempo por parte da Antropologia em estudar as sociedades simples, fazendo o investigador viajar para lugares longínquos para estudar as outras culturas foi um grande desafio. Tudo isso, levou o antropólogo a interpretar a sua própria cultura e questionar seus pressupostos partindo do pressuposto

“de que onde há homem há cultura” (Gonçalves, 2002, p. 20). Trata-se de compreender nossos rituais, nossos símbolos, nosso sistema de parentesco, nosso sistema de trocas, enfim a nossa vivência do cotidiano.

De acordo com Oliven (2007) uma boa Antropologia nas sociedades urbanas e complexas precisa de ser radical, no sentido etimológico do termo, isto é procurar ir a raiz dos fenômenos que estuda, sem ter medo de desafiar tabus e conhecimentos consagrados.

Ainda segundo Velho dentro da nossa própria cultura existe constantemente experiência quando se refere a questão de “observando o familiar” (Velho, 1980 p.16). Daí a importância de perceber como os indivíduos da sociedade investigada constroem e definem a sua realidade, como articulam e que peso relativo tem os factos que vivenciam. O bairro de Ponta d'água é marcado pela divisão de trabalho e inúmeras descontinuidades e diferenças provindas de trajetórias e vivência específicas, embora há possibilidade de os seus habitantes partilharem património culturais próximas do Antropólogo que faz a pesquisa na sua cidade. Na sociedade moderna a vida social e cultural se dão em múltiplos planos, em várias realidades que estão referidas a nível institucionais distintos. O individuo da sociedade moderna move-se por esse plano, realidade e constrói a sua identidade a partir desse movimento.

Antes de apresentar mais detalhe sobre o trabalho de campo é preciso contar a razão que levou-me a fazer a pesquisa dentro da minha cidade. Desde 2001 que cheguei a cidade da Praia, construí a minha casa e estabeleci a minha residência no bairro de Ponta d'Água. Dado que no referido lugar não havia água encanada e nem muro de proteção para assegurar as habitações, num belo dia os promotores de projeto da ONG Citi Habitat e da Câmara Municipal fizeram uma reunião com os habitantes do bairro, no sentido de ouvir as suas necessidades. Eu fazia parte dos encontros onde informavam-nos que havia um projeto para o bairro e explicaram-nos como o mesmo seria desenvolvido. O meu interesse para fazer essa pesquisa surgiu quando no decorrer do encontro vi cada morador do bairro a dar a sua opinião sobre a forma de como queria que o projeto poderia ser executado. A partir daí, eu pensava que poderia centralizar meu estudo no projeto de habitação implementada pela ONG em nosso bairro pensando em analisar os sentidos que as pessoas atribuem a esse projeto. Fazia-se, pouco a pouco, claro que aí tinha que explorar uma outra dimensão do trabalho que prende-se com a forma como as pessoas vêm e entendem a realidade à sua volta.

Portanto, face à proximidade geográfica com o grupo estudado, foi possível proceder preliminarmente a uma observação exploratória, a partir da qual se dará início à elaboração do primeiro plano da observação no terreno que de seguida abordaremos no item abaixo.

## **2.2. Observação Direta e Participante**

No estudo sobre este projeto de habitação social estabelecemos duas etapas de trabalho de campo: Na primeira etapa identificamos os pontos de referência conhecidos do espaço do bairro por sua relação com as atividades e os equipamentos, fizemos caminhadas a fim de reconhecer as áreas que são circunscritas por esses equipamentos.

Segundo Magnani (1996) o processo da caminhada pelo efeito de estranhamento permite que o pesquisador treine e dirija o seu olhar por uma realidade inicialmente tida como conhecida e familiar. O importante era deixar impregnar-se pelos estímulos sensoriais durante o percurso. Também estar atento a materialidade da paisagem: disposição das edificações e equipamentos, relações entre os espaços vazios e construídos, ruídos, cores, cheiro, escala e volumetria. Numa caminhada feita para as várias subzonas, constatei algumas casas construídas e remodeladas pela ONG Citi Habitat.

Na segunda etapa fiz mapeamento dos roteiros internos e identifiquei os pontos de articulação com outras áreas e delimitação de fronteiras.

A partir daí observei no referido bairro que as pessoas interagem em casa e fora de casa. Em casa essas interações são marcadas por relações familiares onde se comemora festa de aniversário, casamento, batizado e outros acontecimentos extraordinários da comunidade. Ainda dentro do bairro e fora da casa ocorre um conjunto de atividades como torneio de futebol, bailes no terraço, atividades religiosas nas igrejas, convívio nos bares, atividades nas escolas no posto de saúde entre outras. Há também mulheres que fazem vendas ambulantes nos arredores dos passeios e porta a porta. Elas vão para os chafarizes apanhar água, levam os filhos para a escola, trabalham como empregadas domésticas, vendedeiras de rua, no bairro e fora do bairro. Ainda é no espaço da rua que observamos a trama do quotidiano partilhado tanto por mulheres e homens: pequenos serviços, a participação em atividades comunitária, troca de informações, lazer, jogos de interesses e conflitos. As mulheres constituem como autênticas produtoras do espaço urbano.

Para Magnani (1996) é no espaço intermediário entre o público e o privado (casa) que se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, no entanto mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas imposta pela sociedade.

Ainda é de salientar que participei, diretamente em algumas atividades acima referidos com objetivo de tentar compreender o significado e a vivência sócio cultural dos habitantes do bairro. Nestas circunstâncias no nosso convívio cotidiano com os habitantes, permitiu-me viver algumas emoções conjuntamente. Conforme observou Ludke e André (1986) a observação participante leva o pesquisador a se aproximar da “perspetiva dos sujeitos” e ajuda o mesmo a apreender o significado da realidade que lhes envolvem e as suas próprias ações.

Durante a observação e convivência interpretamos as práticas sociais, induzidas ou produzidas pelas estruturas e tentei perceber as representações culturais dos diversos grupos de atores sociais e das diferentes possibilidades de intervenção. No fundo como antropólogos nos baseamos na lógica de “interpretação das interpretações” ou seja procurei refletir como que “as culturas, grupos, representam, organizam e classificam as suas próprias experiências”. (Geertz, 1989 p. 31).

De um modo geral, cabe observar que a visão dos habitantes do bairro, as ações da Câmara Municipal, do governo e da ONG Citi Habitat através de projeto de habitação social, são práticas que supõe a formação de vínculos e implica determinadas formas de relação com o espaço e equipamentos urbanos, que enfim, dá para pensar a dinâmica do bairro.

Ao longo deste trabalho fiz algumas entrevistas abertas e dirigidas com alguns habitantes do bairro, (moradores e beneficiários de projeto) com o promotor do projeto Citi Habitat e responsável da Câmara Municipal. Se por um lado a observação participante “nos permite observar e anotar (no diário de campo) acontecimentos e detalhes que se revelam importantes na compreensão e interpretações das informações” (Carvalho, 2009, p. 146), por outro lado as entrevistas semi-dirigidas abertas “dada à sua flexibilidade não se limitassem às perguntas preestabelecidas” (idem).

Durante a caminhada para evitar a distração perante uma multiplicidade de estímulos montei modelo destinado a dirigir e organizar desde o início a observação, atores ou regras. O cenário não se deve confundir apenas como conjunto de elementos físicos mas como práticas sociais que vincula o indivíduo ao lugar. Portanto, delimitar o cenário significa identificar marcos, anotar pontos de intersecção, considerando não

apenas a presença e ausência de estruturas físicas e equipamentos, mas desses elementos relacionando com a prática quotidiana daqueles que usam o espaço de uma ou outra forma: os atores.

Durante a entrevista, os moradores do bairro, o responsável da Câmara Municipal da Praia e da Citi Habitat “falaram abertamente com as palavras que desejar e pela ordem que lhes convinham, mediante um guião com perguntas flexíveis”. O nosso papel como investigador foi “reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível” (Quivy e Campenhoudt 2005, p. 193).

Portanto, para compreender o significado do espaço e as ações dos diversos atores que atuam sobre o espaço, para além de fazemos uma observação cuidadosa do espaço e tivemos uma convivência prolongada com os habitantes, usando paciência e perseverança junto do grupo pesquisado, também consultamos relatórios e documentos, de alguns autores consagrados sobre o tema que se encontra no item abaixo.

Como complemento às entrevistas para a elaboração do referido trabalho, examinei documentos, relatórios, disponibilizado pela ONG. Também recorri a vários centros de documentação cabo-verdianas, como por exemplo à Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Nacional, consultei arquivos da Câmara Municipal da Praia e do Ministério de Habitação e Ordenamento do Território. É de salientar que tive a possibilidade de consultar o Plano Diretor Municipal da Praia, o estudo feito sobre o Perfil Urbano da cidade da Praia e o Esquema Regional de Ordenamento do Território. Os documentos recolhidos deram-nos muitas pistas que nos ajudam a refletir o enquadramento da cidade a onde nosso estudo foi realizado.

### **3. Estrutura do Trabalho**

Em termos de estrutura o trabalho está dividido em três capítulos para além desta introdução.

No primeiro capítulo procuramos enquadrar historicamente a Praia no contexto de Cabo Verde, fazemos a caracterização geral de Cabo Verde onde também discutimos a origem e a evolução das cidades na ilha de Santiago mais concretamente a cidade da Praia.

No segundo momento procuramos abordar o papel do porto da Praia, no processo de crescimento da cidade e a forma como as políticas urbanas têm marcado a configuração espacial da cidade. Tendo em conta que segundo Keith & Pile (*in*: Randolph e Limonad 2002, p. 38) “todas as espacialidades são políticas”, tentamos demonstrar como que o poder hegemónico, geralmente define o conteúdo e as fronteiras das ações e práticas de políticas do lugar, bem como a forma como o poder contra-hegemónico teria condições de conquistar o espaço suficiente e consolidar o seu lugar no caso de divergência de jogo de interesse.

No terceiro momento nos debruçamos sobre o aparecimento e a fisionomia dos bairros periféricos. Ainda fazemos um mapeamento sobre as características de alojamento e de edifício, discutimos a situação socioeconómicas das famílias praienses, fazemos levantamento das infraestruturas e equipamentos públicos, analisamos criticamente a sua distribuição nos diferentes bairros periféricos da cidade da Praia. Discutimos também o saneamento básico na cidade da Praia, bem como os indicadores da educação e cultura e as suas influências no emprego e no acesso à moradia digna na cidade.

No segundo capítulo fazemos uma abordagem etnográfica do bairro em que procuramos fazer a sua descrição física, bem como analisar o discurso sobre o espaço e as ideologias no qual estes se fundam. Estes são importantes fatores na produção social e espacial no bairro de Ponta d'Água. Neste quadro, analisamos as representações da Câmara Municipal, da ONG Citi Habitat, dos moradores do bairro no qual, assumem um papel importante na estruturação social do espaço.

Finalmente, procuramos salientar o papel do fator cultural, da representação e da imaginação social na composição e no ordenamento do espaço urbano. Verificamos que Ponta d'Água é um bairro de pleno de significados perpassados por vários agentes: as ações da Câmara Municipal, da ONG Citi Habitat e da população habitante ali, que não é passiva nestas intervenções: também as reinterpreta e atribui significados particulares, segundo suas lógicas culturais.

No terceiro capítulo, novamente recorremos à etnografia, para fazer uma reflexão sobre políticas habitacionais e género relacionando-os a programa de habitação social desenvolvido pela ONG Citi Habitat no bairro de Ponta d'Água. Ainda analisamos a trajetória das mulheres do campo para a cidade e a luta pela casa própria e o desejo ao pertencimento da cidade.

## **Capítulo 1. Caracterização Geral da Praia no Contexto de Cabo Verde.**

O objetivo deste capítulo é demonstrar a caracterização da Praia no contexto de Cabo Verde, em seus aspectos geográfico, histórico, demográfico, social, político, económico, e cultural. Em primeiro lugar começamos por fazer uma caracterização geral de Cabo Verde, onde destacamos o seu clima, relevo, além de aspectos históricos como o surgimento de Cabo Verde e o processo do seu povoamento. Ainda demonstramos a importância da Cidade Velha como berço das civilizações urbanas em Cabo Verde, bem como discutimos o seu processo de decadência que deu origem ao surgimento da Vila da Praia.

Em segundo lugar, fazemos a caracterização da cidade da Praia, onde analisamos o seu crescimento demográfico e urbano no período colonial e pós-colonial, a fisionomia dos bairros que a compõe, bem como a densidade populacional por agrupamento dos bairros. Também analisamos o surgimento dos bairros periféricos.

Em terceiro lugar analisamos as características dos alojamentos e a sua distribuição nos bairros da cidade da Praia. Ainda discutimos as condições socioeconómicas das famílias, analisamos as infraestruturas e equipamentos públicos na cidade, bem como as questões do saneamento básico, educação e cultura.

### **1.1. Caracterização Geral de Cabo Verde**

A república de Cabo Verde é constituída por um grupo de ilhas localizadas a 500 quilómetros da Costa Africana, no prolongamento da região do Sahel.

Este arquipélago é formado por dez ilhas e cinco ilhéus, de origem vulcânica. A sua superfície total é de 4033 Km<sup>2</sup>. As ilhas que formam o referido arquipélago estão divididas em dois grupos: Ilhas de Barlavento, compreendendo um conjunto de ilhas e ilhéus como Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista e os ilhéus Branco e Raso. O grupo de Sotavento é constituído pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo, Brava e ilhéus Grande, Luís Carneiro e Cima.

Localizado no Oceano Atlântico, esse pequeno país apresenta clima semiárido e o seu regime pluviométrico é variável quantitativamente de ano para ano. Assim, a estação de chuva inclui-se três meses (Agosto, Setembro e Outubro) e os restantes meses do ano é caracterizado pela estação da seca. Este fator climático é determinante e vem agravando de ano para ano com repercussões ecológicas, e sócio económicas, nomeadamente, sobre o alargamento da pobreza no seio das famílias rurais e urbanas e

incidência de maior pressão sobre os recursos naturais; o êxodo rural; degradação de cobertura vegetal e consequente agravamento da erosão do solo. É um país que tem apenas 10% de solo arável e com recursos minerais limitados, as condições áridas e os terrenos montanhosos, colocam o país em desvantagem para a produção agrícola, Sendo um importador líquido de bens alimentares e de combustíveis.

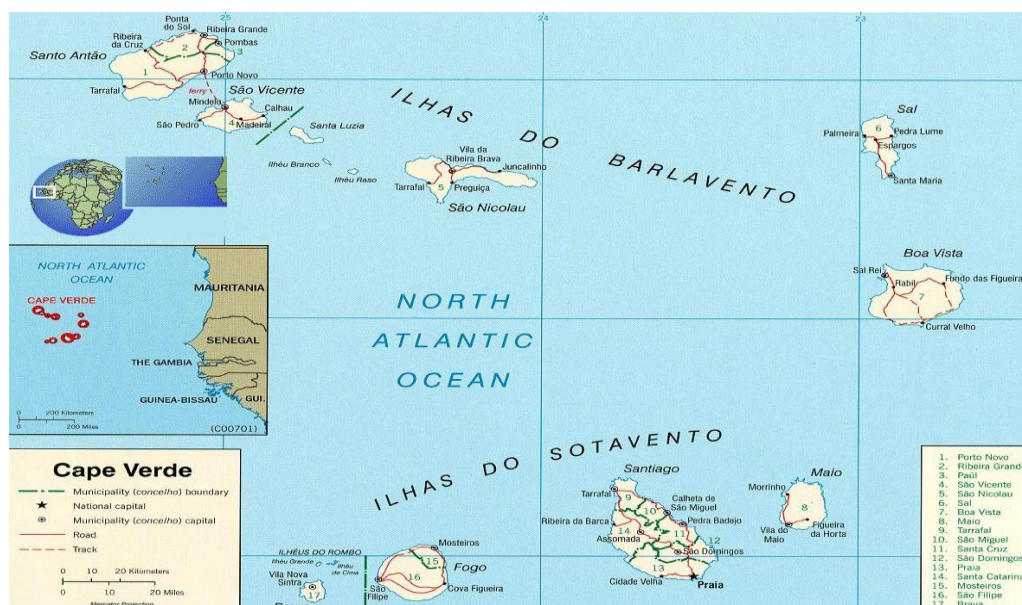


Figura 1: Mapa das ilhas de Cabo Verde

Fonte: <http://www.africa-turismo.com/mapas/cabo-verde.htm> acesso em 13/06/2013.

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses no ano 1460, António da Nollí e Diogo Gomes, afirmaram que quando chegaram pela primeira vez a Cabo Verde encontravam-se as ilhas desabitadas. Este é a tese oficial de que não tinha havido permanência humana nas ilhas de Cabo Verde antes dos portugueses, pois não se encontram nem inscrição nem utensílios rupestres que pudessem testemunhar a presença humana antes dos portugueses<sup>2</sup> (Carreira, 2000).

No tocante ao povoamento destas ilhas várias fontes, tem referenciado portugueses, espanhóis, genoveses e escravos trazidos da costa Ocidental da Guiné. Os escravos originários de várias etnias, misturaram-se ao longo do século com os colonos portugueses, dando origem a “cabo-verdeanidade”.

<sup>2</sup> Não há dados conhecidos sobre a arqueologia cabo-verdiana no sentido de afirmar o que está sendo afirmado (que não havia população anterior à chegada dos portugueses). Ao contrário, nas ilhas Canárias há abundância de trabalhos arqueológicos que comprovam a existência de população antes da chegada dos europeus.

Assim, a história oficial conhecida conta que a formação da sociedade cabo-verdiana foi o resultado de encontro de contato que o arquipélago manteve com as duas forças: europeia e africana.

Este caldeamento de raças, culturas e línguas resultante de cruzamento de povos de diversas regiões, e por isso étnico e culturalmente diferente deu origem ao surgimento de uma sociedade mestiça, cuja identidade cultural pela sua singularidade foi ao longo do tempo objeto de calorosos debates (Ramos, 2009 p. 14).

Desde a ocupação o colonizador passa explorar sexualmente as escravas, o que contribuiu para a formação de um novo grupo de pessoas que transitam entre os dois grupos: o Mestiço. Em termos culturais estes mestiços estabelecem pontes nem sempre pacíficas entre cultura que ali se chocam e se moldam.

A mestiçagem em Cabo Verde não ocorreu de forma cordial e pacífica. Assim, a identidade nacional acaba por refletir uma sociedade em que os seus membros ora partilham valores e símbolos próximos de matriz europeia ora africana (Carreira, 2000 p. 285).

Em termos de povoamento, na ilha de Santiago, o primeiro a ser povoado a partir do ano 1462, estabelece-se a primeira capital do país. Ao mesmo tempo que ocorria o povoamento da ilha de Santiago ocorreu também o povoamento da cidade de São Filipe na ilha do Fogo. As ilhas de São Nicolau, Brava, Boavista e do Maio foram povoadas no século XVII. A ilha de S. Antão seria povoada nos séculos XVII e XVIII; S. Vicente, nos séculos XVIII e XIX; e Sal, no século XIX. Dada a importância geoestratégica de Cabo Verde na expansão ultramarina, teriam sido concedidos privilégios aos moradores de Santiago, com o intuito de incentivar o povoamento do arquipélago. Todavia, sendo território insular e pobre em recursos naturais, esse fato influenciaria bastante no processo de criação dos centros urbanos. Com efeito, a seca constante e prolongada punha em causa o desenvolvimento económico do país e marcava de forma profunda a sociedade (Carreira, 2000)

Segundo Baleno (2001, p. 142) perante a decadência de Ribeira Grande, os moradores tinham forçosamente de recorrer ao interior. Em 1528, Praia era citada como Vila de Praia Maria, onde já funcionava uma câmara, com um capitão e governador da justiça. No ano 1858 a referida vila, foi elevada a categoria da cidade. Apesar disso, a ruralidade<sup>3</sup> não constitui obstáculo para a dinamização e surgimento de novos centros

---

<sup>3</sup> Em 1572, as outras localidades rurais da ilha de Santiago encontravam-se ocupadas em toda a sua extensão. Por exemplo a localidade de S. Nicolau Tolentino tinha 143 casas; S. João tinha 80 casas e 795

urbanos. Portanto, toda a vida nos centros urbanos, girava à volta dos portos ligado a processos de navegação até o século XX.

De acordo com Évora (2009, p. 88) a nível de escala de navegação, com a instalação na ilha de São Vicente de um depósito de combustível pela companhia inglesa em 1838, Mindelo, ganharia uma posição geoestratégica que contribuiu posteriormente para a formação de centro urbano mais à Norte do país. A partir de 1850 o número de barco entrado no Porto do Mindelo é cada vez maior o que contribuiu para a dinamização da sua urbanização.

## **1.2. Cidade Velha: berço das cidades Cabo-Verdianas**

O processo de urbanização em Cabo Verde iniciou-se por volta do século XV e XVI em Ribeira Grande, espaço onde apareceu o primeiro núcleo urbano do país. “Situado entre os Montes e Rochedos tão altos que não tem outra vista senão a do mar”<sup>4</sup>Ribeira Grande constitui um espaço onde desenvolveu a base da primeira formação urbana cabo-verdiana. Assim, é pela capitania a cargo de António da Nolli com sede na Ribeira Grande que se inicia a colonização e consequente urbanização. O seu espaço era coberto de imenso manto verde, havia ali água em abundância (razão porque tomou esse nome) e havia um razoável porto de mar mesmo junto à desembocadura da Ribeira, e foi nas suas margens que o primeiro povoado emergiu.

O seu porto desempenhava um papel importante, porque servia de trânsito de navios com escravos que vinham do continente africano e que iam para outros destinos. Todavia, tudo isso irá aumentar consideravelmente o número de habitantes do povoado e concomitantemente a riqueza dos senhores, levando a ocupação de novos espaços.

O tráfico e o comércio faziam-se por Ribeira Grande, aglomeração fundada pelos primeiros povoadores e que rapidamente se transformou numa vila importante, com uma apreciável acumulação de riquezas. Em 1512 tinha já uma Câmara e em 1533 foi elevado a categoria da cidade, capital administrativa, militar e eclesiástica das ilhas de Cabo Verde e dos Rios de Guiné (Marques, 1998 p.180-181).

A partir de mão-de-obra escrava desenvolveu-se uma agricultura rudimentar e uma pastorícia nascente. Ainda uma mais-valia é que foi a própria mão-de-obra escrava que representa como produto de comércio que faz o desenvolvimento de Ribeira

---

peças; S. Jorge dos Órgãos tinha 100 casas; São Miguel tinha 50 casas e 360 pessoas. Não se sabe ao certo quando é que esses povoados começaram a ser povoados (Baleno, 2001 P. 139)

<sup>4</sup> BRÁSIO; António - Monumento missionária Africana, 2ª Série, Vol. IV, P.160

Grande. A valorização desse espaço vai ser efetivamente o resultado do comércio externo.

Segundo Marques (1998, p.55) o estabelecimento de uma feitoria em Ribeira Grande, no lado Sul da ilha, favoreceu a escolha de Cabo Verde como ponto de escala segura para numerosos barcos portugueses que navegavam ao longo da costa.

É na boca do porto que ficavam as lojas, os armazéns de alguns comerciantes, as instalações de algumas instituições oficiais, a sé catedral, o paço episcopal, a câmara, o hospital e igreja de Misericórdia. Todas as atividades administrativas e económicas ligadas ao porto e ao comércio desenvolveram nesses espaços.

De acordo com Évora (2009) é também nesse espaço de experimentação onde se caldearam sangues e culturas que se começa a sentir uma confluência de gentes de diferentes paragens, desde comerciantes, passando por vizinhos residentes, populações flutuantes e escravos, conduzindo à formação de uma sociedade nitidamente estratificado de contornos bem definido<sup>5</sup>.

O crescimento de Ribeira Grande decorreu num ritmo bastante satisfatório, conhecendo por essa altura o seu período áureo. O que acontece naquele período é que desenvolveu uma intensa atividade comercial, que acompanhada de um certo desafogo económica daí resultante, acaba por esbater os efeitos nefastos provocados pela falta de chuva. Neste sentido Baleno afirma:

(...) tirando a cidade de Lisboa nem duas cidades do reino rendem tanto quanto a ela porque vai em muito crescimento<sup>6</sup>. Frei Gaspar da Silveira, que por essa altura aporta à cidade também faz saber ao monarca que a “terra está muito rica” e que apesar de se encontrar “seca de mantimento porque não choveu”, todavia, “dos do reino está mais farto” (2001, p. 138).

Quanto ao crescimento demográfico, dados apontam para uma população que rondavam aproximadamente os 256 habitantes no ano 1513. Apesar de os escravos não contavam na inventariação feita pelo corregedor, presume-se que havia uma parcela

---

<sup>5</sup> Em Ribeira Grande nasce uma sociedade já dicotómica, composta de dois grandes estratos – dos senhores e dos escravos – e assim permanecerá durante cerca de século, não obstante a presença dos fugiões, dos forros e dos mestiços, cuja capacidade de ação não era suficiente para alterar a estrutura escravocrata. Esse fluxo de gentes, cada um com a sua idiossincrasia, constitui agentes no sentido em que determinam o curso da história com os seus comportamentos. Os escravos, por exemplo que constituíam a esmagadora maioria, consigo trouxeram os seus deuses, todas as suas crenças, a maneira de apreender e de sentir. Mas, temos muito pouco dessa influência de religiões trazidas com a escravatura até porque para os escravos, Cabo Verde era mais um espaço de trânsito, ao contrário, por exemplo do Brasil onde proliferaram religiões africanas já que foi um lugar de permanência (Évora, 2009, p. 47).

significativa de população da Ribeira Grande tanto mais que o número de liberto já passava de duas dezenas (Baleno, 2001 p. 137).

A fase de opulência é todavia efémera, porque ao mesmo tempo se intensifica a concorrência estrangeira na costa da Guiné com o surgimento em cena de uma outra potência, a Inglaterra, principalmente a partir da década de 60 do século XVI, lesando sobretudo os interesses da coroa e dos próprios moradores de Santiago.

Delineia-se um momento de viragem decisiva nos destinos do tráfico, paralelamente à perda da importância geoestratégica do porto da Ribeira Grande como escala: os navios têm cada vez menos necessidades de escalar Santiago, advindo daí uma substancial redução das receitas cobradas; as potências estrangeiras passam a aprovisionar-se de mão-de-obra escrava diretamente no continente africano, ao invés de fazê-lo a Santiago, como usualmente ocorria e o algodão começa a perder a sua importância comercial na costa da Guiné (Baleno, 2001 p.140).

Dado a incapacidade socioeconómica, Ribeira Grande não conseguia manter a sua potencialidade. O colapso económico e financeiro não advém de imediato, mas a partir de então, Ribeira Grande começa a entrar num processo de decadência.

Os sucessivos ataques dos navios piratas franceses, holandeses e ingleses contra os bens dos portugueses e dos moradores de Santiago fizeram com que os escravos fugissem para os montes e aí dando origem ao aparecimento de povoações do interior da ilha.

A frequência dos ataques e das fugas de escravos terá criado a necessidade dos fugitivos construírem Funcos<sup>7</sup> para se abrigarem, tanto mais que o perigo de ataque podia persistir por vários dias. De construção meramente provisória teria a resultado de fixação definitiva, espalhando-se pelos cocurutos dos montes, os imensos sítios com meia dúzia de funcos, com o decorrer dos tempos transformados em casas retangulares ou quadradas. O procedimento dos escravos fugiões<sup>8</sup> indo para os campos onde se aldeavam e faziam as suas culturas (Carreira, 2000 p. 230).

Assim, vemos nascer os povoados no interior da ilha de Santiago, de entre os quais a Vila da Praia que seguidamente, iremos falar da sua evolução e crescimento.

### **1.3. Vila da Praia: Evolução e Crescimento**

Contrariamente ao que sucedera na Ribeira Grande, o povoado da Praia, estrategicamente, não surgiu junto à baía. Ele ergueu-se num planalto de acesso muito linear, uns trinta metros da água, o que, por si só constituía um sistema natural de defesa. Sobre esta localização, Ilídio do Amaral diz o seguinte:

---

<sup>7</sup> Habitação do tipo africano, de planta circular e recobertura cónica em colo ou folha de coqueiro.

<sup>8</sup> Escravos fugidos; ou escravos com propensão para fugir, ou que o tivesse feito repetidamente, sendo recapturado.

Nasceu muito modestamente no século XVI, aquela que viria ser capital de Província de Cabo Verde, em substituição da moribunda Ribeira Grande. Por volta de 1550 já tinha uma igreja coberta de colmo sob a invocação de nossa Senhora da Graça, a padroeira da freguesia de que a cidade é cabeça, festejada a 15 de Agosto (...). A ruína da Ribeira Grande fizeram desta a substituição indubitável da primeira, contribuindo para isso o diploma enérgico do Marquês do Pombal, que ordenou a mudança de capital (...) A necessidade de abrigar os órgãos da administração e o incremento dos moradores deram um impulso de crescimento do povoaçãozinha, cujo porto começou também a ganhar importância como escala obrigatória de navegação para a Guiné (Amaral, 1964 p. 328).

Foi desta forma que vimos nascer a Vila de Praia de Santa Maria, sobrevalorizando o seu porto, que até hoje vem desempenhando um grande papel na dinâmica do desenvolvimento do país. De referir que a transferência das duas capitânias (Ribeira Grande a Alcatraz) para a Praia, que mais tarde viria a ser capital do país determinou a importância do seu porto<sup>9</sup>. Assim, diz-nos António Correia e Silva que:

Perante penosa decadência de Ribeira Grande, a Vila da Praia surge aos olhos dos poderes públicos como o espaço urbano alternativo. As virtualidades portuárias, aliadas de condição higiénico-sanitárias vigentes, fazem do burgo objeto do concurso e procura por parte de navegação transatlântica, sobretudo aquela que tem por destino as colónias portuguesas, francesas, inglesas, e holandesas da América (Correia e Silva, 2002 p. 27).

Segundo Furtado (1993 p.34) Praia nas três primeiras décadas construiu os seus primeiros alicerces sobre o planalto e já possuía algumas casas e cabanas de palhotas à volta da Igreja de Nossa Senhora da Graça. Por motivo dos poderes políticos e religioso, e alguns focos de comércio de escravo ainda concentrados em Ribeira Grande, Praia<sup>10</sup> não apresentava um nível de desenvolvimento acelerado nos dois séculos seguintes. Desprovido de condições para a prática de outras atividades, este novo núcleo tende a assumir um papel bastante secundário no contexto da ilha, pese ter sido transformado na sede de capitania Norte.

A Cidade da Praia, capital de Cabo Verde, é o principal centro urbano do país, a história do seu aparecimento iniciou no século XVI, após a uma lenta mudança dos interesses em Ribeira Grande (Cidade Velha). O seu aglomerado começou a crescer devido à emigração das pessoas de Ribeira Grande e Alcatrazes, que na altura estava em decadência. O crescente ataques dos corsários, dos piratas e do comércio fizeram com que as pessoas comessem a deslocar-se para o interior das ilhas. A fixação de centros administrativos no ano 1770, deu uma grande dinâmica a esse aglomerado urbano que

---

<sup>9</sup> Uma das condições que o porto da Praia reunia é que para além de ser um dos maiores do país era da maior defensibilidade em relação ao de Ribeira Grande. Esta condição atraiu para a Vila da Praia as residências do governador, do ouvidor, dos militares e dos principais funcionários régios.

<sup>10</sup> Somente por volta de 1770, por ordem de Marquês de Pombal, a Praia veio a ser a verdadeira cidade de Cabo Verde.

no ano 1858, foi elevado à categoria da cidade. Ilídio de Amaral descreve-nos a Vila no final de setecentos:

(...) Quando se fez a mudança definitiva da capital (1770), a Praia era um aglomerado de população diminuta que vivia em casebres cobertos de palha, irregularmente dispersos numa pequena área de achada em torno do largo onde ficavam a Igreja de Nossa Senhora da Graça, a casa da Câmara e cadeia. Cerca de 20 anos depois graças aos esforços de governador Marcelino António Bastos, começaram a surgir as primeiras casas, cobertas de telha e a primeira rua alinhada, a rua do corvo (Amaral in: Évora (2009, p. 61).

De acordo com Furtado, (2008 p. 31) face as preocupações das autoridades em desenvolver as condições que possam dar respostas as navegações transatlânticas, o desenvolvimento da Praia iniciou-se a partir do Plateau e “foi pensado para crescer como uma cidade que se queria ser urbana”, justificando que a economia da cidade, tem desenrolado à volta de um conjunto de atividades ligados à prestação de serviços na função pública e comércio, destacando também a vinda dos camponeses do interior da ilha de Santiago que vinham vender o seu produtos além de adquirir outros bens importados.

Enfim, a sua localização geográfica implicou a escolha do modo de ocupação e organização do espaço urbano praiense.

#### **1.4. Cidade da Praia**

Geograficamente, a cidade da Praia fica localizada no extremo Sul do arquipélago de Cabo Verde. É uma cidade que representa 1/3 do território Municipal. É um concelho que se caracteriza por ser essencialmente urbana. Segundo o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2010 a população urbana é de 131719 habitantes, representando 97% da população total do Município, distribuído num total estimado de 36.030 alojamentos dentro do atual perímetro calculado.

É de referir que habitam cerca de 3893 pessoas (3%) na zona rural do concelho da Praia, ocupando um total de 1097 alojamentos estimado, situado fora do atual perímetro urbano calculado. No entanto estima-se que nos alojamentos urbanos, cerca de 20% estão inseridos no traço da malha da “cidade formal” e na “cidade informal” estando os restantes 80%, sendo metade ocupado pelos bairros informais mais recentes e a outra metade fazendo parte da malha urbana em consolidação.



**Figura 2: Foto da Cidade da Praia**

Fonte: Câmara Municipal da Praia.

Praia é geomorfologicamente constituída por um conjunto de achadas, vales circundantes e uma extensa linha de costa. É a cidade que alberga a sede da administração central, as instituições de soberania e os principais centros de negócios. Nessa qualidade, é a sala de visita de toda a Nação Cabo-verdiana, uma referência interna e externa incontornável.

À semelhança do resto do país, na Praia predominam as atividades económicas ligadas ao sector terciário, com especial destaque para o comércio, os transportes, as comunicações, os serviços financeiros, serviços governamentais e o turismo, sobretudo turismo de negócio e eventos.

### **1.5. Crescimento Demográfico e Urbano no Período Colonial e Pós-Colonial**

A história do desenvolvimento demográfico em Cabo Verde conheceu evolução bastante diferente. De acordo com Almeida (2003) a ilha de Santiago, a primeira a ser povoada pelos portugueses a partir do ano 1462, tinha 13.408 habitantes por volta do ano 1580-1582. O seu primeiro maior centro urbano na altura foi Ribeira Grande e tinha cerca de 256 habitantes no ano 1513. A Vila da Praia também na ilha de Santiago constituiu o segundo núcleo urbano do país, a partir de 1616, contudo a transferência da sede de governo de Ribeira Grande, para a Vila da Praia só acontecia por volta de 1770, e a elevação da mesma a categoria de cidade tinha acontecido em 1858. Na altura tinha 2255 habitantes.

Assim, houve um crescimento lento durante o século XIX e princípio do século XX. Se na cidade da Praia em 1860 havia 2285 habitantes, um século depois (1960) a população aumentou para um total de 24832 indivíduos.

Foram alguns governadores de entre os quais, António de Lencastre que no ano 1808-1813, quem planificou o desenvolvimento urbanístico da Praia. Quem nos deixou no ano 1888 com uma descrição mais pormenorizada da Praia a nível do planeamento urbano, já com o estatuto de cidade capital das ilhas foi António de Paula Brito. Ele diz que:

(...) este planalto é todo ocupado pela cidade, que tem quinze ruas, seis travessas, três becos, um jardim, cinco calçadas ou rampas e cinco largos ou praças. As ruas são direitas, espaçosas, bem alinhadas e calçadas, marginadas de edifícios regulares, havendo muitos elegantes e de construção modernas, e andar nobre, existindo apenas dois prédios de dois andares. Todas essas ruas, travessas e praças são iluminadas a petróleo; pena é que existem alguns pardieiros espalhados por elas, o que dá aspecto desagradável a certas ruas que são marginadas de árvores e preparados para uma cidade da primeira ordem (Brito In: Évora, (2009 p. 66).

À lenta ocupação inicial (séculos XVI, XVII e boa parte do século XVIII) do pequeno espaço da Praia, contrapõe-se o crescimento acelerado, no século XIX, período que coincide com total decadência da cidade de Ribeira Grande.

Com efeito, no século XIX, a Praia vai ter um forte crescimento devido ao cuidado e zelo de alguns governadores. Em 1841 já tinha dois mil habitantes e 150 casas. Pode-se afirmar que, depois de passar por situações difíceis nos finais do século XVIII, conheceu a sua ligeira melhoria. No século XIX houve melhorias significativas após a uma série de medidas que visavam melhorar as condições básicas de uma Vila que queria ascender a categoria da cidade. E algumas dessas medidas foram tomadas graças aos rendimentos que o porto proporcionou numa altura que a dinâmica portuária assumiu novos contornos, pelo número de navios estrangeiros que escalaram a ilha de Santiago com todos os benefícios daí decorrentes (Évora, 2009 p. 66).

De seguida apresentamos uma tabela que representa o crescimento a dinâmica populacional no século XX.

**Tabela 1: Crescimento e dinâmica da população na cidade da Praia.**

População residente por área	1960		1970		1980		1990		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Urbana	24832		23145	77	38318	82	61644	86	127826	97%
Rural			6799	23	8313	18	9632	14	3893	3%
Total	24832	1.00	29944	1.00	46631	1.00	71276	1.00	131719	1.00

Fonte: INE (2010)

A grande expansão da área urbana na cidade da Praia se verificou na segunda metade do século XX. Por volta de 1930, a cidade deixou de ocupar apenas o Plateau e estendeu-se para a periferia deste, ocupando os vales e as achadas que se encontravam mais por perto. Gradativamente, a função residencial do Plateau ia sendo substituída pelos serviços e pelo comércio. Dos 6500 habitantes que residiam nessa cidade, 1700 (26%) viviam nas periferias da mesma. Por volta de 1960, o planalto do Plateau encontrava-se totalmente edificado com equipamentos de uso administrativo, coletivo e residências. Nesse mesmo ano cerca de 62% do seu habitante viviam nos subúrbios (Furtado, 2008).

O período subsequente à independência foi marcado por um crescimento demográfico importante na cidade da Praia, o que contribuiu para acelerar o ritmo da sua expansão. Essa expansão deveu-se a repulsão que o campo gerou e à atração da cidade. A população rural enfrentava grandes dificuldades, devido a persistência da seca, à falta de alternativa para a população jovem que vê na cidade da Praia uma tentativa de resolver os problemas da sua sobrevivência.

O crescimento de algumas infra-estruturas básicas, bens e serviços levou a uma vaga de migração interna para a cidade da Praia. Assim, como refere Vieira,

(...) migração interna para a Cidade da Praia esteve muito dependente das condições miseráveis da sobrevivência das ilhas. As fomes periódicas correspondiam a um fluxo de faminto à procura de auxílio dos serviços de assistência (2000 p. 53).

A partir daí pode perceber-se que a sua extensão obedeceu dois critérios: as extensões planificadas, à Leste, com a presença de algumas indústrias principalmente na zona de Achada Grande; à Oeste, com a construção de centros administrativos e residências com aspetos diversificados como o caso do bairro de Achada Santo António e Palmarejo. Ainda conta na lista de bairro premeditado e executado, o bairro Craveiro Lopes situado mais no centro da cidade e o de Achada São Filipe mais a Norte. Estes

bairros foram construídos a partir de um plano urbanístico concebidos e aprovado. (idem).

Há também as extensões espontâneas – presentes na maioria dos bairros da cidade em que as pessoas têm ocupado o solo sem obedecer as regras das autoridades fiscalizadoras, apostando na autoconstrução. A partir daí a cidade cresceu em direção à Norte e Leste, com ocupação de bairros tais como: Chã d'Areia, e depois as encostas de Achada Grande, Eugénio Lima, Terra Branca, Ponta d'Água, e Vila Nova (CMP, 2011).

A grande maioria dos moradores teve de se instalar nos bairros periféricos ao Plateau, dada a uma maior disponibilidade de espaço nestas periferias para as novas construções (Ramos et al; 1990).

De um modo geral todo o processo de aceleração de urbanização da cidade da Praia fez-se acompanhado de uma cultura urbana própria que na perspectiva de Castells<sup>11</sup>, diria uma cultura de modernidade. Na esteira de Georg Simmel considera um processo de urbanização assente na vida urbana que se vai construindo gradualmente, facilitado de pessoas de várias procedências, que se entrecruzam e mesclam um espaço físico e social. Por último a ideia desse tipo de urbanização é enquadrada na perspectiva de Henri Lefebvre que o considera como produto de sociedade e de lugar e de reprodução de relações de produção onde co-existem mundo Rural e urbano, valores urbanos e rurais amalgamados, que expressam construção social cheio de significado, de imagem da experiencia urbana (Monteiro, 2004 p. 119)

Seguidamente vamos descrever alguns planos de urbanização que foram implementados na cidade da Praia.

## **1.6. Os Principais Planos de Urbanização da Cidade de Praia**

As situações urbanas tomadas enquanto campo de significações são qualificadas por um conjunto de relações históricas, económicas, políticas, sociais, culturais, e estéticas, cujos sentidos perpassam a sua materialidade e os processos que se constituem concomitantemente.

Segundo Gomes (2010), todas as cidades que surgiram na época colonial em Cabo Verde tiveram articulação com o mar, que por sua vez serviu como caminho para

---

<sup>11</sup> Para Manual Castells o conceito de cultura urbana é entendido como um sistema específico de valores ou normas, no que se engloba opiniões, atitudes e comportamentos, caracterizados pela diferenciação nas interações, isolamento social e pessoal, segmentações de papel desempenhados, segmentações e utilitarismo nas relações sociais, especialização funcional e divisões de trabalhos, espírito de competição, grande mobilidade, predominâncias das relações secundária sobre primária, economia de mercado, etc. (Castells *in*: Monteiro 2004 p. 119).

os portugueses criaram centros urbanos nas zonas costeiras. A cidade de Ribeira Grande de Santiago, também conhecida por Cidade Velha, a cidade da Praia, Mindelo e São Filipe, na ilha do Fogo, desenvolveram as suas vocações direcionadas para o mar, onde fez emergir os seus portos que tiveram um papel preponderante tanto no contexto nacional como no contexto internacional. Assim, no caso cabo-verdiano o fenómeno urbanístico ganha maior força devido a rápida e expressiva atividade portuária e isso teve um impacto forte na organização espacial.

Paralelamente às mutações que depois dos anos 70 afetaram a estrutura demográfica da população cabo-verdiana, ocorreram significativas reconfigurações tanto da distribuição espacial da população no conjunto de território como das formas predominantes de ocupação e de organização de espaço. Litoralização de povoamento e urbanização das cidades, a partir desta data foram dois grandes elementos estruturantes da ocupação e ordenamento social do território cabo-verdiano.

No entanto, com o evoluir do tempo essas cidades, começaram a fornecer bens e serviços através do desenvolvimento de algumas infraestruturas que impulsionaram uma migração interna principalmente no período pós-colonial. Assim, segundo Flaviana Pires (*in*: Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento de Território (MAHOT) e ONU HABITAT 2011 p. 27):

As migrações internas assumem assim um papel crucial nas dinâmicas do crescimento urbano do país. Os aspectos mais críticos desse crescimento têm sido: a pobreza urbana, que se torna cada vez mais significativa e um problema “politicamente” explosivo, já que as oportunidades no sector formal de emprego são muito limitadas, obrigando as famílias urbanas mais vulneráveis a encontrar as suas próprias estratégias de sobrevivência; um ambiente urbano frágil, aliado ao crescimento da pobreza e da população num espaço exíguo, onde as condições de higiene e os serviços públicos de saúde são precários; o fomento do “habitat espontâneo”, a saturação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento e a excessiva pressão sobre as infra-estruturas sociais existentes; o aumento do risco e da marginalidade social dos grupos sociais desprovidos de recursos, que acabam por ser apanhados num ciclo vicioso que reproduz socialmente a pobreza e a exclusão social de pais para filhos, vendo na emigração para o exterior a única solução possível para uma vida mais digna; a incapacidade de atuação do estado e das entidades municipais, pela insuficiência de recursos, para inverter a situação, contribuindo para o acentuar da vulnerabilidade do capital, no geral, e para a deterioração da qualidade de vida das populações urbanas, em particular.

É de realçar que boa parte das cidades em Cabo Verde se expandiu sem nenhum plano diretor municipal e urbanístico e isso teve um impacto negativo no quadro do ordenamento do espaço urbano. Um problema que teve origem desde a época colonial e

agudizou ainda mais com o crescimento populacional e com pouco mecanismo do controlo por parte das autoridades competente.

Seguidamente vamos analisar o primeiro plano de regulação do solo nos bairros periféricos informais.

### **1.6.1. Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU)**

O PDU constitui um instrumento à base de propostas a nível de anteprojetos e regulamentos contendo disposições gerais e específicas aplicáveis a diferentes zonas da cidade, mas a sua conceção e implementação foi “imprecisa”. O que causou a “inibição de propostas de PDU foi o parcelamento por parte de proprietários privados; a proliferação de loteamentos oficiais sem coordenação ou respeito às propostas do PDU (...); e a comercialização de terrenos sem condições de ocupação” Furtado (2008, p. 49).

No caso da cidade da Praia para controlar a sua expansão e melhorar os problemas nos bairros periféricos informais foi lançado no ano 1986 o PDU que continha um conjunto de programas e projetos específicos a cada bairro. A implementação de PDU não resolveu todos os problemas urbanos, uma vez que houve falta de entendimento entre entidade pública e privada, tendo em conta que boa parte dos terrenos pertence à entidades privada. Após a aprovação do PDU, outros instrumentos de gestões urbanística foram elaborados, como por exemplo projetos específicos ou parcelares para os diversos bairros, com os seus princípios e linhas orientadoras (Idem)

Os objetivos de PDU são: reafectar os espaços valorizados e transformá-los em zonas de atividades integradas ou em locais de lazer; reequilibrar em cada zona de expansão a população, os empreendimentos, os serviços urbanos mais indispensáveis e as atividades produtoras; organizar o crescimento urbano e as zonas de expansão mais próxima da cidade de modo a evitar a ocupação dos espaços “ainda disponíveis”; dotar a cidade de atividades centrais, reorganizar as atividades urbanas, reafectar os espaços valorizados e transformá-los em zonas de atividades integradas ou em locais de lazer e prever reservas de espaços para as infraestruturas primárias (Idem).

Após a aprovação do PDU, vários outros instrumentos de gestão urbanística foram elaborados, tais como projetos específicos ou parcelares para diversas zonas, mas “sem a necessária compatibilização entre si, ou com as diretrizes físico-estruturais do esquema de estrutura do PDU” (CMP, 1998 p. 45).

Nesse plano constava a disponibilização e comercialização de lotes na cidade da Praia e as principais obras de infraestruturas realizadas (arruamento principais, passeios, redes de infraestruturas técnicas e redes de drenagem). Ainda consta a definição do esquema geral de traçados para as redes de infraestruturas de água, saneamento e eletricidade, que deu origem ao plano Diretor de Água e Saneamento da Praia, que tem vindo a ser executado em 3 fases desde 1996 (CMP, 2008).

A Câmara Municipal da Praia através do seu PDU, identificou um conjunto de bairro e elaborou proposta de áreas a urbanizar, sendo 20 zonas de extensão (369 ha) e 5 grandes áreas de expansão futura (440 ha), totalizando-se 809 ha de superfície de solo urbano. As tabelas em baixo, representam as áreas urbanas de extensão projetadas pela Plano do desenvolvimento urbano, da Câmara Municipal da Praia no ano 1986 – a 1988.

**Tabela 2: Zona de extensão da área urbana (1986-88)**

Nº	Nomes de Zonas de extensão	Área há (hectares)
1	Ilhéu	3,5
2	Prainha	2,5
3	Asa	11
4	Quebra Canela	4
5	Palmarejo Baixo	13
6	Palmarejo	55
7	Entrada Palmarejo Monte	5
8	Palmarejo industrial	15
9	Extensão Terra Branca	23
10	Extensão Várzia	12
11	Eugénio Lima/ Pensamento	4.0
12	São Filipe	20.0
13	Ponta d'Água	16
14	Castelão	10
15	Achadinha Pires	5
16	Covão Mendes	20
17	Achada Grande Frente	7
18	AG Zona Porto Industrial da Praia	8
19	Ponta da Mulher Branca	50
20	Achada Grande Trás/ Ponta Bicuda	85

Das 20 zonas propostas para extensão planificada da área urbana em 1988, atualmente em 2011 (23 anos depois), apenas três foram objetos de ocupação urbana através de planos eficazes. Fazem parte desta lista os bairros de Palmarejo, Quebra Canela, São Filipe e Prainha. Nos restantes casos tem havido outras formas de ocupações parciais que proliferaram um pouco por todos os bairros através de planos/loteamentos não totalmente eficazes, geridos de forma avulsa e sem conexão com o PDU (CMP, 2011).

No caso de Ponta d'Água de acordo com o censo realizado pela INE no ano 2010 há nesse bairro 7756 habitantes e em Vila Nova há 4894 habitantes. A tendência futura é para os dois bairros atingirem os 20580 habitantes, devido ao êxodo rural. O bairro de Vila Nova em termos de espaço para a sua expansão já não existe mais. Quanto a Ponta d'Água há espaço para a expansão futura.

A incorreta implementação de alguns dos diversos planos inviabilizou, (quase) por completo, a prossecução dos objetivos traçados, tais como: organizar o crescimento urbano e as zonas de expansão mais próxima da cidade de modo a evitar a ocupação dos espaços “ainda disponíveis”; prever reservas de espaços para as infra-estruturas primárias; reequilibrar em cada zona de expansão a população, os empreendimentos, os serviços urbanos mais indispensáveis e as atividades produtoras; dotar a cidade de atividades centrais, reorganizar as atividades urbanas, reafectar os espaços valorizados e transformá-los em zonas de atividades integradas ou em locais de lazer (Furtado, 2008).

O PDU, cujo objetivo é disciplinar o uso do solo, bem como reequilibrar em cada zona de expansão a população, caiu no esquecimento e abandono.

De seguida iremos analisar um outro instrumento de regulação do solo que é o Plano Diretor Municipal (PDM).

### **1.6.2. Plano Diretor Municipal da Praia (PDM)**

O Plano Diretor Municipal (PDM) foi um outro instrumento, cujo objetivo é reorganizar o uso do solo na cidade da Praia. Esse plano começou a ser elaborado no ano 1994/1995. Em 2008 foi apresentado uma proposta que não estava de acordo com os princípios em vigor. De acordo com a CMP (2011) não havia uma clara separação entre Diagnóstico e Relatório de Caracterização e o relatório das propostas do plano e nem tinha o principal elemento dos documentos fundamentais: a planta de ordenamento.

O PDM da Praia até hoje ainda não foi efetivado verdadeiramente e não chegou a resultar num plano eficaz com todas as consequências para o território. No entanto, o

exercício do plano urbanístico e gestão territorial passaram a ser feitos sem nenhuma orientação global e estratégia do plano de estruturação urbanística.

Como consequência surgiu pequenos planos e projetos de loteamento, sem obedecer qualquer critério e rigor urbanístico. De acordo com a Câmara Municipal da Praia (CMP) (2011) esse projeto contribuiu para a requalificação urbana do bairro de Bela Vista numa primeira fase iniciado em 2002 a 2005, contando com o financiamento da União Europeia (75%), (CMP 10%) e da ONG África 70 (15%) cujo orçamento foi de 142.283.971 ECV (1.290.382 €). Numa segunda fase o programa abrangeu os bairros do Norte da cidade da Praia, (Ponta d'Água, Castelão e Safende) orçado num valor de 110.000.000 ECV (1 milhão de euros).

Segundo a Câmara Municipal da Praia trata-se da primeira intervenção de grande importância nos bairros informais da cidade da Praia. O objetivo da intervenção da ONG África 70 que foi a requalificação urbana dos bairros acima mencionados com construção e melhorias de algumas habitações sociais, consolidações de encostas, construção de muros de contenção e aberturas de vias, vêm mudar a fisionomia dos bairros, que trataremos seguidamente.

### **1.7. A Fisionomia dos Bairros**

A forma como o espaço está estruturado na cidade da Praia define as características de cada bairro, o nível das infraestruturas, dos equipamentos, a relação do género e da classe social. A falta de políticas públicas inclusivas levou boa parte dos migrantes de baixa renda que vieram do mundo rural e de outras ilhas a procurar as encostas para construíram as suas casas.

Segundo Wirth (*in*: Horta, 2007 p. 124) a seleção e a distribuição da população urbana por diferentes bairros da cidade processa-se de acordo com “o lugar e a natureza do trabalho, o rendimento, as características sociais, e étnicas, o estatuto social, os costumes e os hábitos, gostos e preferências”. Na medida em que as diferentes necessidades e modos de vida da população que habita numa determinada localidade, se revelam incompatíveis ou antagónicas entre si, os diferentes elementos da população tendem a afastar-se para as outras áreas. Do mesmo modo, quando há uma homogeneidade no estatuto e necessidades das pessoas, estas dirigem-se para a mesma área, seja de forma consciente ou inconsciente, ou mesmo forçado pelas circunstâncias.

No caso de Cidade da Praia, poder-se-ia constatar que o nível dos bairros e os estatutos dos seus moradores diminuem à medida que se afastam do centro. De facto o

Plateau foi um único bairro mais antigo valorizado se for comparado com os bairros mais recentes como, por exemplo, Safende e Ponta d'Água. O cume da hierarquia espacial da cidade terá exercido simultaneamente um efeito de atração sobre os grupos privilegiados e de repulsa em relação aos desprotegidos. Nos bairros periféricos as condições habitacionais são precárias, há escassez de equipamentos, há problemas de saneamento, falta de emprego entre outras carências. Enfim, um grande número de famílias principalmente as chefiadas pelas mulheres que especialmente vivem como por exemplo em Ponta d'Água, Safende, não são totalmente beneficiadas pela “vantagem urbana”, não participam das tomadas de decisões, nem usufruem dos seus direitos e liberdades fundamentais, enquanto que as pessoas que vivem em bairro como Prainha e Plateau levam uma vida decente, em lugares saudáveis com um ambiente agradável e exercem plenamente a sua cidadania neste caso compreendida como direitos as benfeitorias públicas com alguma qualidade.

De acordo com Ramos (1990, p. 24), na Cidade da Praia, a fisionomia dos bairros permite identificar quem são os seus moradores. Se são grupos detentores de elevado status, se há homogeneidade ou heterogeneidade de grupos. Pode-se avançar o seguinte: os grupos privilegiados, concentram-se no Plateau, Palmarejo, Terra Branca, Prainha e meio Achada Santo António. Nesses bairros habitam pessoas de classe média e alta. No entanto, os restantes bairros não são totalmente homogêneos, na medida em que abrigam também indivíduos de condição modesta e de níveis sócio económicos variáveis. Nota-se o caso de Ponta Belém no Plateau encontram pescadores, professores, carpinteiros, advogados entre outros. Mas, de um modo geral a tendência é para a homogeneização. É só ver o ritmo de construção de novas moradias para se chegar a tal conclusão. Os bairros como Fazenda, Achadinha, e Achada São António, isto é, os mais antigos, também não são homogêneos, pois encontram-se ali, fundamentalmente, funcionários públicos e trabalhadores manuais, desde há muito radicados na cidade. Albergam também alguns quadros, embora tudo indica que para o tempo, serão atraídos para as zonas privilegiadas.

Na periferia da cidade encontra-se bairros como Safende, Ponta d'água e Eugénio Lima, entre outros, que por excelência habitam as camadas que ocupam os mais baixos escalões da pirâmide social. Trata-se de bairros relativamente recentes, ocupados por grande parte de recém-chegados à cidade, mais precisamente os migrantes rurais. São bairros com escassez de serviços, problemas de saneamento e segurança entre outros problemas.

Assim, assiste-se cada dia que passa que as pessoas que vivem na periferia da cidade são mais vulneráveis a calamidades naturais, há falta de perspectivas de trabalho próxima das residências, escassez de transportes e estradas de conexão com as áreas mais centrais, falta de equipamentos de educação, saúde, carências de espaços verde e áreas de lazer, além de carências habitacionais entre outros problemas.

Silva (2009) nos estudos que fez nas favelas brasileira identificou um conjunto de referências que também identifiquei nos bairros periféricos informais da cidade da Praia, mais precisamente em Ponta d'Água: dificuldade de acesso em termos de circulação interna; precariedade de infraestruturas; precariedade e/ou dificuldade de acesso a equipamentos coletivos (escolas, creches, centros sociais, postos de saúde, praças e quadras de esporte); imóveis habitados, predominantemente, por população de baixa renda; irregularidade fiscal (imóveis não constam dos cadastros imobiliários, não são tributados, não pagam tarifas pela prestação de serviços públicos) entre outros problemas.

Sendo assim, compreender a configuração espacial na cidade da Praia, é compreender a especificidade de cada bairro e os seus moradores, considerando-os que são cidadãos que devem ter os seus direitos sociais garantidos na forma de políticas públicas afeiçoadas aos seus territórios. Trata-se de princípios éticos de valorização plena da vida social, democraticamente orientada e configurada nos usos legítimos de territórios por grupos sociais marcados por profundas desigualdades sociais.

Do exposto, conclui-se que o crescimento da cidade da Praia se dá num processo de hierarquização, quer entre os diferentes bairros, quer no interior de cada bairro como em todos os centros urbanos, onde os problemas anteriormente mencionados não são encarados de frente. Pensa-se que o ritmo desse processo vai acelerar emprestando características próprias aos vários bairros, em função dos estilos de vida que quem o habita é portador. O plano de desenvolvimento urbano, ao fixar as zonas de expansão, bem como o tipo de construções a serem implantadas em cada uma, contribuirá, sobremaneira, para acelerar o processo de hierarquização de que se falou.

Seguidamente, centralizaremos sobre a densidade populacional pelo agrupamento dos bairros da cidade da Praia.

### **1.8. Densidade Populacional por Agrupamentos dos Bairros na Cidade de Praia**

Por densidade populacional entende-se que é o quociente entre o valor da população absoluta e o valor da superfície pela qual essa população se distribui.

Para a densidade populacional da Praia, em 2010 segundo a Câmara Municipal da Praia (CMP) estima-se em 1300 habitantes/km<sup>2</sup>, duas vezes e meia superior a duas décadas, representando um aumento de mais de 100000 habitantes em 40 anos.

A distribuição da densidade populacional é bastante heterogénea nos bairros, todavia, de acordo com o quadro em baixo pode-se analisar vários aspetos.

**Tabela 3: Distribuição da população de acordo com o reagrupamento dos bairros.**

MUNICÍPIO DA PRAIA			2010
Código Zona	Nome Zona Agrupamento de Bairros	Área (m <sup>2</sup> )	População Estimada
100	PRAIA NORTE (U1)	12.886.072	47.648
200	PRAIA CENTRO (U2)	1.141.782	5.537
300	PRAIA SUL (U3)	6.819.382	31.969
400	PRAIA ORIENTAL (U4)	14.089.115	6.612
500	PRAIA OCIDENTAL (U5)	9.853.031	36.060
600	PRAIA COROA/ARCO NORDESTE (R1)	21.243.845	1.216
700	PRAIA COROA/ARCO NOROESTE (R2)	22.174.062	492
800	PRAIA COROA/ARCO SUDOESTE (R3)	13.257.302	2.185
<b>Total:</b>		<b>101.464.591</b>	<b>131.719</b>

Fonte: Câmara Municipal da Praia (2011).

Os bairros da cidade da Praia agrupam-se em oito zonas: Norte, Centro, Sul, Oriental, Ocidental, Nordeste, Noroeste e Sudoeste.

Praia Norte é a quinta zona com maior área superficial. É constituído por 17 bairros. Segundo o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no ano 2010, Praia Norte é considerada a zona mais povoada da cidade da Praia. Na referida zona, encontra-se vários bairros com elevados números de habitantes como por exemplo: Ponta d'Água com 8683 habitantes, São Filipe com 6590 habitantes, Vila Nova com 4454 habitantes, Safende com 5602 habitantes, Calabaceira com 4699 habitantes e por último Castelão com 4102 habitantes. Os restantes bairros são menos povoados.

As zonas que incluem Praia centro apresentam menor área superficial e tem pouco número de habitantes. É constituído por 6 bairros. O bairro de Fazenda incluindo Sucupira é o mais povoado e tem 2827 habitantes. De seguida, vem o bairro de Plateau com 2260 habitantes. Os restantes bairros apresentam índice populacional baixo e o caso do bairro de Ilhéu de Santa Maria é totalmente despovoado.

No caso de Praia Sul tem uma população que ronda a volta de 31969 habitantes e é constituído por 10 bairros. Os bairros mais povoados de Praia Sul são Achada Santo António e Palmarejo. No caso de Achada Santo António é o bairro mais populoso da cidade da Praia tem 11398 habitantes. De seguida vem Palmarejo com 10844 habitantes.

Quanto a Praia Oriental, é constituído por 10 bairros. Os bairros mais povoados dessa zona da Praia são: Achada Grande Frente (2854 habitantes), Achada Grande Trás (2498 Habitantes) e por último consta o bairro de Lém Ferreira com 1065 habitantes. Nas duas primeiras zonas concentram as principais indústrias da cidade da Praia.

A Praia Ocidental tem 36.060 habitantes. Nessa zona fica situado o bairro de Achadinha, (8722 habitantes) que é o segundo bairro mais populoso da cidade da Praia (INE, 2010). De seguida vem o bairro de Achada Eugénio Lima com 7708 habitantes e Terra Branca com 5458 efetivos.

Os bairros que ficam localizados na Praia Coroa Nordeste, Noroeste e Sudoeste são constituídos por zonas com elevada área superficial, mas são pouco povoados, porque fazem parte da Praia rural.

Atendendo ao objetivo inicial conclui-se que a densidade populacional em cada bairro é diferente. A cidade da Praia continua a ser um centro urbano atrativo, tanto para os migrantes nacionais como também para os migrantes internacionais. Este crescimento populacional acelerado tem colocado pressão sobre o solo, as infraestruturas, o que coloca sérios problemas a nível habitacional, ambiental e social. A realidade demonstra uma vivência urbana, um número elevado de mulheres sem direito a habitação, pela lei excludentes do mercado imobiliário, moradias precárias, elevado números de habitações informais, crescente diferença sócio espacial interna, desemprego, pobreza urbana, habitações construídas nos leitos das ribeiras, moradias com alta densidade de ocupação, habitações construídas com materiais desadequadas, existência de bairros sem zoneamento, com escassez de serviço público, água e energia entre outros problemas.

Outro elemento que iremos analisar abaixo tem a ver com a origem dos bairros periféricos.

### **1.9. O Surgimento dos Bairros Periféricos em Praia**

Segundo os depoimentos de técnicos entrevistados da CMP (2012) dado a incapacidade do poder público em responder às demandas populacionais, a solução

encontrada pela população para resolver os problemas foi a construção “clandestina”. Segundo a mesma instituição, cerca de 66 mil pessoas ficaram fora do sistema formal de aquisição de habitação, não restando outra alternativa, senão a procura de solução para habitação no mercado informal. Perante o número apresentado das necessidades habitacionais e da incapacidade do poder público na produção de alojamentos/fogos para reduzir o déficit habitacional, surgem os bairros informais que acabam por apresentar para muitas pessoas espécie de soluções para resolver as carências habitacionais, na ausência da intervenção pública.

Assim no espaço urbano da cidade da Praia nota-se nos bairros uma certa homogeneidade de status do seu usuário, onde há uma forte segregação espacial. Os diferentes atores sociais usam o espaço em função dos capitais disponíveis, das estratégias e dos sentidos que atribuem a estes. Por exemplo, alberga no Palmarejo pessoas de classe alta, residindo em habitação com todas as condições de habitabilidade que por sua vez contrapõe ao tipo de habitação precária que há no bairro de Ponta d'Água (Ramos et al, 1990).



**Figura 3: Fotos dos bairros de Palmarejo e Ponta d'Água**

Fonte: foto do autor

O surgimento dos bairros informais está ligado a este processo, que é a consequência de um crescimento demográfico não planificado, entretanto que nem em todos os casos foram assim. Por exemplo no caso dos bairros de Palmarejo, São Filipe, Plateau, e bairro Claveiro Lopes, conheceu a sua extensão normal e estruturada, porque parte de um processo planejado através de planos urbanísticos.

Já em bairros periféricos como Ponta d'Água se observam casas amontoadas com condições precárias de habitabilidade, problemas de lixo, de inexistência de esgotos, problemas de arruamentos, ruas descalçetadas, falta de energia, além de

escassez e equipamentos públicos em pontos mal localizados. Mais ainda, com surgimento dos bairros informais, notamos que estão vinculados a níveis elevados de pobreza e de privação das condições básicas de vida, e das situações de marginalização e de exclusão social pelo que passam muitas famílias chefiadas pelas mulheres.

A associação entre a marginalização e a pobreza é agravada pelo fato de a exclusão económica interagir quase sempre com exclusão de origem social (falta de emprego) e ainda com os consequentes comportamentos autodestrutivos vinculados ao alcoolismo ou a toxicodependência, também presentes nesses bairros.

Segundo o antropólogo espanhol Jordi Borja a falta de uma “cidadania de proximidade” desencadeou num projeto de inovação política e de legitimação de valores que não estão na base de um conjunto de direitos associados à cidade e ao território. O que se pode verificar é que há falta de habitação social condigna nos bairros periféricos informais, para as mulheres de classe baixa, e pouca participação direta da população, em atividades sociais e culturais, trabalho e programas de inserção no tecido urbano. Uma outra dimensão relacionada aos direitos à cidade, se traduz na valorização dos bairros e dos lugares como partes integrantes da cidade, cujos bairros periféricos informais são excluídos destes direitos. No âmbito destes direitos Borja refere com especialmente ao direito a um espaço público de qualidade, que é visto como um “direito fundamental nas nossas sociedades”. Assim, o direito ao lugar, à mobilidade, à beleza, à qualidade de vida, à integração na cidade formal e ao autogoverno é indissociável ao direito à cidade (Borja, *in*: Horta 2007 p. 410).

O acesso à moradia é um elemento fundamental de sobrevivência da cidade. No debate internacional, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos de 1996, saiu o apelo aos governos nacionais sobre “a completa e progressiva realização do direito à moradia adequada” e estabeleceu como um objetivo universal que se assegure “abrigo adequado para todos e que se façam os assentamentos humanos mais seguros, mais saudáveis e mais agradáveis, equitativos, sustentáveis e produtivos” (ONU, 1996 p.7). Em Cabo Verde, o direito à moradia foi reconhecido na Constituição da República no artigo 71º, fazendo constar a moradia entre os direitos sociais.

Assim, habitação é o direito básico da cidadania: “Além da saúde, da renda e da educação, a habitação é também um elemento básico que constitui um mínimo social”, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou a desenvolver suas capacidades (ONU, 2004 p. 13).

O exercício deste direito, no entanto, tem como pressuposto a possibilidade de acesso ao solo urbano, que é regulado, juridicamente, pelo direito de propriedade, que pelo contrário as mulheres das periferias urbanas em Praia são excluídas desse benefício. A carência habitacional é um dos graves problemas dessa cidade e afeta, sobretudo, “os estratos vulneráveis, isto é, aqueles com níveis de rendimentos menores, “obrigando-os”, desta forma, a instalarem-se em alojamentos muitas vezes em coabitação, em fogos sobre ocupados e de condições precárias”. (Morais, 2003 p.95).

De acordo com o CMP (2012) os bairros periféricos são predominantemente de habitação organizados de forma a assegurar os níveis de proximidade de prestações de serviços complementares das atividades humanas, de vivência social e cultural de segurança, com determinado grau de autossuficiência. Esta escala refere-se a recortes espaciais que expressam a possibilidade de uma vivência pessoal do espaço e a formação de entidades socioculturais em grau variáveis de acordo com o tamanho.

De um modo geral, segundo Ramos (*et al.* 1990) falar da falta de cidadania no espaço urbano na cidade da Praia é transitar no universo restrito de não atendimento das necessidades básicas e vitais nos bairros periféricos em comparação ao bairro planejado. Estes pressupostos se sustentam à volta das ideias de ausências, carências e homogeneidade e tomam como significante aquilo que são bairros periféricos. Desde os primeiros tempos, as políticas urbanas que acompanharam o surgimento dos bairros periféricos, mostram ser discriminatórias e excluem principalmente estes bairros à nível de alojamento, saneamento básico, distribuição de rendimentos, infraestruturas, segurança, oportunidades educativas entre outros.

De seguida, apresentaremos um panorama geral sobre os tipos de alojamentos e edifícios na cidade da Praia.

### **1.10. Características de Alojamentos e de Edifícios**

Na cidade da Praia os alojamentos e os edifícios estão distribuídos nos bairros, de forma desigual tanto em quantidade como em qualidade.

Por ser a Praia, capital e o centro mais atrativo de Cabo Verde é aqui que se concentra o maior número de bens e serviços. Os agregados familiares rondam a volta de 33.042 residentes, distribuído em 37.118 alojamentos. A evolução de moradia tem alterado de ano para o ano. É de notar que houve a predominância de moradia de tipo apartamento (52%) sobre os do tipo independente (47%). Quando se fala de alojamento o que se verifica é que em todo o município se referencia ao uso de habitação.

De acordo com INE (2010) a maioria das habitações é de casas próprias, cerca de 70%, com tendência de aumento, e 25% são arrendadas. Cerca de 0,6%<sup>12</sup> dos seus habitantes moram em casas informais, e há 14,3% de casas vazias. Quanto à ligação de rede pública de distribuição de água, cerca de 49,9% dos seus habitantes não tem acesso a água encanada nas suas moradias, e 7,6% não tem acesso à eletricidade. No tocante a instalação sanitária cerca de 30,2% não tem sanita nem latrina na casa de banho. 70,5% de pessoas não tem acesso a redes de esgoto, para sistema de evacuação de águas residuais. Ainda 26,1% não tem cozinha.

No tocante à forma da edificação, 88% dos edifícios da Praia, têm entre um e dois pisos, sendo 66% com um só piso. Edifícios com mais do que quatro pisos representam cerca de 4%. Em relação ao acabamento, cerca de 47% dos edifícios da Praia não têm pinturas [18% com reboco mas sem pintura e 28,9% com parede ou bloco à vista]. Quanto ao tipo de cobertura dos edifícios na Praia, 60% tem terraço com betão armado, 38% é inclinado e 2% misto. Das inclinadas, 26% é de betão, 10% cobertas com telha, 2% com bidão ou palha. Dado que uma grande percentagem dos edifícios é coberto com betão armado, muitos deles apresentam problemas de infiltração que rapidamente empobrece o ferro e por consequência o betão acaba por cair, deixando muitas famílias desalojadas. As mulheres de baixa renda que vivem no bairro de Ponta d'Água que apostaram na autoconstrução são vítimas desse fenómeno dado que construíram as suas habitações com matérias de pouca qualidade.

De um modo geral o parque habitacional na cidade da Praia é largamente deficitária tanto em quantidade como em qualidade, principalmente nos bairros informais. Os fatores que têm a ver com as características socioeconómicas que apresentaremos de seguida, influenciam nos tipos de alojamento e nos modos de vida em cada bairro.

### **1.11. Características Socioeconómicas**

Em Cabo Verde nos últimos 20 anos toda a estratégia de desenvolvimento, foi baseada na tentativa de inserção de Cabo Verde na economia mundial e no crescimento forte e sustentado do setor privado.

---

<sup>12</sup> Estes dados são tênues, porque mesmo a CMP não tem controlo do que é informal. Muitas vezes as pessoas são proprietárias das casas, mas não tem a posse do terreno ou comprou sem escritura. Isto é informal, mas o INE não tem como computar.

Na cidade da Praia, centro da decisão económica e política, se encontram concentrados os principais centros comerciais, serviços e órgãos da soberania do país. Constitui-se, portanto, o motor dinamizador da economia cabo-verdiana.

De entre os principais desafios enfrentados assim como em todos os centros urbanos da África Ocidental, consta-se o desemprego, a pobreza, a delinquência juvenil, e a insegurança urbana, aliadas às dificuldades de acesso à energia, água e saneamento.

É de salientar que a grande explosão demográfica que se verificou na cidade da Praia após a independência, não foi cabalmente acompanhada com políticas económicas e sociais que venham dar respostas a rápida expansão do perímetro urbano. A proliferação de ocupações informais, o crescimento descontrolado dos bairros, a grande pressão sobre o solo para construção e demais serviços sociais de base, estão na base de construção identitária da referida cidade Capital. Assim, vem sendo confrontada com crescente urbanização da pobreza, aumento de disparidades sociais que acabam por refletir em precárias condições de habitabilidade e baixo nível de vida.

Apesar de pertencer à categoria de país de rendimento médio e conseguir progressos no tocante à sua modernização e desenvolvimento, muitos habitantes da sua cidade, ainda vivem na marginalidade, pobreza e exclusão social.

Segundo os dados do censo 2010, na cidade da Praia, se tivermos em conta a população ativa, constata-se que a distribuição de taxa de desemprego no tocante ao sexo não é uniforme, sendo que as mulheres ocupam cerca de 12,7% da taxa de desemprego contra 10,1% dos homens. Pode-se constatar uma clara desigualdade perante o acesso aos rendimentos e mercado de trabalho.

Embora em Cabo Verde seja consagrado na legislação o princípio de salário igual para trabalho igual, as mulheres continuam auferir salários inferiores aos dos homens. De igual forma são elas, é que o mercado de trabalho oferece-lhes trabalho árduo e precário. A falta de políticas públicas adequadas, afasta a mulher do acesso à terra, às infraestruturas urbanas, a meios de transportes públicos e a serviços públicos. A par disso, refere Viana que:

Mesmo com os inúmeros avanços no acesso feminino ao mercado de trabalho, são ainda recorrentes salários diferentes para as mesmas funções, atitudes discriminatórias e questionadoras da competência de mulheres em funções tidas como “masculinas”, o desprezo para com dispêndio de força e energia no trabalho doméstico, considerado ainda como “tarefa feminina” que ao homem quando muito cabe “ajudar”, e tantas outras formas de aparecer da desigualdade de gênero (2005, p. 91).

De acordo com INE (2010) dos 72,6% da população ativa que são chefes de família, 4,7% estão em desemprego. Quanto às profissões dos chefes que estão em desemprego, abrangem pedreiro, “rabidantes”, vendedeiras ambulantes, funcionários, empregadas domesticas, profissões de dona de casa, “biscateiros” entre outros. É de salientar que 97% das mulheres que são chefes da família são donas de casa e vendedeiras ambulantes. A incidência da pobreza urbana na cidade da Praia ronda-se à volta de 11,5% e afetam mais a camada feminina. Nestas circunstâncias, muitas mulheres têm recorrido à atividade informal, dado a um crescimento acelerado da economia informal. O estudo realizado pelo Ministério de Finanças e Planeamento de Cabo Verde (MFPCV) aponta para o seguinte:

A desigualdade na repartição do rendimento aumentou de forma significativa na última década. O forte crescimento económico foi acompanhado por uma mudança profunda na estrutura económica, consagrando a hegemonia do sector dos serviços. Esta situação teve um impacto importante sobre a repartição dos recursos entre os sectores e sobre os rendimentos dos fatores produtivos, e por consequência sobre a repartição dos rendimentos, e da riqueza, quer a nível de Santiago quer a nível das ilhas. Por um lado, a forte expansão dos rendimentos em atividades como o turismo e outras atividades dos serviços agravou o desnível na repartição dos rendimentos. Por outro lado, a elevada pressão demográfica combinada com os fenómenos de degradação dos solos na agricultura teve um impacto negativo sobre o rendimento rural por habitante, contribuindo também deste modo para um aumento da desigualdade na repartição do rendimento (MFPCV, 2004 p. 7).

Nestas circunstâncias a solução encontrada é o recurso ou à emigração ou ao mercado informal. Atualmente, tendo em consideração os problemas económicos internos que enfrentam os países que tradicionalmente constituem o destino dos emigrantes cabo-verdianos, os potenciais emigrantes, em vez de apostarem na migração externa passaram a procurar o meio urbano. A par disso, a cidade da Praia vem conhecendo depois dos anos 90, o crescimento da população que vem exercendo grandes pressões sobre infraestruturas de habitação, saúde, educação entre outras. Um dos fatores que explica a pobreza urbana é o aumento do desemprego e tem a ver com o declínio das condições do setor rural, aleatoriedade do clima que teve como consequência níveis baixos de rendimento.

À urbanização incompleta, a moradia precária e a ausência do estado, se associam as dificuldades inerente aos dados socioeconómicos da maior parte dos moradores de baixa escolaridade e de baixa renda. É de realçar que as condições de habitação, com principal destaque à carência de alojamento e de equipamentos complementares, constituem graves problemas que afetam a população da cidade da

Praia e em particular as mulheres principalmente as que vivem nos bairros periféricos informais da referida cidade.

Na cidade da Praia o valor da renda diminui à medida que se afasta do centro da cidade e de acordo com as características do edifício. Assim, segundo o censo realizado pela INE em 2010, cerca de 48,9% dos habitantes da cidade da Praia pagam renda menos de 10.000 ECV (100 €). Cerca de 13,9 % pagam de 10.000 ECV a 14.999 ECV (100 € a 140 €). Ainda 11,9% dos habitantes pagam um valor de 15.000 ECV a 19.999 ECV (150 € a 200 €). 9,3 % pagam um valor de 20.000 ECV a 24.999 ECV (200 € a 225 €). Cerca de 10,8 % pagam de 25.000 ECV a 34.999 ECV (250 € a 304 €) e por último 5,2 % pagam mais de 35.000 ECV (304 €). É de referir que as pessoas que pagam renda menos do 10.000 ECV (100 €), normalmente vivem nos bairros periféricos degradados com escassez de infraestruturas e equipamentos e moram em casas plurifamiliares que não apresentam todas as condições de habitabilidade.

Tendo em conta que os espaços urbanos não são uma estrutura rígida, o valor da renda sobe, a medida que as condições sócio - espaciais são criadas ou de acordo com o dinamismo das forças produtivas e sociais. A eletrificação dos bairros, a encanação de rede de água, de esgoto e de telecomunicação, a construção de equipamentos sociais, as modificações das redes viárias e dos sistemas de meios de transportes têm contribuído para modificar a acessibilidade de uma determinada área, tornando-as atrativas a novos investimentos, e com estes, a autoestima dos residentes e juntos destes fatores, ao aumento do valor da renda.

Portanto, para além das condições socioeconómicas, influenciam no tipo de habitação, estilos de vida a preferência dessas mulheres em habitar num dado espaço, além do que também influencia na urbanização.

De seguida abordaremos os tipos de alojamentos, infraestruturas e analisaremos a sua distribuição e especificidade nos espaços urbanos da cidade da Praia.

### **1.12. Infraestruturas e Equipamentos Públicos**

Na cidade da Praia encontram-se equipamentos ligados à educação, saúde, desportos, comércio, cultura, religião, indústrias, turismo entre outros. De entre esses equipamentos podemos citar alguns exemplos: Hospitais, polidesportivos e placas desportivas, edifícios e instalações públicas e municipais, escolas, postos sanitários e unidades sanitárias de base, praças, estádios, paços do concelho, jardins. Ainda encontramos equipamentos de cariz militar, proteção civil, penitenciária e polícia.

De acordo com a CMP (2011) só no Município da Praia há 3127 equipamentos distribuídos de forma assimétrica tanto em quantidade como em qualidade, por vários bairros do Município. Grande parte dos equipamentos está localizado no centro da cidade, todavia, se verifica saturação de umas zonas e esvaziamento de outras devido à centralização excessiva de equipamentos. Há fraca rede de equipamentos turísticos tanto na Praia rural como na Praia urbana. Ainda se constata pouca valorização das potencialidades culturais e fraca cobertura de equipamentos culturais. Por último há poucos equipamentos como esquadra de polícia nos bairros para responder os desafios dos utentes.

Boa parte dos alojamentos (equipamentos) destina-se ao comércio (2051) como por exemplo, armazém, bar/ taberna, discotecas e casas noturnas, loja, boutique, sapataria, minimercado, supermercado, quiosque, restaurantes entre outros comércios e serviços. Na cidade da Praia há cerca de 8 mercados públicos, sendo o principal fica localizado no Plateau. Os restantes localizados nos bairros apresentam fraca movimentação de pessoas. Os minimercados e os supermercados privados somam um total de 68, mas também as discotecas e boutiques, boa parte deles localizam-se no centro da cidade ou em bairros mais abastados, ficando os bairros periféricos, com os mais pequenos estabelecimentos comerciais. A escassez dos equipamentos nos bairros periféricos leva as pessoas a se deslocarem para o centro da cidade para efetuar o comércio.

De acordo com o estudo realizado pelo Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT) e ONU HABITAT (2011, p. 28) do ponto de vista da estética, alguns bairros apresentam imagens todas cinzas. Ainda apresentam construções inacabadas, fazendo aumentar ruelas e becos impedindo um arruamento adequado e melhor acessibilidade e mobilidade urbana, o que impede a chegada de estruturas de saúde, de educação, desporto, redes de esgotos e água.

No tocante aos equipamentos desportivos, nos últimos tempos o governo e a Câmara Municipal fizeram vários investimentos, construindo placas desportivas, estádio relvado entre outros, mas mesmo assim em boa parte dos bairros periféricos há inexistência desses equipamentos.

Há poucos equipamentos de lazer, como por exemplo, as praças, o que influencia na ocupação dos tempos livres dos jovens.

Entre os equipamentos que estão distribuídos de forma mais ao menos equitativa pelas zonas e pelos bairros consta a escola e os pequenos comércios. Quanto a Centro de

Saúde, os poucos existentes nos bairros não impedem as pessoas de se deslocarem para o hospital central da Praia, o que vem saturar esse serviço.

Nas áreas periféricas da cidade da Praia, para além da escassez desses equipamentos há fraca atenção por parte das autoridades em fazer manutenção daqueles existentes. O que se pode traduzir numa má gestão dos equipamentos urbanos.

Quanto às infraestruturas encontramos uma rede viária urbana que é condicionada pela morfologia do solo urbano, o que resultou da fraca capacidade de planificação e de proliferação de bairros informais. Existem poucos pontos de ligação dos bairros com a rede de vias principais e o centro da cidade.

O que se pode verificar no bairro de Ponta d'Água é uma organização espacial precária, com ruas estreitas o que dificulta a circulação do pedestre. A invasão do solo urbano de forma informal e autónoma por vezes trazem conflitos e isso se verifica quando da edificação, do parcelamento, o definir um lote ou construir em área pública de uso comum. O parcelamento e a ocupação do solo são diferentes do que seria resultante da aplicação da legislação quanto à dimensão dos lotes, larguras das vias, índices urbanísticos recuos, relação entre a área construída e a do lote. E há também conflito em relação ao uso, e à atividade realizada no terreno. Todavia isso se verifica quando os terrenos são identificados para a construção das infraestruturas e equipamentos para fins coletivos (Lobo, 1999 p. 22).

De uma forma geral, a cidade da Praia apresenta ainda grande déficit de equipamentos e infraestruturas, principalmente nos bairros informais. A sua escassez e precariedade afasta os seus moradores a possibilidade de vivência num espaço urbano condigno comumente associado aos bairros informais.

Seguidamente, apresentaremos outro elemento preocupante nos referidos bairros que é o saneamento básico.

### **1.13. Saneamento Básico**

Segundo Évora (2009) desde a época colonial até a atualidade as questões de saneamento foram considerados sempre um grande desafio para os praienses. No passado, as dificuldades de abastecimento da água eram muito mais frequentes e pioravam-se nos anos da seca. Com seu clima tropical seco e quente permite cair durante o ano, dois ou três meses de chuva e os restantes meses são de secas.

Atualmente ainda o abastecimento da água é considerado um problema para o desenvolvimento urbano da cidade de Praia. A falta desse precioso líquido não foi um

problema apenas do mundo urbano mais também do mundo rural. Tendo em conta que nos momentos da falta de chuva esse problema se agudizou bastante, e não é de estranhar que na época colonial foram priorizadas questões relacionadas com a água e o saneamento. No entanto, não significa que a problemática de falta de água tenha-se resolvido de uma vez por todo.

Após a independência, com o aumento da população na cidade da Praia, a situação de abastecimento de água para o consumo humano continuou a ser bastante problemática. O abastecimento é insuficiente e não dá resposta cabal às necessidades das pessoas. De acordo com estudo feito pela ONU Habitat sobre o perfil urbano da cidade da Praia em 2011, a Empresa de Abastecimento de Energia e Água (ELECTRA) apresenta enormes perdas na rede da sua distribuição, dado que apresenta uma rede muito antiga. Presume-se, que a perda situe entre os 34 - 37% da produção. A distribuição da sua rede não é equitativa, já que, em alguns bairros periféricos ainda não possui rede de canalização de água.

É de salientar que a sua qualidade deixa algumas intranquilidades no seio dos consumidores, uma vez que há queixas que as suas redes são velhas, que largam ferrugens, e que o seu consumo, por sua vez pode criar problemas na saúde das pessoas.

De acordo com o censo 2010 cerca de 43,6% dos agregados da referida cidade tem acesso a água potável através de chafarizes e camiões cisternas. Estima-se que 56,4% dos agregados familiares consomem água com origem na rede pública. A central desalinizadora de água situado em Palmarejo produz 85% de água potável, mas também a ELECTRA explora furos e poços nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago e da Praia para o abastecimento de água. Também a agência de distribuição de água (ADA) que é uma empresa pública municipal sob a forma de Sociedade Anónima de responsabilidade limitado, distribuiu através de autotanques no ano 2010 uma quantia a volta de 103000m<sup>3</sup> para as pessoas que não tem acesso à água a partir da rede pública da ELECTRA.

Quanto ao tratamento de águas residuais, há uma reduzida taxa de cobertura sanitária, pelo que em muitos bairros periféricos não há rede de drenagem de água. As pessoas lançam águas residuais ao ar livre perto das habitações e das vias públicas. Cerca de 25,5% de casa tem acesso à coleta de águas residuais. Quanto à casa de banho, cerca de 62% das casas de banho são providas de retrete.

A drenagem de água residual constitui um grande desafio para os Praienses em matéria do meio ambiente. As inundações nos anos que chovem, causam sérias

preocupações aos munícipes principalmente nas áreas densamente povoadas e nas encostas. Em muitos bairros quando chovem, as inundações destroem habitações e infraestruturas provocando pânico no seio da população. Mas fica claro, que, por sorte, a sua localização na faixa geográfica do Sahel, faz com que as chuvas sejam escassas e irregulares.

Os graves riscos geológicos associados a impermeabilidade de solo, a ocupação das ribeiras e encostas de modo informal e incontrolado, a escavação descontrolada e inadequada à inclinação das encostas são elementos característicos dos espaços urbanos da cidade da Praia que causam sérios riscos para a população e ao meio ambiente.

A ocupação informal do espaço urbano, invadindo as ribeiras, diminuiu a largura “natural” das ribeiras alterando as vias de passagens das águas. No entanto, as inundações não encontrando os espaços adequados para correr, a solução, é invadir as vias públicas e as habitações.

Enfim, na cidade da Praia há uma grande carência e precariedade de redes artificiais de drenagem de água pluviais. No fundo a questão de saneamento continua a excluir os praienses do pleno direito à cidade.



**Figura 4: Foto do bairro de Ponta d'Água**

Fonte: Foto do autor.

Ainda de acordo com o estudo sobre o perfil urbano da cidade da Praia em 2011, um outro problema que impõe sérios desafios tem a ver com a gestão de resíduos sólidos. Os poucos contentores existente na cidade levam algumas pessoas a colocarem lixo no chão, ao passo que os discursos oficiais referem que as pessoas não colaborem e não estão sensibilizadas sobre os eventuais perigos que causam à saúde pública. Dado a

uma pressão demográfica elevada sobre a referida cidade, há escassez e desgastes de equipamentos como contentores e carros de recolha de lixo. Ainda é visível nos bairros periféricos a proliferação de lixeiras que não são controladas pelas autoridades e pessoas que queimam lixos nos espaços públicos ao ar livre. O esgoto a correr a céu aberto nas ruas é uma outra realidade vivenciada nos bairros periféricos da cidade da Praia.

A empresa ELECTRA para além de distribuir água, é também responsável pela distribuição energética no país. O setor energético é considerado motor do desenvolvimento social e económico de Cabo Verde. Este setor é abastecido a partir do petróleo importado e dos seus derivados, mas também da cobertura de 25% das energias renováveis dos centros eólicos e solares do país.

Um grande desafio que se coloca nessa área segundo a ELECTRA tem a ver com os frequentes roubos de energia e sucessivos cortes que venham trazer graves prejuízos ao setor económico do país. A desarticulação entre as políticas públicas implementadas pelo estado e as aspirações da empresa demonstra a realidade vivenciada.

Por outro lado, na cidade da Praia segundo o censo 2010 cerca de 7,6% das pessoas não tem acesso à rede de eletricidade. Isso demonstra que essas pessoas estão excluídas do direito à cidade.

Nos últimos tempos houve muita preocupação por parte dos responsáveis da ELECTRA, governo e municípios em procurar soluções para acabar com a crise energética no país. Os investimentos na modernização e ampliação da rede de distribuição, mas também no reforço da produção, são exemplos que mostram claramente que sem a energia não há desenvolvimento.

De um modo geral apesar dos avultados investimento no referido setor, ainda muitos bairros continuam com iluminação deficientes, frequentemente acontecem cenários de apagões e há pessoas que não tem acesso à energia.

#### **1.14. Educação e Cultura**

À entrada da década de 80, Cabo Verde detinha uma das mais altas taxas de analfabetismo da África. Só um terço da população frequentava o ensino básico e menos de 1% tinha um diploma de ensino médio ou superior.

As três décadas que se seguiram foram marcadas pela generalização da escolaridade obrigatória e pela expansão do acesso ao ensino secundário e superior, o que teve como consequência o aumento do número de cidadãos que dispõe de um grau

de instrução formal. O que se verifica é que o governo assume a responsabilidade de propina a alguns alunos mais carenciados, mas a taxa de não pagamento é elevada. A inexistência de infraestruturas educativa nos bairros periféricos e a falta de empregos das famílias, leva muitos jovens, mas especialmente as mulheres a abandonar a escola muito cedo.

Segundo o censo 2010, na cidade da Praia, dos 97% (131719 habitantes), habitantes, 9,6% não tem nenhum nível de instrução, 4,4% tem o nível pré-escolar, 38,2% pertence o ensino básico, 35,3% são do nível secundário, 1,3% são do nível médio e 9,6% apresenta curso Bacharel ou superior.

Na última década verificou uma corrida forte para o ensino superior, o que o mercado de trabalho, não está a responder essa demanda. Assim, de acordo com os dados da INE em 2012, a taxa de desemprego no seio dos diplomados do ensino superior na cidade da Praia situa-se em 16,8%, mais de 4,6% pontos percentuais dos que a média nacional (12,2%).

Quando se gasta dinheiro no estudo, e o mercado de trabalho não oferece emprego, vai ter reflexo, sobre o imobiliário da habitação, o que dificulta os jovens o acesso ao mercado de habitação. Quanto aos jovens que não tem nenhum nível de instrução, muitos que moram em casa alugada, apresentam dificuldades de pagamento de renda, e aqueles que de uma maneira ou outra têm apostado na autoconstrução, habitam em bairros degradados com condições precárias de habitabilidade.

Em busca de uma forma de sobrevivência ou sustento da sua família, a falta de emprego formal é um fator que encaminha as mulheres a procurarem emprego no mercado informal.

De um modo geral na cidade da Praia boa parte das pessoas que trabalham no mercado informal possui baixo nível académico, e isso também é um fator de exclusão habitacional.

Com estes dados queremos demonstrar que historicamente o planeamento urbano da cidade da Praia se dá através de medidas pouco efetivas no que concerne às condições da população da periferia. A invisibilidade dos grupos que vivem a margem do sistema capitalista e demonstrarei isto com relação às mulheres chefes de família, a falta de políticas públicas sobre a habitação e a ocupação da cidade proporcionou o acesso a moradia que considero excludente nos bairros periféricos. Se por lado demonstramos que nos bairros planificados como Palmarejo, Plateau e boa parte de Achada Santo António, as pessoas usufruem de vantagens urbanas, por outro lado, se

verifica nos bairros periféricos como Ponta d'Água e Safende, que a vida das pessoas e em particular das mulheres está vinculada a níveis elevado de pobreza e de privação portanto, de situações de marginalização e de exclusão social. O acesso à habitação pela população de baixa renda no processo de urbanização em Praia deu-se de um modo geral por processos alternativos entre a informalidade e formalidade, e não pelo processo institucionalizado que se esperaria pelo estado. Nos capítulos seguintes queremos demonstrar que a ONG Citi Habitat, a partir da implementação do projeto de reconstituição de habitações, visa garantir um espaço urbano com mais qualidade, disponibilidade de água nas moradias e reabilitação de habitação social e com isso esforça-se contra a invisibilidade das mulheres moradoras do bairro e participantes do projeto.

## **CAPÍTULO 2: A ONG CITI HABITAT E SEUS PROJETOS NO BAIRRO PONTA D'ÁGUA**

Neste capítulo apresentamos o enquadramento do bairro de Ponta d'Água, e utilizamos do método etnográfico como recurso metodológico para uma “descrição densa” (Geertz, 1978 p. 17) do local. No quadro da análise do projeto de habitação social no bairro de Ponta d'Água implementado pela ONG Citi Habitat, procuramos conhecer o histórico desta ONG, bem como a sua origem e os seus objetivos. Demonstramos que a Câmara Municipal, os moradores do bairro e a ONG Citi Habitat, foram e são atores intervenientes neste processo. Também demonstramos que na tentativa da Citi Habitat para garantir melhores condições de habitabilidade aos moradores do bairro de Ponta d'Água foi construído um muro de proteção de encosta e se efetuou a ligação de água domiciliária às famílias de baixa renda. Um dos objetivos desse capítulo é demonstrar quais são os diferentes significados que os diferentes atores envolvidos no referido projeto atribuem ao programa de remodelação do espaço a partir do muro e da ligação de água domiciliária. Ainda demonstramos o conteúdo da parceria que a Câmara Municipal teve com a Citi Habitat no desenvolvimento do projeto. Um segundo objetivo é analisar a forma como os moradores, a Câmara Municipal e a Citi Habitat vêm e entendem a realidade no bairro, a partir de um conjunto de variáveis como as infraestruturas e serviços coletivos e condições sócio económicas das famílias no bairro.

### **2.1. Enquadramento da Área de Estudo**

O bairro de Ponta d'Água fica localizado ao Norte de Plateau, e faz fronteira com os seguintes bairros: São Filipe a Norte; Vila Nova ao Sul; Cruz Marques a Este; Castelão e Achadinha Pires a Oeste. Apresenta uma área superficial de 23 hectares dividida em quatro subzonas com características de homogeneização – diferenciação, ou seja na Subzona I, e III, espaços onde decorre a nossa pesquisa, espelha que ali residem pessoas de baixa renda, cujas características socioeconómicas contrasta com o caso de Subzona II e Subzona IV que habitam pessoas de classe média, onde inclusive a nível urbanístico apresenta uma planificação mais consolidada. À entrada do bairro há um grande empreendimento habitacional construído pela Imobiliária Fundiária e Habitat (IFH) com vários apartamentos. Há uma estrada principal que liga todas as subzonas. A primeira localizada no Norte do bairro e engloba o espaço que envolve o depósito de água que abastece outros bairros. A segunda começa do depósito de água e vai até ao

chafariz do meio. A terceira subzona é limitada a Nordeste por polivalente e escola do Ensino Básico (A) e vai até a rotunda e o posto de saúde a Sul. A quarta denominada de Subzona IV que se diferencia das três anteriores por ser mais consolidada urbanisticamente e por situar num outro lado da via principal que corta o bairro.

Depois de uma caminhada em todos os roteiros fez-se a identificação de pontos de referência para os habitantes do bairro por sua relação com as atividades e os equipamentos.

A Subzona I localizada na parte Norte, apresenta projetos de autoconstrução que vêm substituindo as habitações com único compartimento e cobertos de lona. Ali encontramos um conjunto de equipamentos sociais, tais como: uma escola do Ensino Básico (B), um posto de jardim infantil, várias sedes de associações comunitárias, inclusive a de Centro de Inovação e Tecnologias de Intervenção Social para o Habitat (CITI HABITAT), depósito de água que abastece outros bairros da cidade, bares, salões, lojas de venda de matérias de construções e de produtos alimentares, barbearia e sede de rádio comunitária voz de Ponta d'Água.

A Subzona II ocupada a partir de 1977-78 por migrantes originários principalmente de concelho de Santa Cruz caracteriza-se por habitat de melhores condições e conta-se com alguns equipamentos de cariz coletivo que são: Estádio relvado, oficinas de carpintaria e de serrilharia, chafariz, bares, lojas, posto de jardins infantis, minimercado, barbearia e centros multiusos.

A Subzona III reagrupa comunidade mais antiga (estabelecida desde o ano 1920-30), ali concentra também uma serie de equipamentos como, por exemplo: Escola de Ensino Básico, Polivalente, Centro de Saúde, Igreja Católica, Igreja Adventista, campo de futebol, infraestrutura para a prática de desporto ao ar livre, minimercado, bares, lojas e mini discoteca.

A Subzona IV a mais recente e mais urbanizada, conta na parte central com moradores de classe média como médicos, policiais e professores e na sua encosta as pessoas de baixa renda. Em relação às outras subzonas, apresenta poucos equipamentos sociais como, por exemplo, lojas, uma oficina de serrilharia, um chafariz não funcional. É de realçar que se trata de uma zona ainda em construção.

Ponta d'Água é um bairro informal no contexto da cidade da Praia que foi povoado por imigrantes na década de 70, devido às más condições económicas por que passavam os habitantes do interior da ilha de Santiago e das outras ilhas. De acordo com Tavares (2006 p. 23) as pessoas vieram para Praia por causa da oportunidade de poder

encontrar um mercado de trabalho melhor, onde pudessem obter semanalmente, quinzenal ou mensalmente um salário que permitissem resolver rapidamente suas necessidades.

Um dos aspetos mais marcantes é que esses imigrantes vinham fazendo, segundo a CMP, “construções clandestinas” – ou seja, nos dizeres da Câmara, sem licença, com “má qualidade”, o que dificultou um espaço urbano com qualidade. Os lotes de terrenos eram adquiridos de forma informal. Cada indivíduo reservou o seu espaço de acordo com suas condições económicas e suas previsões futuras.

A partir daí, a Câmara Municipal da Praia elaborou projetos parcelares para o bairro, que pretendiam regular temporariamente, a densificação e a expansão da cidade, ficando, contudo, de fora aspectos estruturantes como o sistema viário ou a localização estratégica de equipamentos. De acordo com a Câmara Municipal da Praia, a situação do que chamam de “construção clandestina” acelerou-se com a abertura política que se deu nos anos 90. As pessoas se aproveitaram dessa situação e com ausência do Estado em garantir terrenos urbanizados, desobedeceram às normas do plano urbanístico construindo as suas habitações de maneira informal.

Muitas das habitações que resultam desse processo não têm condições de habitabilidade e constituem um verdadeiro atentado à segurança pública. Por exemplo, quando chove ou acontece um incêndio os inquilinos desses bairros passam por grandes dificuldades e muitas vezes as autoridades municipais não conseguem responder convenientemente (Tavares, 2006 p. 44).

Dado as fracas condições socioeconômicas dos moradores e em particular das mulheres, muitos das construções apresentavam baixa qualidade em termos de estabilidade, associada ao acentuado declive onde estão assentadas, faz com que a cada época da chuva que se avizinha seja motivo para o medo dos desabamentos.

Segundo o relatório publicado pela ONU HABITAT (2011, p.5) sobre o “Estado das Cidades no Mundo” a expansão espacial das cidades do Norte e Sul é motivada não apenas pela preferência dos moradores por um estilo de vida nos arredores da cidade, mas também pela crise de regulamentação do solo, falta de controlo das áreas da periferia da cidade. Ainda acontece pelo mau controle do planeamento das subdivisões do solo, tecnologias e serviços melhores e mais amplos para que as pessoas que moram fora da cidade possam viajar todos os dias até o trabalho no centro urbano, assim como uma maior mobilidade da população. Nos países em desenvolvimento, o fenómeno

acontece, sobretudo, como uma forma de escapar da má governança, da falta de planeamento e de acesso ruim aos serviços e instalações.

Como esclareci na introdução, eu entendo a expressão “construção clandestina” utilizada pelos poderes públicos e reproduzida na mídia, uma expressão que se mistura com o discurso de criminalização, além de desviar responsabilidades.

Por isso, e na perspectiva de Martins, há que apostar num projeto de desenvolvimento urbano que depende de uma série de outros insumos, a saber:

Um mínimo de boa governança, estado de direitos e direitos humanos, potencial humano/ físico local e adequado, tecnologia apropriada, uma comunidade anfitriã receptiva e um mínimo de ordem social, acesso a verbas, equipamentos e mercados necessários além da capacitação para dar sustentabilidade ao projeto de desenvolvimento (Martins, 2006: p. 91).

As pessoas que procuram habitação no mercado informal é uma expressão de manifestação do direito à vida e do direito à habitação condigna. Em termos constitucionais (artigo 71.º) os seus direitos deveriam estar garantidos. O que falta é garantir as condições dignas de habitabilidade às pessoas com um planeamento urbano eficaz e implementação de políticas de acesso ao solo urbanizado, acesso aos serviços, equipamentos e garantia de emprego, entre outros.

Assim, durante o trabalho de campo, e em conversas tidas com um morador do bairro, que fazia parte da comissão de Moradores da zona nos anos 70 e 80, dentro do bairro de Ponta d'Água, testemunhava o seguinte:

A partir do ano 1976 toda a preocupação das autoridades era criar as estruturas para organizar a zona. Havia um responsável pela promoção social, para Juventude Africana de Cabo Verde (JACV) e para Pioneiro. A preocupação do momento era criar as condições para que o bairro de Ponta d'Água ficasse bem organizado, no entanto diferente do de Achadinha. Então, dizíamos assim para já pessoas que queriam construir as suas casas tinham que escrever uma cartinha para denunciar as suas intenções perante a comissão criada. A comissão por sua vez tinha que contactar o arquiteto para lhe dizer em que direção devia ser o alinhamento do terreno para a construção de casa. A partir daí começamos a alinhar boa parte de ruas que há em Ponta d'Água. As ruas tinham que ter 10 metros sendo 7m para a passagem de carro e 3 m para passeio em que se alinha, 1,5 m em cada lado. As pessoas tinham que acatar as ordens dessa comissão. Depois dos anos 1990 a situação tinha complicado mais, no entanto as pessoas aproveitaram as mudanças políticas e as coisas pioraram um bocadinho. Começaram a invadir o espaço ocupando-o de forma desorganizada. Por exemplo, hoje há ruas que o carro entra mas, não sai (entrevista com o antigo representante do bairro de Ponta d'água, 56 anos).

Compreende-se que os assentamentos da subzona IV totalmente programada pelo Plano Urbanístico Detalhado (PUD) bem como alguns quarteirões na subzona II, sem deixar de considerar as várias intervenções pontuais da Câmara Municipal ao longo dos anos, assim como o trabalho das Comissões dos Moradores nos primeiros anos da

Independência Nacional cabo-verdiana, demonstram com segurança que o bairro de Ponta d'Água não é totalmente informal e nem se encontra no grupo dos bairros mais informais da cidade da Praia. Ainda, a ideia dele demonstra que a proliferação de construções informais vêm associar aos ciclos eleitorais que não permitem a tomada de medidas necessárias sob pena de perder a eleição pelo qual se recandidata. Este sentimento de que ao político só o voto lhe interessa foi manifestado por vários intervenientes do processo de urbanização da Praia.

Uma grande parte do que chamam de “ilegalidades” cometidas no domínio da construção e da extensão urbana é provocada pelo desajuste entre o articulado “legal” e a cultura/ entendimento da população. Entraram em jogo as habilidades, as pressões e os “loteadores clandestinos”<sup>13</sup>, isto é, os ocupantes tiraram vários lotes e depois faziam negócio, ou construíram sem licença nesses lotes e depois pressionavam as autarquias locais para colocar infraestrutura na área, atendendo os aspetos sociais (funcionário da CMP, 2012).

O planeamento urbanístico da cidade da Praia, principalmente nos bairros periféricos, contou com estas cicatrizes, que deixaram muitas marcas nos espaços e na vivência do dia-a-dia dos seus moradores e ocupantes. O primeiro refere-se às frequentes construções informais sem licença, que continuam a proliferar em vários bairros. Para lutar contra esta problemática têm-se estabelecido penalidades, nomeadamente através de contra ordenações, notificações e aplicação de coimas, por vezes mesmo através de demolição coerciva das obras consideradas “ilegais” porque construídas sem licença, ou não cumprindo o projeto ou as condições da licença obtida.

A desconfiança entre os serviços municipais e cidadãos, o custo elevado dos projetos e de processos e suas delongas burocráticas, são fatores que jogam a favor da informalidade, por vezes reforçados por um ambiente de corruptela ao nível da fiscalização que fecha os olhos a essas situações... em certas “condições” (Lobo, 1999).

A burocracia também é um fator de excelência para criar atritos no relacionamento com os serviços municipais. Os serviços municipais exigem um número de documentação que os requerentes consideram excessivos, e quando este já está na posse dos mesmos, é encaminhado por inúmeros departamentos e ao fim ao cabo nunca é atendido o seu pedido e às vezes o seu processo desaparece repentinamente (Gonçalves, 2007).

---

<sup>13</sup> Pessoas que apropriam um dado terreno e depois vendiam de forma “ilegal”.

É finalmente, um conjunto de situações a corrigir-se, mas para as quais também seria bom estabelecer estratégias preventivas e não incentivadoras a tais práticas. A construção informal facilita a rápida edificação das obras, poupando custos inerentes aos projetos e processo de licenciamento, evitando ainda o processo oneroso, complexo e demorado de ajustamento da descrição do imóvel na matriz.

Na opinião de um funcionário da CMP, para colmatar a situação e para promover uma cidadania ativa, capaz de envolver a população do bairro na promoção de um espaço urbano de qualidade (...)

(...) o ideal seria que o controlo de construções clandestinas fosse feito não apenas pela Câmara Municipal, mas também pela população. Acho que devia ter pessoas no bairro para em cooperação com a Câmara ajudar nesse controlo. Assim o bairro podia ficar mais bem organizado em termos de arruamento, equipamentos públicos, infraestruturas básicas, enfim, no combate a construção clandestina (funcionário da CMP, 2012).

É observável no espaço do bairro que os seus ocupantes trouxeram um conjunto de hábitos de seus lugares de origem, e na ausência de uma presença efetiva e colaboradora da CMP, construíam conforme lhe parecia melhor. Tomás<sup>14</sup> um morador do bairro de 45 anos, deu o seguinte depoimento sobre o que ele vê:

Por aquilo que é claro no bairro de Ponta d'Água é que boa parte das pessoas são de baixa renda que vieram do mundo rural trouxeram alguns hábitos como a criação de animais, abril músicas altas, cozinhar na rua, no entanto, isso não compatibiliza com as pessoas de nível médio e alto. Algumas habitações apresentam estruturas tal e qual à aqueles que ficam no interior da ilha de Santiago. As casas são baixas e com poucos quartos, não são pintados e tem varandas. Se vê pessoas e meninos a brincarem na rua (...) (entrevista com Tomás, 45 anos).

A ideia de Tomás demonstra que a cidade da Praia, como qualquer outra cidade, foi ocupada por diferentes grupos e usada para funções diferentes. De acordo com a ONU HABITAT (2011, p. 3) já em muitas cidades do mundo em desenvolvimento, a separação dos usos e dos níveis de prosperidade é tão óbvia que os ricos moram em bairros com bons serviços, condomínios privados e residenciais formais bem construídos, enquanto os pobres estão confinados em assentamentos informais e favelas no centro da cidade ou na área periurbana.

O espaço urbano da cidade da Praia evidencia claramente a fragmentação da sociedade, apontando diferenças na forma em que o espaço e as oportunidades são produzidos, apropriados, transformados e utilizados. Algumas áreas como Achada

---

<sup>14</sup>Todos os nomes apresentados nesse trabalho são fictícios.

Santo António, Palmarejo, por exemplo, apresentam jardins, espaço de lazer, zonas residenciais bem cuidados, escolas, arruamentos entre outros. Pelo contrário os bairros periféricos, como Safende, Ponta d'Água, Castelão entre outros, caracterizam-se por exemplo por grandes áreas de pobreza, moradias deficitárias, escasso investimento de capital em infraestrutura públicas, serviços deficientes, instalações de cultura e de lazer escassa. Essas diferenças em relação ao acesso acabam por distribuir oportunidades, e liberdades desigualmente entre os seus habitantes.

Outro tipo de problema que se observa nos bairros periféricos e em particular no bairro de Ponta d'Água é decorrente da própria prática do planeamento, em função da qualidade do plano ou derivado da sua má gestão, que acaba por ter efeito na cidadania.

No referido bairro, as pessoas não exercem plenamente o direito à cidade, o que demonstra que os seus habitantes são excluídos dos principais bens da cidade. Encontramos uma rede de distribuição de água e de esgoto deficiente, e que não cobre toda a população. Quanto à eletrificação, apesar de quase a totalidade do bairro ter essa cobertura nota-se que a iluminação pública é deficitária e que os seus habitantes se queixam de sucessivos apagões em que a empresa abastecedora tem sido acusada em termos da falta de responsabilidade social ou pública<sup>15</sup>.

As condições ambientais são precárias, derivadas das questões de saneamento. Observa-se a presença de alguns espaços do bairro com lixo, apesar de a Câmara Municipal ter criado em 2012 uma política em que todo o dia se disponibiliza camiões para a recolha de lixo em todos os bairros da capital. Também é notório ver diariamente animais à solta na rua como, por exemplo, porcos, cabras, galinhas o que põe em causa à saúde do bairro. Durante a época das chuvas vê-se água estagnada, onde mosquitos se reproduzem, o que também põe em causa a saúde pública. A inexistência de equipamentos para tratamento de água residual coloca algumas inquietações aos moradores. Ademais é um bairro que tem muito pouco espaço verde.

As edificações encontram-se no alinhamento do lote ou recuadas, apresentam geminadas ou isoladas, altas ou baixas, mas têm sempre a rua como referência.

---

<sup>15</sup> A iluminação pública, e a falta de água são consideradas um problema nacional. No caso da energia, apesar de muitos investimentos feitos, diz-se que vê poucos resultados, uma vez que a Empresa responsável (ELECTRA) queixa de sucessos roubos de energia principalmente nos principais centros urbanos do país. Dos 93% que é a taxa da cobertura elétrica a nível nacional, Praia apresenta 88% da sua cobertura da sua área (INE, 2010). Quanto ao abastecimento de água, a empresa responsável pela sua distribuição é a ELECTRA e Agencia de Distribuição de Água (ADA). A quantidade de água produzida não é suficiente para abastecer toda a população praiense. A escassez da água é um problema que arrasta desde a época colonial até a atualidade.

O acesso ao interior da zona é marcado por ruas estreitas, há poucos passeios e poucos sinais de trânsitos de automóveis. Uma boa parte da rua do bairro ainda não é calçada, pois esse processo está a ocorrer lentamente. A maioria das casas não é pintada e apresentam poucos pisos. Pode-se aperceber que é um espaço que não teve um planeamento urbano. Em face destas situações a ONG Citi Habitat desenvolveu projetos destinados à habitação, no qual reabilitou perto de uma centena de casas de famílias de baixa renda, priorizando as suas intervenções nas habitações que são chefiadas pelas mulheres. De seguida conheceremos o seu historial, a sua ação e representação sobre o bairro.

## **2.2. Histórico do Projeto Citi Habitat**

Centro de Inovação em Tecnologias de Intervenção Social para o Habitat (Citi Habitat) fundada em 1988, por um grupo de 13 pessoas, na altura em que o governo de Cabo Verde favorecia a emergência de ONGs nacionais, criando espaço de participação de sociedade civil no processo de desenvolvimento do país. A referida ONG tinha como objetivo a priori a difusão de tecnologias apropriadas principalmente em matéria de Habitat, pesquisa e divulgação de matéria-prima local (Pedra e energia não convencional).

Com o passar do tempo e face à realidade, os membros do Citi habitat sentiram necessidade de atribuir mais ênfase ao desenvolvimento local, baseando-se no pressuposto de que o desenvolvimento só acontece apostando na mudança de mentalidade, reforço a solidariedade social e cultura de uma cidadania ativa. Assim, a ideia do desenvolvimento comunitário, integrado e participativo se impôs como ponto de partida para a solução dos problemas das comunidades numa estratégia coerente de luta contra pobreza e exclusão social. A trilogia Educação, Organização e Participação, constituem linhas orientadoras das metodologias de intervenção rumo ao objetivo proposto que é desenvolvimento humano durável e auto sustentável com atenção especial às questões de género e juventude (Citi Habitat, 2011).

Beneficiaram-se das intervenções do Citi Habitat, grupos sociais mais desfavorecidos do meio rural e periurbano, dos bairros e as localidades pobres da Praia e de São Domingos organizados em associações comunitária trabalhando em rede (rede animar). Os grupos sociais privilegiados pelos programas de desenvolvimento integrado e participativo são as mulheres, as pessoas da terceira idade, jovens, as crianças em idade escolar e pré-escolar, principalmente as que por uma razão ou outra perderam o

direito de frequentar a escola. Segundo o INE (2010), tendo em conta que a taxa de desemprego entre as mulheres é de 12,1%, a nível nacional e 12,7% na cidade da Praia. É nesse caso que a ONG Citi Habitat afirma prestar uma atenção dedicada às mulheres.

A primeira ONG de Júris existente em Cabo Verde é a Citi Habitat. A sua ação está mais focada na dinamização das capacidades locais de desenvolvimento. A porta de entrada na comunidade são os líderes locais homens e mulheres de boa vontade, organizado em núcleo duro de raízes de associação comunitária (Citi Habitat, 2011). Os trabalhos financiados pela Citi Habitat provêm sobretudo, de ONGs e instituições internacionais (Cooperação austríaca, suíça, alemã, Bournefondem, Africa Development Foundation), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) através de contrato e financiamentos de projetos muito concreto com todos os intervenientes que esta via comporta. Em nível nacional a ONG tem mantido parcerias com a Câmara Municipal, governo de Cabo Verde, e associações comunitárias de base em 19 comunidades. A ONG atua no quadro de programa de formação, avaliação e, ou identificação de projetos, elaboração de programas nacionais de luta contra a pobreza. Também no âmbito das suas ações tem mantido parcerias com a Câmara Municipal, governo de Cabo Verde, e associações comunitárias de base em 19 comunidades.

O seu princípio de intervenção é de cariz participativo privilegiando o método SARAR<sup>16</sup>, método que propõe incentivar a autoestima e valoriza a força associativa, a experiência individual, conhecimento, a planificação participativa e valoriza todos os atores sociais que dão a sua contribuição no desenvolvimento da sua comunidade (Citi Habitat, 2011). Tem a sua sede no bairro de Ponta d'Água e conta com pequeno grupo de técnicos. Apoiava várias ações no seu espaço de atuação tais como: na área de habitação social (melhorias de habitações degradadas), na formação profissional, canalização de água, educação e alfabetização de adultos, no apoio às mulheres chefes de família com microcréditos, construção de infraestruturas comunitárias e de base, centros sociais comunitários, chafarizes, posto de saúde, jardins infantis, escolas entre outros. A sua experiência é não só reconhecida pelos parceiros nacionais e internacionais, mas também pelo governo e autarquia locais de Cabo Verde. De seguida vamos conhecer a sua origem e o objetivo da criação da referida ONG.

---

<sup>16</sup> SARAR – é uma metodologia de educação para adultos, que visa o restabelecimento da auto estima, otimizar a habilidade das pessoas, para terem acesso, priorizar, planear, se auto organizar, e ter iniciativas e responsabilidade (Citi Habitat, 2011).

### **2.3. Origem e Objetivo da ONG Citi Habitat.**

O projeto de habitação social no bairro da Ponta d'Água, ainda em curso, foi promovido pela Citi Habitat, em parceria com a Câmara Municipal da Praia (CMP).

A precaridade habitacional e deficit de infraestruturas e equipamentos coletivos no bairro remetem a uma reflexão sobre os desafios para mudar a forma de pensar e de atuar. Assim vemos originar a ONG Citi Habitat que defende a participação comunitária como uma estratégia urgente e necessária para o enfrentamento de muitos problemas no campo de habitação social e de combate à pobreza e exclusão social.

Por isso, independentemente dos desafios que tenham a enfrentar, o projeto de remodelação e reabilitação de habitação social deve prezar pelo exercício da educação, organização, participação de decisão partilhada, corresponsabilidade, representatividade para que não se traduzam em imposição de ideias e retrocesso na construção da cidadania (Citi Habitat, 2011).

No tocante aos problemas habitacionais, há muitas iniciativas comunitárias que em parceria com as outras entidades buscam evocar a participação comunitária e minorar a responsabilidade do estado. Esta ONG emergiu face aos problemas que o estado não consegue resolver no bairro, e numa trilogia, educação/organização/participação, a partida conclui que são formas eficazes de promover a inclusão social e de luta contra a pobreza (Idem).

Esta ONG pretendeu abraçar os grandes problemas do bairro de Ponta d'Água, fazendo pesquisa em matéria de habitat, construindo equipamentos e habitação social aos grupos mais desfavorecidos do bairro.

A ONG vem apostando num modelo de desenvolvimento comunitário que segundo Ander-Egg (*In: Carmo 1980 p. 77*) caracteriza-se como uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planeamento e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida.

O conceito de participação disseminou-se rapidamente no bairro. O representante da ONG Citi Habitat explica:

A nossa preocupação fundamental é fazer com que o processo permita que a comunidade assuma o seu próprio desenvolvimento, então tudo isso passa a ser o trabalho e educação para o desenvolvimento. Todo esse processo desemboca na formação de organização comunitária de base, seja ela associação de desenvolvimento comunitária, seja grupo de interesse, aquela coisa toda, com o fim de contribuir para o desenvolvimento auto sustentável

da comunidade. Esse processo passa pela organização e envolvimento das pessoas que é chamada participação. A Citi Habitat não se baseia no individualismo, mas sim num processo coletivo. As nossas intervenções são ligadas as associações comunitárias de base. Sejam elas associações de jovens, agricultores, pescadores (entrevista com o representante da ONG Citi Habitat).

Assim, destaca-se a iniciativa de Citi Habitat que vem desenvolvendo um projeto de habitação social cujo objetivo é promover as condições básicas e necessárias para o desenvolvimento das comunidades incentivando a organização e participação dos moradores. Para que isso concretize, o representante de Citi Habitat diz:

É apostar fortemente na capacitação e formação dos recursos humanos locais, mas também na criação de condições objetivas e melhoramento de condições de vida das famílias, particularmente dos jovens, proporcionando ainda a criação de condições para que as famílias possam ter uma vida condigna num ambiente saudável. Por isso para além da formação há todo um diálogo e sensibilização das pessoas sobre a importância de participação no processo de desenvolvimento da sua comunidade (Idem).

A ideia dele demonstra que, para a Citi Habitat não há desenvolvimento sem a participação. Ainda percebe-se que a formação e a sensibilização são elementos dinamizadores do desenvolvimento comunitário. De acordo com Kligerman (2005) utilizando-se da educação para a cidadania como instrumento de sensibilização e mobilização comunitária, incentiva a participação-cidadã, garantindo-lhes condições necessárias para ações pró-ativas na conquista e melhoria de serviços básicos e essenciais à manutenção da saúde e dignidade da vida.

Portanto, a ONG Citi Habitat defende na sua abordagem que educação, organização, participação de decisão partilhada, corresponsabilidade, representatividade são valores fundamentais para o desenvolvimento comunitário.

Seguidamente vamos analisar as representações sócio espaciais dos moradores (beneficiários) e das entidades intervenientes no projeto de habitação social.

#### **2.4. Os moradores, a ONG, a Câmara e as Obras: negociações existentes e necessárias.**

A construção do muro de proteção enquadra-se naquilo que Lopes (1995) entende por reabilitação urbana, ou seja, uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente, por intervenções diversas destinadas a valorizar as potencialidades socioeconômicas e funcionais para melhorar as condições de vida da população residentes. Isto exige a melhoria das condições de vida do parque construído, mantendo sua morfologia, valor patrimonial, a valorização da vida económica, social e

cultural, pelo desenvolvimento das atividades económicas numa base de potenciação dos recursos endógenos e pelo melhoramento de equipamentos, infraestruturas e espaços públicos, mantendo, no entanto, a identidade e as características da área da cidade em causa e da sua população que permanece nesse local.

Um muro de proteção de encostas de aproximadamente 3,5 metros de altura foi construído na subzona III com o apoio da Citi Habitat. Essa obra é outro exemplo que demonstra a participação dos moradores mesmo que de forma tímida no desenvolvimento do referido bairro. Neste sentido Nhó Bernardo disse:

A Citi Habitat negociou com os moradores e cedeu-lhes materiais para a construção de muro (parede) para a proteção da sua habitação o que contribuiu para o aparecimento de uma rua onde os veículos podem circular a nível de entrada e saída do bairro. As pessoas aceitaram e receberam materiais para a realização do trabalho e deram mão-de-obra gratuita. Em algumas partes todas as despesas foram custeadas pela referida ONG. (entrevista com Nhó Bernardo, morador de bairro, 44 anos).

Ainda sobre a participação dos moradores Mariano acrescenta:

Podemos ver que quando foi feito aquele muro de proteção é a própria população que sugeriu. Portanto nesse aspeto eu penso que a população tem dado a sua contribuição (entrevista com Mariano, morador do bairro, 45 anos).

A ideia do Mariano demonstra que a população deu a sua contribuição para a construção do muro.

De acordo com Medina do Nascimento et al (2012 p. 1373) uma maior proximidade e participação dos residentes provocariam uma intensificação dos sentimentos de apropriação e pertença o que teria efeitos multiplicadores positivos sobre a urbanidade dos cidadãos e intensificaria a sua relação com o bairro (em particular) e com a cidade (em geral).

O princípio da participação está fortemente ligado a um outro direito que em geral vem sendo reconhecido em termos cada vez mais amplos aos cidadãos: o direito à informação, pois só quando os cidadãos estão devidamente informados é que podem ter oportunidade de exercer plenamente o seu direito de participação.

A par desta constatação, na conversa que tivemos com alguns moradores do bairro perguntamos acerca do conhecimento do projeto no bairro. Alguns disseram que não tinham nenhuma informação. Sobre esse aspeto Leopold afirma:

Bom, podia ser assim, quem que não merece podia mostrar aqueles que são capazes de merecer. Normalmente as coisas não funcionam assim. Em termos formais as pessoas deviam ser chamadas para darem as suas opiniões daquilo que querem que sejam realizados no seu bairro e que os promotores do projeto chamem a população para explicar o quê querem que seja feito na sua

comunidade e por quê fazer. Assim seria bonito. Uma organização para ter credibilidade é necessário que as pessoas participem. (entrevista com Leopold, morador do bairro, 45 anos).

Por sua vez, outro morador constata:

Não tenho conhecimento se reúnem ou não com a população. Por aquilo que vejo há uma satisfação muito forte por parte das pessoas sobre o projeto que a ONG tem desenvolvido. Para mim em particular o projeto trouxe uma grande vantagem para o desenvolvimento do bairro (entrevista com Manu, morador do bairro, 26 anos).

O que se pode interpretar é que apesar da ONG prezar pela participação, nem sempre todos os moradores se sentem devidamente informados sobre o projeto e como participar. De acordo com Arroteia (2008) a participação é um dos pilares básicos para o funcionamento de qualquer organização, visto que proporciona o envolvimento pessoal na tomada da decisão e no cumprimento dos objetivos que dizem respeito ao grupo e aos seus elementos. Todos esses princípios estão ligados por sentimentos de identificação, de pertença e por laços de solidariedade, o que acaba por ajustar os seus comportamentos aos interesses coletivos.

A figura em baixo representa o muro construído na subzona III do bairro de Ponta d'Água.



**Figura 5: Foto do muro construído em Ponta d'Água**

Foto do autor.

Esse muro fica situado à frente de Subzona IV, cuja uma parte situa ao longo de uma estrada principal que dá acesso ao bairro de Castelão. O muro é uma parede com cerca de 200 metros de comprimentos, cuja altura oscila entre os 50 cm a 5 metros. Isso quer dizer que a sua altura foi planejada de acordo com a inclinação do terreno. Ou seja,

quanto maior é a inclinação do terreno, mais alta foi a parede. A parede do muro foi feito com pedra e argamassa, e não é rebocada. Nas conversas com os moradores, estes disseram que as pessoas que construíram casas ao cavarem os seus terrenos deitaram terras perto das suas moradias. Como aconteceu com o bairro de Ponta d'Água, “esta atividade cria um grande problema que é a possibilidade de deslizamento de terras em tempos da chuva” (Gonçalves, 2007 p. 69).

No intuito de preservar o muro construído os moradores plantaram a babosa, e há casos de moradores que à beira do referido espaço fizeram uma pequena horta com plantas para a alimentação.

Perante a insegurança vivida pelos moradores nessa encosta a intervenção da Citi Habitat em parceria com a Câmara Municipal e outros parceiros na construção desse muro foi avaliada a partir de representação de vários atores envolvidos no projeto. Neste sentido a CMP disse:

Quando nós pensamos em construir esse muro, pensamos nas pessoas e no fundo em promover um espaço urbano com qualidade. Muitas casas nas encostas precisam ter mais segurança. O nosso objetivo é criar as condições para que as pessoas sintam seguras no espaço onde vivem (entrevista com o representante da Câmara Municipal da Praia).

Para muitos moradores esse muro foi importante. No caso do Leopold acha que:

(...) Esse muro protege o ambiente e trouxe mais-valia para o bairro de Ponta d'Água e protege as habitações e as encostas (entrevista com Leopold, morador do bairro, 45 anos).

Perante vários depoimentos dos moradores percebe-se que durante a época da chuva, os moradores viviam numa situação bastante delicada. Sobre isso Yunga diz:

Toda a época da chuva me sentia muito triste e os vizinhos se reuniam para ajudar-me a defender a água da chuva que invadia a minha residência, mas agora nada disso está a acontecer. Não tenho nem sol, nem água a invadir-me dentro da casa. Por isso acho que a Citi Habitat está a fazer um bom trabalho (entrevista com Yunga, beneficiária de projeto, 45 anos).

De acordo com Canotilho (1998) a melhor política do ambiente é, sem dúvida, o contributo para a criação de condições que permitem evitar perturbações do ambiente e levar as pessoas a sentirem-se bem nos espaços onde vivem.

Os riscos ambientais nos bairros periféricos como é o caso de Ponta d'Água derivam da natureza orográfica<sup>17</sup> do bairro, acompanhado da má localização das construções. É frequente, no bairro, deparar-se com construções localizadas em zonas

---

<sup>17</sup>O bairro de ponta d'Água fica localizado num planalto. Algumas das suas habitações ficam localizadas nas encostas e no leito da ribeira, portanto nas épocas das chuvas os moradores enfrentam sérios perigos de deslizamento de terra.

inundáveis e nas encostas, ocupação nas proximidades das ribeiras e construções em zonas *non aedificandi* como zonas com grandes pendentes. As consequências que advêm dos riscos já apontados estão relacionadas com invasão das águas pluviais nas habitações e possibilidades de ocorrência de movimentação de massas, como deslizamento de terra que arrastam as construções no bairro de Safende (Gonçalves, 2010 p. 67).

A imagem seguinte representa os principais riscos ambientais, no bairro de Ponta d'Água.



**Figura 6: Foto de bairro de Ponta d'Água**

Fonte: Foto do autor

Na conversa com Fidjinha, a outra beneficiária do projeto, sobre a construção desse muro afirma:

Nessa encosta no momento de chuva sentíamos muito problema com a circulação de veículo nessa estrada. Mas depois que foi construído esse muro apareceu uma rua que sem aquela parede seria difícil de aparecer. Já táxi passou a circular, que antes não circulava. Se apanharmos táxi, podemos descer na porta (entrevista com Fidjinha, beneficiária do projeto, 42 anos).

Percebe-se que a satisfação é grande porque dado a “vulnerabilidade” que se vive nas encostas, de fato, muitas habitações corriam sérios riscos de desmoronar caso aquele muro não teria sido construído. A par disso acrescentou Damaia sobre a valorização da área:

Para mim isso trouxe uma grande importância porque na minha rua não havia tanta segurança. Com a construção desse muro a minha rua ficou mais segura e, por exemplo, se comprarem qualquer material de construção pode descarregar o carro na rua. Ninguém dava valor a essa zona, já a partir da construção desse muro o bairro ficou com mais valor (entrevista com Damaia, beneficiária do projeto, 52 anos).

Houve por outro lado, alguns moradores que, apesar de ficarem contentes com a construção desse muro, disseram-nos que no momento da execução do projeto pediram a Citi Habitat que aumentasse a altura da parede. Bana explica:

Eu acho que esse trabalho está bom, mas se subissem a parede mais alta as nossas casas vão ficar com mais segurança. Reparem. Essa parede é baixa. Quando a gente faz uma determinada coisa devemos fazê-la bem. É a nossa prioridade, porque se saírem daqui não se sabe quando vão voltar (entrevista, com Bana, beneficiário do projeto, 39 anos).

No mesmo sentido, Nidia diz:

Já fiquei contente convosco, falta pouquinho para darmos viva. É só subir a parede pelo menos mais 1,5 metro. Assim vai ficar melhor. Se subirem vamos ficar com uma rua mais bem apresentada (Entrevista com Nídia, beneficiária de projeto, 22 anos).

Percebe-se que a intenção dos moradores é de dar nota positiva ao trabalho feito pela referida ONG e chamar-lhes atenção para assumir aquilo que foi negociado. De acordo com Nídia, antes de execução do projeto a referida ONG consultou a população para que dessem as suas opiniões sobre a construção do muro, ouviram a população e explicaram a mesma como viria a ser o projeto. Mas, queixou-se a moradora, fizeram tudo ao contrário daquilo que foi combinado. Na opinião de Bemba, outro morador e beneficiário do projeto, o muro foi um bom trabalho porque contribuiu para a segurança das habitações. Mas, para ele devia colocar ferro nas paredes por questões de segurança, porque nem todas as pessoas são iguais. Pode ter alguém que está bêbado ou crianças que podem correr o risco de cair nesse espaço. Assim, se tivesse levantado a parede mais alto ficaria melhor.

De acordo com a Citi Habitat em princípio tudo é negociado. E acrescenta:

Dizemos as pessoas o valor do apoio que vamos dar. No decorrer das intervenções as pessoas tentam pedir a associação que lhes ajude a resolver outros problemas inerentes... (entrevista com o promotor do projeto Citi Habitat).

Percebe-se que há um desentendimento entre aquilo que a Citi Habitat propõe e aquilo que são as expectativas dos moradores. De acordo com Teixeira (2005) uma gestão transparente caracteriza-se pelo envolvimento da totalidade de recursos disponíveis na determinação do rumo a seguir e pela formulação de políticas gerais, isto é, que são definidas de forma genérica e diz respeito a toda organização. Ainda para o mesmo autor a questão da responsabilidade é fundamental dentro da organização, pelo que os objetivos devem ser claros e bem definidos porque só assim cada elemento da

organização saberá com clareza o que é que a organização espera dele, qual é a sua responsabilidade perante esta organização.

De um modo geral atendendo as representações de vários atores envolvidos no projeto, na construção desse muro, percebemos que foi uma obra muito importante porque contribuiu fortemente para a proteção de habitação nas encostas e preservação do meio ambiente.

No entanto percebe-se uma clara divergência entre o que a ONG fez e o que os moradores gostariam que fossem feitos. Os responsáveis da ONG afirmam que têm a consciência que a parede foi baixa, mas alegam que os recursos são limitados que não dava para ser feito mais.

De seguida, analisamos as representações e os sentidos que a Câmara Municipal, os moradores (beneficiários), a Citi Habitat atribuem ao projeto de ligação de água domiciliária promovida pela ONG Citi Habitat no bairro de Ponta d'Água.

## **2.5. A Ligação de Água Domiciliária**

No último *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos*, divulgado pela ONU-Água (2012), os representantes de 28 organizações das Nações Unidas que integram o órgão, alertaram que só no ano 2012, entre 3 bilhões e 4 bilhões de pessoas ainda não têm água encanada de qualidade confiável em seus lares. O documento, divulgado a cada três anos, aponta uma série de pressões sobre os recursos hídricos no planeta. Entre os exemplos figuram a má gestão da água pelos governos e as pressões naturais produzidas entre outras causas, pelas mudanças do clima e pelo aumento da população. A expansão demográfica é um dos fatores que impulsionam a demanda por energia, mais água tratada e mais saneamento no mundo.

A problemática de água em Cabo Verde constitui desde sempre uma grande preocupação para a população cabo-verdiana. Na cidade da Praia a sua escassez e sua má distribuição excluem os seus habitantes daquilo que é um dos principais bens que a vida no meio urbano carece.

Para responder os desafios de falta de água que tem afetado a cidade da Praia desde a época colonial até a atualidade, a Citi Habitat fez a ligação de água domiciliária beneficiando mais de 100 famílias do bairro incluindo as chefiadas pelas mulheres de Ponta d'Água. Neste sentido o promotor do projeto da Citi Habitat afirma:

Ponta d'Água é uma comunidade pobre, vulnerável em que há muitas famílias que não tem condições de ter água encanada na sua casa. Por isso, desenvolvemos esse programa, a fim de ajudar as famílias a melhorarem as suas condições de vida (entrevista com promotor do projeto Citi Habitat).

Segundo a ONG Citi Habitat uma das estratégias utilizadas para a execução do projeto foi o envolvimento da população. Acrescentou o seu responsável que:

Há muitas famílias que se beneficiaram desse projeto em que a Citi Habitat deu cobertura 100%, mas também há casos que pedimos aos moradores para comprarem os tubos, para que pudéssemos estabelecer a ligação de água (entrevista com promotor do projeto Citi Habitat).

A falta dos recursos financeiros por parte da ONG não deu para dar respostas que cobrissem toda a população do bairro, por isso a população tinha que ter algum ônus financeiro. A moradora Linidia, contou-nos:

Por motivo da rede de água ficar longe das suas casas, boa parte dos vizinhos se reuniu, comprou tubos e outros acessórios e a Citi Habitat arranhou máquina, abriu valas e ligou água nas suas casas (entrevista com Linidia, beneficiária de projeto, 32 anos).

Durante o trabalho de campo na conversa tida com muitos beneficiários do projeto, estes mostraram a sua satisfação perante o referido projeto. Mãezinha contou-nos:

Quando ligaram água na minha casa fiquei muito contente, porque antes apanhava água em Castelão ou no chafariz em Ponta d'Água, e chegava em casa com dor no corpo e cocho. Então nesta perspectiva quando ligaram a água fiquei super contente (entrevista com Mãezinha, beneficiária de projeto, 58 anos).

Ainda Mãezinha, sentada de pés um sobre outro, diz:

Quando morava lá fora, eu e o meu marido íamos à ribeira apanhar água e dormíamos na ribeira. Ao amanhecer, encontrávamos sempre com um bidão de água cheio. No entanto, tendo já água canalizada em casa é bom. Até costumava dizer ao meu marido assim: aquele tempo, deitávamos lá em Ribeira e esperávamos água e agora, estamos deitados em casa a esperar água (entrevista com Mãezinha, beneficiária de projeto, 58 anos).

Também Fidjinha no momento que apresentou o seu depoimento deu uma palma, nos disse que sentiu uma mudança total na sua vida e afirmou o seguinte:

Já sou mulher na Praia com uma casa e com água encanada na casa. Sinto-me feliz e logo que abro a torneira fico a imaginar: Meu deus, eu nunca pensava, nem casa e muito menos água canalizada, porque pensava que não tinha condição de pôr água dentro da minha casa. Via pessoas com água encanada nas suas casas e pensava que para pôr água canalizada na casa não era fácil. E quando foi a minha vez, nem se quer pensava e imaginava (entrevista com Fidjinha, beneficiária de projeto, 42 anos).

Damaia, outra moradora, nos conta a sua história, explicando-nos a forma como tinha passado com a escassez de água no bairro:

Também antes da ligação de água na minha casa, eu ia apanhar água na Pinga até alta noite, às vezes chegava 1 hora de madrugada. Também costumava levantar 3 horas ou quatro horas de madrugada à procura de água. Então o projeto Citi Habitat teve grande importância para mim (entrevista com Damaia, beneficiária de projeto, 52 anos).

Geraldina, outra moradora do bairro conta-nos também da sua experiência e afirmou-o seguinte:

Sentia muito satisfeita, porque com água encanada na casa é só levantar e tirar. Antes de ter água canalizada em casa passava muito mal, porque corria muita distância à procura de água. Costumava apanhar água lá em Safende e gastava cerca de 50 minutos de viagem.

Daquilo que podemos interpretar sobre todos os depoimentos das mulheres beneficiadas, estas demonstraram que se sentiram satisfeitas com a encanação de água nas suas moradias. A poupança do tempo, o cansaço e o sofrimento que advém das distâncias percorridas para procurarem água fora do bairro ou nos chafarizes do bairro onde residem foram vencidos. Ainda percebe-se que a ideia de os moradores se juntarem para comprar tubos e outros acessórios para efetuarem a ligação de água nas suas moradias é sinónimo de participação no seu próprio desenvolvimento.

Apesar de não ter dados oficiais sobre o número de habitantes que tem água encanada no bairro, nota-se que há várias mulheres que não tem acesso a esse líquido precioso na sua moradia. De entre 25 pessoas que conversamos, cerca de 8 não tem água encanada. A par do exemplo Djinga diz:

Não tenho água encanada na minha casa. Já lá vai muito tempo que estou correndo atrás das autoridades competente e a Citi Habitat para me colocar água e energia na minha residência, mas até agora nada. O que mais a gente fica com raiva é porque há rede que está perto da minha casa e há vários vizinhos que estão beneficiados (Entrevista com Djinga, moradora do bairro, 36 anos).

Outra moradora do bairro também conta:

Não tenho água encanada em casa e nem energia elétrica. Fui pedir a Citi Habitat e a ELECTRA para efetuar esse processo na minha residência, mas disseram que o espaço onde resido não está projetado para o efeito. Portanto disseram-me que tenho que esperar pela próxima oportunidade e já lá vai cerca de 3 anos que efetuei esse pedido (entrevista com Yunga, moradora do bairro, 45 anos).

No caso destas duas entrevistadas acima mencionadas, apesar de terem sido beneficiados pela Citi Habitat na reabilitação das suas moradias, não tiveram acesso à encanação de água nas suas residências. Perante os seus depoimentos mostraram que foram discriminados em relação aos seus vizinhos.

Percebe-se que elas mostraram que foram discriminadas porque não têm água nem energia nas suas moradias e os seus vizinhos já as têm. Segundo elas, há rede perto das suas casas, e vários vizinhos já usufruem desse direito. Já correram atrás da ELECTRA e da Citi Habitat, que são instituições responsáveis nessa matéria, ainda não vêm os seus direitos respeitados.

Seguidamente abordaremos o papel que a Câmara Municipal da Praia teve no quadro da parceria com a ONG Citi Habitat no desenvolvimento do Projeto de habitação no bairro. Também analisaremos a representação e o sentido que a referida instituição atribui ao projeto.

## **2.6. O Papel da Câmara Municipal da Praia em Parceria com a Citi Habitat no Desenvolvimento do Projeto de Habitação no Bairro de Ponta d`Água.**

A habitação é sem dúvida, uma necessidade básica, uma vez que todos nós almejamos um alojamento condigno, tratando-se de um direito consagrado na Constituição<sup>18</sup>, ou se quisermos alargar o espaço de referência, um direito consagrado internacionalmente<sup>19</sup>.

As condições habitacionais, particularmente a carência de alojamentos e dos equipamentos complementares, constituem a preocupação da Câmara Municipal da Praia. Sobre isso a referida instituição diz:

Quando nós pensamos no projeto de habitação social pensamos normalmente em plano de urbanização, mas simplesmente as pessoas ocupam esses lugares para a construção clandestina (*sic*). Nesse plano de urbanização identificamos os espaços para a criação de equipamentos sociais, todavia o que acontece é que as pessoas que têm a intenção de ocupar esses espaços o fazem o mais rapidamente possível, tendo em conta a falta da fiscalização da Câmara. No momento que a Câmara intenciona construir equipamentos públicos, vai encontrar o espaço ocupado pelos clandestinos (*sic*). Enfim, sempre na elaboração de projeto de habitação social pensamos nos equipamentos como escola, placa desportiva, posto de saúde entre outros. O grande problema que temos em Cabo Verde é que quando as pessoas vêm espaços vazios vão pensar que não têm dono e a partir daí ocupam-nos. Às vezes o que acontece é que perguntamos sempre às pessoas: esse terreno lhe pertence? As pessoas respondem: sim. Pedimo-las documento e dizem: não temos. Perguntamos: Herdou esse terreno? dizem não. Comprou esse terreno? dizem não. O que

---

<sup>18</sup> Artigo 71º da Constituição de Cabo Verde diz que todos os cidadãos têm direito a uma habitação condigna.

<sup>19</sup> Refere-se, entre outras, algumas das iniciativas levado a cabo pelas Nações Unidas nestes últimos anos. Esse organismo chama atenção para a melhoria de condições de vida das populações sobretudo as dos países do terceiro mundo, salientando as questões das habitações: 1ª conferência sobre os povos humanos (Habitat I - Vancouver, 1976); Ano Internacional dos Sem Abrigo - 1987; Conferência Habitat II (ONU, 1996).

acontece nessas circunstâncias é que às vezes encontramos um único terreno a pertencer várias pessoas. Então isso muitas vezes dificulta o trabalho da Câmara em construir arruamentos, estradas e equipamentos sociais. Normalmente levamos pessoas para o tribunal por motivo de ocupar o espaço que não deviam ocupar, mas quando o tribunal toma as suas decisões muitas vezes é tarde. Normalmente o desejo da Câmara é realizar o projeto, mas fica limitado e não vai intervir quando as pessoas não estão de acordo (Entrevista com CMP, 2012).

Compreende-se que a CMP continua a jogando responsabilidade aos pobres pelas situações que vivem. Por outro lado, essa classe social continua a ser afastada dos principais benefícios da cidade. O que se pode constatar aqui é um claro desentendimento entre a CMP e a própria população. Além da designação “clandestinidade” cujo entendimento indica uma evidente criminalização do que é necessidade e direito. Também há descompassos entre as necessidades e as ações políticas e técnicas. Percebe-se que compreensões entre esses atores sobre o espaço são diferentes.

De acordo com Lobo (1999, p. 18), o planeamento só se legitima pelo objetivo de desenvolvimento. Convém é não confundir desenvolvimento com crescimento. Este pode iniciar-se com o aumento demográfico, pelo acelerar de atividades de construção, pelo crescimento do perímetro urbano e assim por diante. O desenvolvimento, por sua vez, terá que ser medido pela promoção de valores humanos, pela redução do analfabetismo, pela maior distribuição de recursos, pela sustentabilidade do sistema e pelo envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas. Segundo Sen (1999) o desenvolvimento tem de estar relacionado com a melhoria de vida que levamos e liberdade que desfrutamos. A boa gestão urbana implica a participação e envolvimento de todos no plano estratégico de intervenção local, na mobilização de capacidades empresariais, na implementação de projetos que visam à inovação tecnológica, enfim, em todos os aspectos que têm a ver com liberdades políticas, facilidades económicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora, as quais Amartya Sen chamou de liberdades instrumentais.

O problema é que as estruturas financeiras dos municípios repousam essencialmente nos “dividendo” do crescimento. O outro princípio importante é a tomada de decisão em tempo real.

Para colmatar tal situação e promover um ambiente urbano de qualidade a ONG Citi Habitat como promotora de projeto em parceria com a Câmara Municipal remodelou e reabilitou cerca de 100 casas, construiu muros de proteção de encostas e

fez ligação de água domiciliária no referido bairro como forma de garantir os habitantes do bairro melhores condições de habitabilidade.

Para facilitar o desenvolvimento do projeto e para que as pessoas tenham uma habitação condigna e melhoria de condições de vida, a Câmara Municipal dá à seguinte contribuição como parceira na execução do projeto:

O papel da Câmara Municipal é dar apoio técnico com engenheiro e arquitetos à Citi Habitat para o desenvolvimento do projeto de reabilitação de habitação, de ligação de água domiciliária e de construção de casa de banho. Normalmente o apoio vai diretamente às pessoas de baixa renda que fizeram casas clandestinas (*sic*), no entanto elas não têm conhecimento suficiente sobre as questões burocráticas e muitas vezes deslocam de bairros periféricos para a Câmara Municipal várias vezes e não conseguem resolver os seus problemas, por isso a Câmara dá-lhes todas as informações de como as coisas procedem. Também a Câmara chegou a um acordo com a Citi Habitat onde solicitou à referida ONG, que juntasse essas pessoas dado a sua proximidade com elas para fazer inventário das pessoas carenciadas que querem legalizar as suas casas a fim de conseguir documentos, fazer fotografias de casas, testemunhos com objetivos de ajudá-las, porque não têm condição financeira para, por exemplo, fazerem fotografias de casas. Então a Câmara Municipal em parceria com a Citi Habitat toma os documentos e analisa-os e vê se vai ocorrer a legalização ou não de casa. Mediante isso a Citi Habitat tenta criar as condições mínimas de ligação e como se sabe para a Câmara avançar com a legalização a casa tem que ter cozinha, casa de banho. É nesse sentido que há essa parceria (Entrevista com a CMP, 2012).

A Câmara Municipal com o seu apoio técnico espera que as famílias tenham uma habitação condigna e que melhorem a sua condição de vida. Segundo a referida instituição muitas pessoas vivem em precárias condições de habitabilidade e financeira e constroem casas em áreas de riscos. Ainda acrescentou que a outra intervenção da Câmara Municipal vai no sentido de proporcionar um ambiente urbano de qualidade. Espera-se que com esse projeto as pessoas sintam sua autoestima mais alta e que cuidem bem do seu bairro. Daí continua a afirmar que:

O desejo da Câmara Municipal é para termos uma cidade para que todas as pessoas tenham uma habitação social condigna e que vivam num ambiente urbano de qualidade e com bom aspecto, porque como se vê, muitas pessoas fazem construção e não tem capacidade económica suficiente e a obra fica inacabada e constroem em qualquer sítio e sem qualidade. E quando chegar a época das chuvas ficam a queixar-se e o teto fica a cair, muitas vezes arranjam empreiteiro que não são tão honestos, não há uma fiscalização severa da Câmara, mas também as pessoas não comunicam a Câmara e tentam aproveitar a situação de clandestinidade para a realização do trabalho. No meu ponto de vista devia haver uma coordenação entre a Câmara e a população. A questão de construção de casas clandestinas é difícil combater. Eu acho que a Câmara devia desenvolver um programa com a população no sentido de não fazer construção nas encostas e informá-los sobre os perigos (Entrevista com a CMP, 2012).

Em face da intenção supra da Câmara Municipal, a população tem de ser responsável pelo seu próprio desenvolvimento. Por conseguinte, entende-se que o

controle de construções “clandestinas”, melhorias de habitação e promoção de um espaço público de qualidade possa a ser assumido não apenas pela Câmara Municipal, mas também pela população, sempre numa perspectiva de cooperação mútua.

O que está em jogo é que de acordo com o relatório publicado pela ONU HABITAT em 2011 a problemática da habitação nas cidades dos países em desenvolvimento não apenas reflete as desigualdades de renda entre as famílias, mas também é um subproduto dos ineficientes mercados de solo e habitação, de mecanismos financeiros ineficazes e de um planejamento urbano ruim. Enquanto as desigualdades de renda são um importante fator de divisão social, as desigualdades espaciais visíveis em tantas cidades são o resultado das disparidades socioeconômicas e de grandes processos de desenvolvimento urbano, governança e exclusão institucionalizada de grupos específicos.

Nos bairros periféricos informais, além de baixa renda e carência nas moradias, os moradores são menos favorecidos em termos de vantagens urbanas. Combinada, a distância física e social entre os bairros pobres e ricos representa a armadilha da pobreza espacial marcada por seis desafios distintos: “a) severas restrições de emprego; b) altas taxas de desigualdade de gênero; c) condições de vida deterioradas; d) exclusão social e marginalização; e) falta de interação social e f) alta incidência de criminalidade” (ONU HABITAT, 2011 p. 13).

Por outro lado, o depoimento de um dos representantes da Câmara Municipal, sugere como ultrapassar estes desafios:

Eu acho que para ultrapassar tal situação o Governo ou a Câmara deve ser tanto doador como capacitador, regulando a competição pela terra, possibilitando terrenos urbanizáveis a custos reduzidos e com serviços básicos, financiando a aquisição de materiais de construção e a construção da habitação às pessoas de baixa renda e desburocratizando a legalização do processo construtivo. Tal atuação deve sempre ter em conta as parcerias das organizações comunitárias, das ONGs e do setor privado. Mais: o resultado foi positivo, ainda não temos dados estatísticos, mas para aquilo que vejo, as parcerias que mantemos com a Citi Habitat o resultado foi positivo isto porque conseguimos ajudar as pessoas a resolverem minimamente os problemas da sua habitação e isso tem refletido na melhoria de modo de vida das pessoas (Entrevista com a CMP, 2012).

De um modo geral, a CMP em jeito de balanço teve uma impressão positiva sobre o resultado de parceria em que afirma que apesar de ainda não ter dados estatísticos concretos, para aquilo que vê as parcerias que manteve com a Citi Habitat o resultado foi positivo isto porque disse que conseguiram ajudar as pessoas a resolverem minimamente os problemas da sua habitação.

De seguida analisamos a forma como os moradores do bairro, a Citi Habitat e Câmara Municipal vêem e entendem o bairro de Ponta d'Água a nível de infraestruturas, serviços e equipamentos.

## **2.7. Sobre as infraestruturas, serviços e equipamentos coletivos.**

De acordo com a CMP (2012) a migração para a cidade da Praia vem trazer grandes pressões sobre as infraestruturas. Grande parte dessas pessoas acaba por se instalar em zonas suburbanas de modo particular e informal. Tais assentamentos apresentam uma complexidade caracterizada por uma ocupação tida como “clandestina”, construções com fracas condições e escassa qualidade de conforto, carência de infraestruturas básicas, de equipamentos, elevada densidade dos bairros e dos alojamentos. Dado ao crescimento exponencial da população urbana e de fenómeno de ocupação espontânea nos bairros periféricos vão surgir inúmeros problemas urbanísticos e de saneamento básicos.

É consensual admitir uma estreita articulação entre o sistema de mobilidade espacial e o processo de organização do território do bairro, não só em termos de localização, forma e ordenamento, mas também nas articulações que se estabelecem entre os diversos aglomerados urbanos.

No tocante ao bairro de Ponta d'Água a CMP deu o seguinte depoimento quanto à rede viária:

(...) normalmente as redes de transportes públicos passam nessa localidade ou na proximidade dela. O objetivo da Câmara é desencravar esses bairros. No caso de Ponta d'Água não há tanto problema quando as pessoas querem apanhar táxis ou autocarro. Acabamos de construir uma estrada que dá acesso ao resto da cidade que passa pelo Castelão e uma outra que passa para Achadinha Pires. Sem pensar por aquela ligação viária antiga que passa pelo Cruz Marques. Portanto, há 3 redes viárias que ligam o referido bairro ao resto da cidade (entrevista com a CMP).

Na verdade, por aquilo que vimos durante o trabalho do campo, constatamos que a construção das três redes viárias no bairro vem diminuir a distância que liga o bairro ao resto da cidade. No entanto, isto não reduziu o custo de transporte. As condições de vias recém-construídas que passam para Achadinha Pires e Castelão, são boas, mas as estradas que permitem a mobilidade dentro do bairro apresentam um nível baixo de qualidade. E quanto à circulação dos transportes públicos, os moradores se queixam bastante sobre a sua escassez.

De acordo com a Câmara Municipal o investimento na rede viária foi uma das prioridades da CMP a partir do ano 2008. Tal constatação é que na cidade da Praia os

problemas das redes viárias que dificultam a ligação do bairro ao resto da cidade em grande medida decorrem da ausência de um planeamento prospetivo e eficaz ao nível espacial e do sistema de transportes, que tem origem no processo expansivo do processo de ocupação de território que referimos atrás.



**Figura 7: Características de arruamento em Ponta d' Água**

Fonte: Foto do autor

Um dos grandes fatores que determinam e continuam a ser um problema, diz respeito á mobilidade dentro do bairro. Quanto a forma como o espaço do bairro está organizado, às vezes podem ocorrer algumas situações de urgências, os bombeiros, as ambulâncias ou carros de Polícia terão dificuldades de entrarem porque as ruas são apertadas ou porque não há arruamentos. As pessoas no momento de defender os seus interesses esquecem os casos de doenças e dos eventuais perigos como catástrofes provocados pela natureza de entre os quais as inundações. Todas as subzonas do bairro apresentam o mesmo déficit em nível de redes viárias, com a exceção de subzona IV ainda em construção.

Ainda dentro da mesma linha de conversa Marino, morador de Ponta d'Água deu o seguinte depoimento, sobre as principais dificuldades da zona, sobretudo na área de ordenamento de território, que causa problemas de mobilidade interna.

Certo como se sabe é um bairro que cresceu bastante a partir dos anos 80, há grandes problemas em termo de arruamento. Portanto se é um bairro que cresceu a partir do êxodo rural e de pessoas que vieram de outras ilhas, no entanto elas vão construir em qualquer lugar e ladeiras e vão trazer hábitos do seu espaço de origem, vão buscar o seu pedaço de terreno e vão construir à sua maneira, por isso não vão esperar para a Câmara Municipal lhe dar um terreno. E isso vai obrigar a aparecer construção clandestina, e como sabemos a construção clandestina vai trazer zonas com falta de arruamento, que caso houver casos de um incendio, bombeiros e ambulância não vão conseguir entrar, e também as construções nas ladeiras vão dificultar as pessoas o

acesso a água potável e a rede de esgoto (entrevista com o Marino, morador do bairro, 45 anos).

A opinião de Marino conclui que a falta de política do solo por parte da CMP, levou os imigrantes a apostarem no mercado informal para a construção da sua moradia. E percebe-se que isso impede um arruamento adequado que facilita a mobilidade interna dos veículos dentro do bairro.

De uma forma geral percebe-se que a mobilidade interna dentro do bairro é dificultada através de falta de um planeamento urbano eficaz e isso exclui os moradores de viver num espaço urbano com todas as condições de habitabilidade. De seguida analisamos a forma como os moradores vêm e entendem o espaço onde vivem na área de saneamento.

## **2.8. Saneamento Básico**

Se até pouco tempo atrás para a pouca implantação das infraestruturas de serviços de abastecimento de água e rede de esgoto argumentava-se, sobretudo a distância geográfica e com a justificação de que o espaço do solo foi utilizado de forma irracional impossibilitando a sua implantação, hoje se reivindicam como fatores fundamentais que determinam as condições de acessibilidade, conforto, espaço urbanos condignos e boas condições de habitabilidade. Nhó Bernardo sugeriu o seguinte sobre o que espera do seu bairro:

Eu gostaria que Ponta d'Água tivesse todas as ruas calcetadas, água para todas as pessoas, rede de esgoto, infraestruturas para os jovens praticarem todas atividades recreativas e culturais, mas também apoio para os jovens (entrevista Nhó Bernardo, morador do bairro, 44 anos).

Como referido anteriormente, em Ponta d'Água a problemática de falta de água é preocupante. Os moradores se queixam tanto da quantidade como da qualidade desse líquido precioso. Não se tem dados exatos sobre o número de pessoas que tem água encanada no bairro. Mas o que é certo, é que Nha Mana, de mão na cara, deu o seguinte depoimento sobre esse aspecto:

Eu gostaria que o bairro tivesse água de rede em bom estado para ser utilizado, porque nesse momento temos água de péssima qualidade, lama e lama, cheio de ferrugem. Fomos para outras zonas encontramos água que dá a gente vontade de beber. Água preta... Mas a nossa água sinceramente... mas não temos nada a fazer, somos pobres e não temos dinheiro para comprar água engarrafada todos os dias (entrevista com Nha Mana beneficiária do projeto de 58 anos de idade).

Naquilo que Nha Mana referiu mostra certo desespero e falta de respeito por parte das autoridades competentes. Nos bairros periféricos são os pobres os que mais sofrem e mesmo pagando. A carência socioeconômica em que vivem, intensifica a sua exclusão social. Ainda a análise que se pode fazer acerca do depoimento dela é que de entre todos os bairros periféricos da cidade da Praia, Ponta d'Água é um dos bairros que mais sofre com a falta de água.

Para além do abastecimento de água, a inexistência de rede de esgoto contribuiu fortemente para piorar a qualidade de vida dos habitantes do bairro e incentivar o aparecimento de algumas doenças. Nhó Bernardo, morador do bairro deu o seguinte depoimento sobre o assunto:

Um outro problema é do lixo. A pessoa em vez de deitarem o lixo no contentor coloca-o no chão. Não imaginam o perigo que isso pode trazer para a saúde das pessoas. Também não participam na campanha de limpeza. O que precisam é de formação e sensibilização (entrevista com Nhó Bernardo, morador do bairro, 44 anos).

No depoimento de Nhó Bernardo é atribuído o problema às próprias pessoas. É certo que o lixo deixado ao ar livre constitui um grave problema para a saúde pública, dado a proliferação de insetos (moscas, mosquitos, baratas, formigas, ratos,) autênticos veículos condutores de micróbios patogénicos que contaminam a água que usamos, os alimentos e provocam doenças como febres, paludismo, diarreias entre outras doenças. Por outro lado as pessoas têm que ter informação e tem que ter condições como lixeiras para depositar o lixo, além de maior frequência na limpeza das ruas.

De uma forma geral na cidade da Praia e em especial no bairro de Ponta d'Água a maioria dos habitantes vive em condições sanitárias abaixo do nível mínimo exigido, desde logo, pela fraca disponibilidade dos recursos hídricos, que tem constituído um dos fatores do baixo nível de qualidade de vida da população urbana residente em bairros periféricos. Apesar de se ter apostado na dessalinização da água do mar como uma das alternativas para fazer face à falta de água na capital do país, ainda hoje há muitas reclamações a esse nível.

Também analisaremos na sequência como os moradores vêm e entendem o espaço onde vivem no tocante a equipamentos coletivos.

## **2.9. Os Equipamentos Coletivos**

Na parte inicial indicamos a existência de equipamentos coletivos. No espaço do bairro as pessoas interagem todos os dias com os poucos equipamentos existentes. A

falta de equipamentos públicos caracteriza o espaço do bairro. Assim Luizinha, uma moradora de bairro sugeriu o seguinte:

Os equipamentos sociais existentes no bairro são insuficientes tendo em conta que somos um dos mais populosos da cidade da Praia. Boa parte da população é bastante jovem, sofremos de desemprego, mas também há falta de equipamentos públicos para a realização de atividades. Por exemplo, já costumamos querer realizar uma dada atividade, na escola, fomos para lá e encontramos o espaço ocupado, então tínhamos que recorrer a outros espaços (entrevista com Luisinha, moradora de 32 anos).

A grande precaridade, e até a inexistência de equipamentos públicos caracterizam boa parte dos bairros informais da cidade da Praia. A sua ocupação de forma informal, dificultou também no desenvolvimento e estabelecimento destes equipamentos no bairro.

Dos poucos equipamentos existentes muitos não se encontram em bom estado de conservação. De acordo com o depoimento de Marino um dos moradores do bairro,

(...) a população tem que saber usá-los porque ainda há pessoas que tem na sua cabeça que as coisas do estado é para estragar, então não vai conservar e vai esquecer que caso for estragado que o governo local tem que ir gastar dinheiro para ir reparar. E o dinheiro podia ser utilizado para a construção de outras infraestruturas na zona, por isso a população tem que saber colaborar para não estragar nenhum equipamento social existente na zona. Há dois balneares perto da escola e há um outro perto da Inerte que acabaram por ser demolido por causa do seu mau uso, e as pessoas acabam por arrebatá-los, as pessoas tiraram portas e passou a ser lugar de fazer necessidades fisiológicas. Por isso, no meu modo de ver, a câmara deve reparar esses lugares e até construir nos lugares que ainda não tem, mas a população tem que colaborar, porque aquele que vai ser construído é para servir a população principalmente para os mais carenciados. (entrevista com Marino, morador do bairro, 45 anos).

O que se pode notar da ideia desse morador é que, a falta de equipamentos públicos traduz-se mais uma vez em um déficit de cidadania por parte da população do bairro. E quando é assim a pessoa não está a contribuir para viver num espaço urbano de qualidade. A ideia aqui expressada por ele, é que a população não assume atitudes, não participa ativamente na conservação dos equipamentos existente no bairro. A inexistência dos balneares públicos pode também pôr em risco a saúde pública.

Outra questão tem a ver com a gestão desses equipamentos, não só por parte das autoridades competentes, como também por parte da população para saber preservá-los. Sobre esse aspecto Leopold diz:

Os equipamentos sociais que temos em Ponta d'Água, por aqueles poucos que temos, eu penso que todas as coisas que são usadas frequentemente, a tendência é para estragar, mesmo se não for usado. Até ainda os nossos equipamentos tem estado a ser usado, o que está a faltar é uma administração com mais responsabilidade. O que acho pertinente é criar um grupo de administradores para a sua manutenção. Polivalente tem porta que as pessoas

na rua podem observar tudo aquilo que está por dentro e isso é bom porque uma coisa fechada sempre as pessoas apresentam curiosidade de ver o que está por dentro (entrevista, com Leopold, morador do bairro, 45 anos).

Percebe-se que o depoimento dele expressa anseio de inclusão social. A porta transparente indica “entrar”, ainda que com os olhos. A ideia de administrar corretamente as coisas públicas que existem no bairro espelha a ideia de transparência e de participação.

Para além daqueles existentes que necessitam de manutenção permanente e de sua melhor gestão, os depoimentos recolhidos refletem o desejo por parte dos moradores do bairro, de ter um conjunto de equipamentos coletivos que lhes garantam viver num espaço com melhores condições de habitabilidade. Assim afirma Damaia, moradora que idealiza e incrementa os anseios coletivos:

Eu gostaria que Ponta d'Água tivesse rede de esgoto, uma praça, lugares para as crianças se divertirem, um jardim-de-infância porque há mais jardins privados de que público, casas todas pintadas, uma igreja maior porque aquela que existe nesse momento é muito pequena e não dá para receber muita gente. Gostaria ainda de ver a construção de um liceu, posto de polícia, mercado, porque o nosso bairro é grande, aumenta a necessidade de ter esses equipamentos no bairro. Gostaria de ver um liceu onde o respeito deveria ser o valor principal, e para isso acontecer tem que ter oração na escola, como no liceu Mira Flor em Palmarejo Grande. Gostaria ainda que os adultos fossem exemplos dos mais novos e que também a delinquência juvenil acabe (entrevista com Damaia, moradora de bairro, 52 anos).

Percebe-se que o desejo dela é abrangente e implica um viver num espaço que garanta uma vida coletivamente digna, ou seja, que garanta todas as condições de habitabilidade. A escassez desses equipamentos fazem com que os habitantes do referido bairro saiam para os outros bairros para frequentar as aulas, ter mais opções de lazer, e resolver outros problemas.

Portanto, por aquilo que observamos e que ouvimos, o bairro apresenta deficit de equipamentos públicos, e isso pode ter influência negativa na cidadania. Se por um lado se verifica escassez dos equipamentos, por outro lado, para os poucos existentes os moradores alegam que não estão a ser conservados corretamente.

Por último, já que não dispomos de dados oficiais sobre as condições socioeconômicas dos moradores, demonstramos a partir de nossas observações a forma como os moradores vêm e entendem as suas próprias condições socioeconômicas.

## 2.10. Sobre as Condições Socioeconómicas do Bairro.

Constatamos é que as pessoas possuem condições de níveis socioeconômicos diversificadas. É um bairro em que as pessoas têm acesso limitado aos bens e serviços essenciais como o transporte público, o telefone, água, rede de esgoto, habitação condigna, supermercado entre outros equipamentos sociais.

Tendo em conta que as condições socioeconómicas das pessoas dentro do bairro são variáveis, também os seus padrões de níveis de vida são variáveis, o que de um modo geral não lhes permitem pagar renda cara. Nesse aspeto Mariano, morador do bairro deu o seguinte depoimento:

Em termos de renda, há vários tipos de pessoas e cada uma pertence a uma camada social. As pessoas mais pobres não conseguem fazer as suas casas ou por questão de não terem terrenos, ou por questão financeira que não as permitem. Temos umas pessoas que a renda vai até valor 3000\$00 (30€) cabo-verdianos porque não conseguem pagar mais e até esse três mil escudos é um grande esforço. E também temos as pessoas de classe média – alta que pagam as rendas mais elevadas. E até em Ponta d'Água há pessoas que pagam de renda até os 25.000\$00 (255€), mensal. E como sabemos as rendas para qualquer uma das classes têm sufocado às famílias. Uma pessoa que está a pagar 3000\$00 (30€) a 5000\$00 (50€) tem que saber que as suas casas não têm todas as condições. Podem morar em casas que não têm casas de banho e fazem as suas necessidades fisiológicas na rua, o que não é bom em termos de higiene, e hoje o que é pior não há espaço. As casas já ocuparam todos os espaços. Principalmente a partir dos anos 80 houve grande crescimento de população e por consequência houve também crescimento de infraestruturas, principalmente casas, portanto é importante, é necessário de facto construir casas especiais onde possam ter todas as condições para habitação (entrevista com Mariano, morador do bairro, 45 anos).

Em nossas conversas, também notamos que existem pessoas que não conseguem ter acesso ao crédito bancário para aquisição de um terreno para a construção de casa própria. Existem, por outro lado, casos de pessoas que entram com o pedido de terreno na Câmara, porém, face à morosidade do processo, decidem então construir as suas habitações e face ao rendimento baixo que usufruem não conseguem construir uma habitação com todas as condições de habitabilidade. Um bairro como Ponta d'Água que se originou a partir do êxodo rural, o que acontece é que as pessoas logo que chegaram a Praia procuram casas de baixa qualidade, onde pagam rendas baixas, para um dia puder sair da situação de pagamento de renda.

Devido à escassez de emprego no bairro, muitas famílias constataam dificuldades para a juventude, pelo que o depoimento de Manu refere-se a esse aspeto claramente:

Há muito problema com o desemprego. Aí destaco a importância de ter o centro de juventude. Se tivesse esse centro promoveria formação profissional na área de informática, na área de construção, mecânica entre outro. Um dado importante é que Ponta d'Água é um bairro pobre que não consegue oferecer os seus moradores todas as ofertas em nível de emprego. Por isso os jovens

têm que procurar emprego fora do bairro. Dado à fraca condição económica das famílias, muitos jovens terminam os estudos secundários, e ficam na casa porque os pais não têm condições de ajudar os filhos a prosseguir os estudos. E isso contribui para aumentar o desemprego (Entrevista com Manu, morador do bairro, 26 anos).

A exclusão dos padrões económicos pode também ocorrer em termos de padrões de consumo, isto é, daquilo que as pessoas compram, consomem ou usam na sua vida diária. No referido bairro as taxas do desemprego são relativamente alta e as oportunidades de trabalho são geralmente limitados. Encontramos poucas oficinas de carpintaria e de serralharia, que não conseguem responder todas as demandas da população. Não encontramos nenhuma escola de formação profissional que possa preparar os jovens para o mercado de trabalho. Ponta d'água no fundo funciona mais como um bairro de residência e não como um bairro de produtividade. Por isso as pessoas têm que procurar bens e consumo fora do bairro. É nesse sentido que a exclusão económica gera outro tipo de exclusão: basta ver que muitos jovens terminam os estudos secundários, mas não conseguem prosseguir os seus estudos.

Outro dado observável no espaço do bairro é que há muitas vendedeiras ambulantes que vivem em situação de pobreza, uma vez que vivem do comércio informal e, como se sabe, esse tipo de comércio é instável e pouco rentável. Neste sentido Djila diz:

Eu saio de casa todos os dias com a minha banheira na cabeça, para procurar um jantar para os meus filhos. Às vezes vendo dia sim, dia não. É uma situação complicada. Tenho filhos na escola. A minha vida está a piorar cada dia que passa. Não tenho boa casa, nem nada. Se eu tivesse um emprego fixo, tudo resolveria. O meu marido ganha muito mais do que eu, porque tem um bom trabalho, mas, não vejo o seu dinheiro (Entrevista com djila, moradora do bairro, 51 anos).

Percebe-se que, o desemprego é um problema social que atinge mais a camada feminina. Segundo o INE (2010, p. 14) de entre o total dos trabalhadores que trabalham por conta própria em Cabo Verde, 62,5 % são mulheres. Em termos de salários, de um modo geral as mulheres usufruem de salários inferiores aos homens. Estudos realizados pela Câmara Municipal da Praia mostram que as mulheres dominam o comércio informal. Por exemplo, em 2008, a Praia contava 2.094 vendedores informais (85,39% mulheres e 14,61% homens) nos mercados da capital, sendo 816 com balcões fixos e 1.278 ambulantes. O que ainda contribui para piorar a situação em termos económicos é a predominância no bairro de famílias numerosas<sup>20</sup>. Pensa-se que o salário mínimo

---

<sup>20</sup> No Bairro de ponta d'água encontramos em média, 6 agregados por cada família (INE, 2010).

nacional que se quer implementar viria minimizar alguns problemas mas não acabaria com a exploração no mercado de trabalho. É a partir dessas situações que Citi Habitat vem desenvolvendo projetos de reabilitação de casas que apoiam as famílias de baixa renda, principalmente as lideradas pelas mulheres.

Os dados apresentados demonstram que a construção das habitações nas encostas e em zonas inundáveis da cidade da Praia e em particular no bairro de Ponta d'água, se dá devido à deficiente política de regulamentação do solo, e pouco controle por parte das autoridades das áreas da periferia da cidade. Tudo isso vem afetar a eficaz implantação de redes de água, esgotos, e de energia. Estes fatores vêm contribuindo para o aparecimento de arruamento deficiente o que dificulta a mobilidade interna no bairro, escassez de equipamentos, infraestruturas e arrasta também os problemas que têm a ver com o saneamento.

As parcerias estabelecidas entre a ONG Citi Habitat e a Câmara Municipal da Praia vêm por um lado promovendo um espaço urbano com mais qualidade no referido bairro dado que a construção do muro de proteção pela ONG Citi Habitat vem aliviar os riscos provenientes de uma má localização das habitações nas encostas do bairro de Ponta d'Água e trouxe mais autoestima nos moradores e segurança nas suas habitações. Por outro lado, essa parceria que promove a ligação de água domiciliária vem também aliviar o cansaço e o sofrimento que advém das distâncias percorridas pelas mulheres para procurarem água fora do bairro ou nos chafarizes do bairro onde residem.

De uma forma geral os dados apresentados deixam pistas que há alguns problemas que inquietam os moradores e que gostariam que fossem resolvidos, como o desemprego, distribuição de água tanto em qualidade como em quantidade, mais equipamentos sociais e infraestruturas, bem como maior participação dos moradores no desenvolvimento do seu bairro. Demonstraremos no terceiro capítulo que muitas mulheres chefes de família tiveram as suas casas reabilitadas com o apoio do projeto de habitação social implementado pela ONG Citi Habitat.

### **CAPÍTULO 3. AS MORADORAS E O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO NO BAIRRO DE PONTA D'ÁGUA.**

Este capítulo tem por objetivo analisar os sentidos que os beneficiários de projeto atribuem ao projeto da ONG Citi Habitat no referido bairro, em especial as mulheres moradoras da área. A pesquisa explora etnograficamente as relações entre a pobreza, o espaço, e as questões de gênero envolvidas nestes campos, a partir de políticas urbanas que regulam a complexidade espacial contemporânea.

As mulheres continuam a serem confrontadas com situações de grandes desigualdades sociais, económicas e espacial. Husley e Winchester (*in*: Silva 2007 p.120) argumentam que o processo de segregação espacial, para além da lógica capitalista que os define, relaciona-se com o modelo social patriarcal, dado que muitas áreas são constituídas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma feminização da pobreza urbana.

Para Medeiros e Costa (2008 p. 1) “a feminização da pobreza é uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres”. O planeamento urbano na cidade da Praia coloca a mulher na esfera pública onde assumem diariamente duplas jornadas de trabalho combinando os trabalhos laborais informais com as tarefas domésticas. As precárias condições habitacionais, a falta de equipamentos e de serviços sociais de apoio às crianças, jovens e aos idosos, e o deficiente planeamento urbano, a desarticulação entre o lugar de residência, trabalho, serviços sociais, instituições escolares e de saúde, e deterioração dos serviços sociais, em geral, estruturam a qualidade de vida dos habitantes da cidade e, em particular das mulheres de Ponta d'Água. Esta realidade justifica a intervenção da Citi Habitat em desenvolver o projeto de habitação social às pessoas de baixa renda, camada à qual pertence a maioria das mulheres de Ponta d'Água.

De seguida apresentamos o enquadramento do bairro, em que discutimos o modo de vida das mulheres no bairro de Ponta d'Água.

#### **3.1. O Bairro e as Mulheres**

No bairro de Ponta d'Água, desde os anos 80, as mulheres constituem como um elemento importante na produção do espaço urbano. Essas mulheres vieram do mundo rural do interior da ilha de Santiago e de outras ilhas e muitos delas moravam nas barracas em grupo e à medida que melhoram as suas condições de vida passaram a

habitar em casa de aluguel. Face à incapacidade do Estado em garantir-lhes o direito à moradia, aos poucos muitas delas se apropriaram do espaço e apostaram na autoconstrução como forma de manifestar o seu direito à moradia. À partida, muitas delas tentaram morar em espaço de fácil acessibilidade a rodovias principais e à rede de transportes, o que permitia a essa camada com baixo recurso económicos, uma grande acessibilidade ao emprego e outros serviços de saúde, educação, de equipamentos sociais, desportivos e recreativos.

A falta de oportunidades económicas, baixo recursos, práticas discriminatórias e a ausência de políticas sociais de integração contribuem para a segregação residencial destas mulheres, as quais têm sido sistematicamente empurradas para zonas marginais e periféricas da cidade da Praia. De certa forma, como demonstramos nos capítulos anteriores, o discurso oficial de que o referido bairro vem sendo ocupado de forma “clandestina”, imprime a ideia de que:

“Os pobres sejam ‘uma classe perigosa’ ou que sua ‘ameaça à higiene e saúde pública das cidades’ seja suficiente justificativa para explicar a formulação de políticas de segurança pública, que ao invés de resolvê-los, o que fazem é estigmatizar mais zonas de pobreza como segregadas e problemáticas. Além disso, a retórica do ‘desenvolvimento participativo e sustentável’ das ‘novas políticas de redução de pobreza’ contemporâneas se inspiram em projetos políticos anteriores que invocam a ideia de Paulo Freire de que os expertos podem aprender dos pobres” (Hita e Gledhill, 2010 p.191).

O que se verifica é que as pessoas que vivem em assentamentos informais como Ponta d’Água, possuem capacidades de auto-organização, capaz de explicar o modo como elas vivem e em alguns casos até lograr certa mobilidade. Além do que não estão desinteressados de seus direitos políticos, de forma que ONG como a Citi Habitat não apenas humanizou os bairros, como também têm contribuído para importantes mudanças na prática e política, ao lado do impulso que a Câmara Municipal da Praia e outros parceiros têm produzido nessa mesma direção.

Ao longo de trabalho de campo realizado no bairro, as narrativas que fomos recolhendo, evocavam as descrições do espaço, notas interpretativas e reflexões a partir de um lugar onde o real e o imaginário, o visível e o invisível se cruzam e criam a “realidade”. Na minha interpretação, o bairro apresenta-se como “uma narrativa social e urbana complexa, estruturada por uma multiplicidade de trajetórias individuais, assim como práticas institucionais que se convergem e se insinuem” (Horta, 2007, p.340).

Assim, o bairro de Ponta d’Água é um lugar policêntrico, fragmentado, difuso, em relação à performatividade e a linearidade de sexo, gênero e desejo. Considera-se o

espaço do bairro enquanto “reflexo, meio e condição das normas culturais de gênero e sexualidade” (Ornat, 2008 p. 311). Entretanto, da mesma forma que existem distintas espacialidades, todas relacionadas a distintas práticas sociais, a produção geográfica não é homogênea havendo uma grande variedade entre as temáticas valorizadas na própria reflexão das espacialidades dos grupos sociais.

O referido bairro é um lugar com um ponto de partida, a partir das quais podemos ler e mapear estas cartografias, ziguezagueando entre múltiplos espaços e relações sociais contraditórias e irredutíveis cheios de significados (ver o capítulo II. páginas 52 - 53).

É notório observar no espaço do bairro uma grande diversidade de papéis desempenhados pelas mulheres. Elas trabalham em casa e fora de casa, visitam amigos, criam animais, participam nas atividades religiosas, nos convívios de aniversários, festas de casamento, vão para a maternidade, cuidam dos filhos e da família. Ainda, elas participam nas cerimônias fúnebres, algumas praticam desportos, muitas fazem venda ambulante no bairro e fora do bairro. No bairro é comum a existência de pequenos negócios geridos pelas mulheres na varanda das residências e ao longo da via principal. Há algumas lojas que são geridas pelas mulheres, mas também se verifica diariamente circulação de mulheres com banheira na cabeça a saírem porta a porta a venderem produtos agrícolas, pescado e peças de vestuários. Também se verifica principalmente nos finais da semana algumas mulheres a cavarem terrenos, outros a transportarem areia, brita, com latas de água na cabeça ou a frente das suas residências a cozinharem no fogão de pedras.

De manhã se verifica movimentos de mulheres para fora do bairro, umas se deslocam a pé, outras nos veículos. Aquelas que normalmente apanham veículos e juntam-se em grupo, apanham táxis, o que lhes convém como um preço mais acessível. Ainda, vemos-lhes com crianças no colo e nas mãos no caminho da escola e do jardim. No espaço de trabalho lidam com os seus afazeres, cuidam das crianças e preparam a refeição para o jantar, o que traz uma sobreposição entre o espaço doméstico e o de trabalho. E isso acontece normalmente com as mulheres que fazem vendas informais nas proximidades do passeio no bairro.

Para as mulheres que trabalham fora do bairro, quando de regresso do trabalho tomam as crianças nos jardins e nas escolas e as levam para casa. Quando chegam a casa, chefia todos os afazeres domésticos. Em termos de participação nas atividades

sociais da comunidade, normalmente se verifica a presença de mais mulheres do que dos homens.

A partir da realidade vivenciada e observada, permiti-nos afirmar que, a presença desses grupos locais como forma de avaliar expressões culturais suburbanas contraria o raciocínio por similitude da cultura Ocidental fundante para o qual o espaço público tem sido equacionado com o domínio dos homens, e o espaço privado, ou doméstico, com o das mulheres. Segundo Wilson (*in*: Horta, 2007 p.359) no contexto da nova sociedade urbana do século XIX, esta ideologia estava associada a práticas de controlo social e espacial das mulheres. A cidade era percebida como lugar de libertinagem, promíscuo e sujo e, como tal impróprio para as mulheres. O espaço doméstico era representado como o lugar próprio das mulheres conferindo-lhe a boa reputação e respeitabilidade. Nesta perspectiva, a apropriação do espaço público pelas mulheres era entendida como uma ameaça ao poder repressivo e patriarcal. É de realçar que o desenvolvimento da sociedade capitalista, ao potenciar novas formas de consumo e oportunidades de trabalho, tendeu a minar o controlo patriarcal exercido até então, sobre as mulheres.

Os novos padrões de consumo e a crescente feminização do mercado do trabalho criavam novos espaços de atuação para as mulheres de classe baixa, média e alta, desafiando as fronteiras do público e privado (Leandro, 2007). No tocante ao trabalho feminino em Cabo Verde, e mais concretamente na cidade da Praia, dir-se-á que as mulheres, embora coadjuvadas por várias instituições públicas em tarefas que lhes eram tradicionalmente acometidas no seio da família, não por isso foram demitidas das mesmas, quais sejam reprodução, manutenção, educação, apoio, prestação de serviço de várias ordens, quer de índole material, quer de cariz afetivo e simbólico.

Desde a sua origem, na produção do espaço no bairro de Ponta d'Água, as ações da ONG Citi Habitat, dentro do contexto económico, social, político e institucional, têm desempenhado um papel decisivo na estruturação social e espacial do bairro. As dinâmicas sociais, e as assimetrias de poder geradas em nível de comunidade local têm constituído, igualmente, importantes elementos estruturadores deste núcleo urbano atravessado por divisão de género, de classe e estatuto.

A ideia de que o espaço do “outro” – o feminino - existe dentro do território conquistado pela força do masculino, como aponta Rose, mobilizou o “oprimido”, nesse caso a mulher, para desenvolver táticas desconstrucionistas que exercem uma pressão para influenciar a ordem estabelecida (Rose *in*: Silva, 2007 p.123). Daí que dada a

precariedade habitacional com a qual vivem as mulheres de Ponta d'Água, muitas são aquelas que lutam pelo acesso à moradia, pelo que bateram na porta da ONG Citi Habitat pedindo apoio para a reabilitação das suas casas, com ajuda dos familiares e amigos, trabalhando como empregada doméstica ou rabadante para sustentar a família.

O grupo atingido pelo projeto de habitação implementada pela referida ONG foi as mulheres chefes de família cujos domicílios estão localizados em áreas informais, com escassez e baixa qualidade de serviços e infraestrutura. São ainda, mulheres que possuem crianças menores e jovens de maior idade sob sua tutela. Em geral, elas não usufruem de salários fixos, possuem baixa escolaridade, até há casos com ensino básico incompleto e sem nenhuma escolaridade. O estabelecimento dessa camada social se deu pelo alto potencial de reprodução ampliada da pobreza que ela representa, sendo que os filhos substituem o papel desempenhado pelo cônjuge no suprimento das necessidades básicas da família e, sendo assim, as possibilidades de acesso a melhor escolaridade e trabalho acabam sendo frustradas.

O projeto de habitação no bairro apresenta-se como um conjunto de discursos e práticas sobre o espaço e as ideologias nas quais este se funda, e ainda apresenta um conjunto de funções, como a de abrigo e reprodução da família. É ainda, um elemento fundamental na construção da personalidade individual, de integração social e de socialização, para além de ser um espaço de consumo, de produção de bens e serviços, de ócio e comunicação (Matos, 2001).

Seguidamente iremos concentrar a nossa atenção sobre os instrumentos internacionais que regulam o direito à moradia, as desigualdades de género como processos históricos, bem como a iniciativa da Citi Habitat em tentar repor o direito à habitação às famílias de baixa renda, principalmente as lideradas pelas mulheres.

### **3.2. Políticas Habitacionais, Género e a OnG Citi Habitat.**

A nível internacional há instrumentos que apontam a habitação como um direito social e que exigem do Estado a implementação de políticas públicas para àqueles que não têm acesso à habitação via mercado. De entre essas organizações e convenções constam: ONU HABITAT; a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção sobre os Direitos das Crianças; o Pacto dos Direitos Sociais, Económicos e Culturais; Convenção sobre todas as formas de Discriminação Racial; Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as mulheres entre outros.

Em Cabo Verde, as instituições, responsáveis para os assuntos em matéria de habitação são: o Governo através de Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, as Câmaras Municipais, ONGs, Associações Comunitárias de Base e Imobiliária Fundiária e Habitat (IFH).

Apesar de que, de acordo com a legislação cabo-verdiana a habitação é um direito, nota-se uma parcela significativa da população, não está incluída nestes, já que impossibilitada ao acesso a moradia digna.

Na tentativa de inclusão desse direito a Citi Habitat vem desenvolver projetos de habitação às pessoas de baixa renda beneficiando principalmente as famílias que são chefiadas por mulheres. Nas últimas duas décadas, a ação das mulheres transcendeu a condição da família, responsável pelo lar, para exercer as suas tarefas na esfera pública.

De acordo com Yazbek (2003) ao adentrar no campo das desigualdades sociais, nos deparamos com a desigualdade de gênero como processo histórico, ideia defendida também por outros autores (Sacramento e Neiva, 2011; Nabozny, 2005; Saffioti, 1997; Butler, 2008). Com a minha interpretação das ideias desses autores, o conceito de gênero se refere aos aspetos da vida social pelos quais homens e mulheres detêm papéis, necessidades, preferências, interesses e prioridades diferentes. Ou seja, as ideias do ser “homem” e ser “mulher” são determinadas socialmente, acarretando desigualdades e diferenças no espaço urbano decorrentes de ser masculino ou feminino. Neste sentido, homens e mulheres enfrentam obstáculos, oportunidades e desafios distintos, sendo que mulheres e homens são afetados e contribuem diferentemente no que concerne o desenvolvimento social e econômico (Nabozny, 2005).

No entanto, embora sejam visíveis muitas conquistas sob a fortaleza do patriarcado, o poder ainda é, como diz Saffioti (1997), “macho, rico e branco”. Assim, as distintas formas de desigualdades manifestam-se na condição de classe, de gênero e etnia, junto ao sistema capitalista de dominação/exploração, a ideologia do patriarcado, e o racismo, todos entendidos como unidades simbióticas porque inseparáveis ao longo de processos históricos, consistindo portanto, “em três diferentes ordenamentos das relações sociais correndo paralelamente”. Esses três antagonismos, diz a autora “entrelaçam-se de modo a formar um nó” (Saffioti, 1997 p. 61).

Convém lembrar a outra importante contribuição de Saffioti (1997, p. 84), que diz que a condição da subalternidade não significa, entretanto ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois polos de relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais. As alterações na dose de poder ainda não a derrotaram. Pois

não podemos ignorar os longos caminhos a percorreram, e muito menos a distancia entre o “lugar dos homens” e o “lugar das mulheres” numa sociedade marcada por relações de género assimétricas.

Face à crescente inserção das mulheres no campo da produção, ampliou-se a necessidade de políticas sociais no atendimento às situações de moradia, renda e emprego, além das condições sociais básicas de educação, segurança, saúde e do meio ambiente em que estas famílias se inserem. Segundo a ONG Citi Habitat a preferência pelas mulheres no programa de habitação social ocorre pelas qualidades que as mesmas possuem na relação de vínculos afetivos estabelecidos com a família, na responsabilidade de garantir abrigo, na manutenção do lar e, principalmente, pela persistência na luta pela aquisição da casa própria. “Priorizamos as mulheres chefes de família, de entre os quais àquelas que têm maior número de filhos” (Citi Habitat, 2011). Tais critérios estabelecidos não significam que outros atores sociais não sejam incluídos, mas, prioriza-se a inclusão da mulher enquanto chefe de família e, principalmente, com prole extensa, em decorrência das condições de vulnerabilidade à que estão submetidas, seja pelo atual sistema capitalista, seja pela constante violação de seus direitos.

Fica claro que, embora se verifique a subordinação da mulher em relação ao homem, pode-se constatar que a crescente introdução das mulheres no mercado de trabalho – ainda que informal - trouxe um importante impacto nas relações familiares. Em primeiro lugar o agregado familiar viu o seu rendimento aumentando e o nível de vida melhorou, dado a contribuição financeira por parte das mulheres. Como resultado o poder de negociação das mulheres no espaço doméstico tem aumentado significativamente. Em segundo lugar diretamente relacionado com a progressiva emancipação económica, os movimentos feministas e as discussões públicas levadas em Cabo Verde sobre a equidade de género, têm em grande medida, conseguido desafiar ideologias patriarcais, na luta pela igualdade e pela emancipação das mulheres. Daí que se preocupam em entrar no mercado de emprego como forma de conquistar a sua autonomia financeira, por isso boa parte delas tentou fugir das precárias condições que vivem no campo para procurarem melhores condições de vida na cidade.

### **3.3. Do Campo e o Desafio de Vida na Cidade**

A cidade da Praia depois da independência albergou um número significativo de migrantes rurais. Isto se explicitou durante o trabalho de campo quando deparamos com

mulheres com idade compreendida entre os 30 aos 60 anos que vieram do interior da ilha de Santiago, e que afirmaram haver deixado de frequentar a escola muito cedo. Essas mulheres construíram a cidade e, diante da mudança social que esta lhe impôs, reconstituíram seus diversos valores referenciais de identificação, muitos dos quais entram em conflitos com aquilo que se considerou como referenciais da modernidade e transformação da sociedade cabo-verdiana. São mulheres que no mundo rural tinham uma referência identitária própria e quando migraram para Praia viram obrigadas a mudar de vida para poder se adaptar ao contexto urbano. Essas mulheres, normalmente são chefes de família e têm entre quatro a oito filhos. Elas moravam em pequenas aldeias, em áreas pouco povoadas, trabalhavam na agricultura e na pastorícia tinham pouco acesso aos serviços, bens, empregos e equipamentos. No entanto no desejo de melhorar as suas condições de vida, disseram que resolveram se deslocar para a cidade da Praia na busca de uma vida melhor, para posteriormente formarem suas famílias. Por exemplo, Geraldina, uma das migrantes e beneficiárias de projeto contou-nos o seguinte:

Eu morava em Órgãos, saí da casa dos meus pais quando tinha 18 anos. Tinha que sair de Órgãos, porque não andava na escola, não havia palhas para dar os animais, não havia chuva, e não estava no trabalho, então a única solução era vir procurar trabalho na Praia. Quando cheguei a Praia, morava no bairro de Ponta d'Água. Juntamos um grupo de três meninas e morávamos numa barraca. Aproximadamente 15 dias depois, encontrei o meu trabalho como empregada doméstica em Achada Santo António. Depois que encontrei trabalho, saí da barraca e fui alugar um quarto de casa. Todo o meu desejo na altura era frequentar a escola, mas ganhava muito pouco, e ainda por cima tinha que me deslocar muita distância para ir estudar na Plateau (entrevista com Geraldina, 46 anos).

De acordo com Ravenstein (1985) o homem é conduzido de efetuar as escolhas racionais em funções de determinadas “pressões”. Estas pressões, os fatores de repulsão e atração, “empurram” os indivíduos do seu local de origem, “atraindo-os” para outros locais. Neste caso os fatores de repulsão, fundamentalmente de ordem económica e ambientais, levaram a Geraldina a deslocar do seu lugar de origem para buscar uma vida condigna na cidade da Praia.

Daquilo que ainda podemos interpretar da ideia da Geraldina é que ela procurou a cidade da Praia como solução para as adversidades, ainda que a sua exclusão social possa ser observada no setor da sua habitação.

De acordo com Giddens (2008) a exclusão social pode ser entendida na forma pela qual os indivíduos são afastados do pleno envolvimento da sociedade, e pode assumir uma dimensão, social, económica, político e espacial. Quando a exclusão social

varia em termos de alojamento nos bairros há que ter em conta os seguintes elementos: segurança, condições ambientais de disponibilidade de serviços públicos e de infraestruturas básicas. Sobre esse aspecto Damaia contou-nos a sua vivência:

Quando cheguei a Praia no ano 1994, vinha com muita vontade de estudar. Eu cheguei com muita sorte porque encontrava trabalho em Sucupira para vender doces. Vinha com vontade de continuar o meu estudo, porque já tinha 4ª classe feita. A ideia era estudar e trabalhar à noite. Mas só que morava em Ponta d'Água e tinha que me deslocar para ir estudar no Plateau, porque Ponta d'Água não tinha liceu. Já sabes, para além de distância, mulher é perigoso andar à noite, por isso desisti de estudar (entrevista com Damaia, 52 anos).

Percebe-se a partir de depoimento dela que o espaço, neste caso medido em função da distância, também exclui do sistema educacional. A ausência de políticas públicas educativas tende a prejudicar os jovens que se encontram na periferia da cidade. No entanto, percebe-se que caso tivesse liceu no bairro, ela continuaria o seu estudo. Portanto o meio social donde provém o aluno – neste caso, a periferia - e os recursos que ele dispõe para gerir o seu processo de educação influenciam na permanência e no avanço da escolaridade.

Perrot (1992. p. 178), ao tratar das mulheres como parte dos Excluídos da História, afirma que o século XIX acentuou a racionalidade harmoniosa da divisão sexual. “Cada sexo tem a sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predestinado até com seus detalhes”. Paralelamente existe um discurso dos ofícios que traz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos (...).

Para esses migrantes que vieram para a cidade da Praia, se estabelecem diferenças nas oportunidades de emprego entre homens e mulheres, relativamente às qualificações requeridas para o trabalho além da diferença do trabalho do homem e da mulher. Boa parte dos homens trabalham na construção civil e nas pequenas oficinas, e as mulheres trabalham no mercado informal ou como empregadas domésticas, salvo as da classe média e alta, quando educadas. Os empregos ocupados pelas mulheres tendem a ser mal remunerados, geralmente mais desqualificados e menos propícios à mobilidade profissional, o que acarreta um estatuto social inferior.

Na conversa tida com as vendeiras ambulantes no bairro, algumas delas mostraram que tiveram cônjuges, mas que houve rupturas nas relações; aquelas que responderam que têm marido afirmaram que o mesmo anda desempregado. Ambas mostraram preocupação durante o exercício da sua função para venderem rapidamente

os seus produtos para depois ir fazer os afazeres domésticos. Num belo dia Fidjinha, vendedeira ambulante, no exercício da sua função afirmou:

Tenho que vender rapidamente para ir para casa, porque tenho que ir fazer o jantar. O meu marido está lá em casa, mas não faz jantar. Ele nem limpa a casa, nem lava a louça. Ele fica a frente da televisão, com os seus amigos a beber grogue. Espera tudo para mim. Costumo chegar cansada e lhe digo: Flano, porque que tu estás em casa e não cozinhas? Ele respondeu segundo ela: para quê que arranjei mulher? (entrevista com Fidjinha, 42 anos).

No depoimento de Fidjinha se verifica que mesmo em tempos de declínio da ideia do homem como absoluto provedor, é ainda muito forte a associação do feminino ao eterno papel de cuidadora, de protetora, limitando a mulher à esfera da reprodução, da intimidade, das necessidades, reduzindo-a aos parcos limites da esfera do privado, do doméstico. Certamente, ainda é muito forte a “naturalização de processos que são socioculturais”: ou seja, ainda se justificam condutas segregatórias, de secundarização e subordinação da mulher, a partir de uma explicação de "sua natureza bio-psíquica" (Bluter, 2008 p. 236).

Assim, a migração do campo para a cidade traz a possibilidade de conquista, e o rompimento com a situação da vulnerabilidade e inquietação tão próprias do contexto onde vivem e ao qual estão submetidas. No entanto, formam-se famílias desprovidas de habitação, não integradas nas leis de mercado imobiliário, que vivem nas periferias da cidade, que laboram todos os dias esperando uma vida melhor. De seguida analisamos as lutas travadas por essas mulheres na tentativa de conseguir a moradia própria.

### **3.4. A Luta pela Casa Própria e o Desejo ao Pertencimento à Cidade**

O desejo de pertencimento à cidade, e a luta pela moradia própria foi manifestada pelas mulheres de Ponta d'Água, que ao chegaram a cidade da Praia, fizeram de tudo para trabalhar para a obtenção da casa própria. Para aquelas que tinham família na cidade, foram recebidas nas casas dos familiares. Houve casos de migrantes que arrendaram quartos para se desenrascar a vida. Também houve casos de migrantes que se apropriaram informalmente do espaço, construindo barracas.

Durante o trabalho de campo, Mãezinha, contou-nos a razão que lhe levou a apostar na autoconstrução, que posteriormente transformou num quarto de casa coberto com laje de betão. Segundo ela, quando estava em Engenho de Assomada, estava desempregada, migrou para a cidade da Praia, a partir de influência de um amigo seu,

que é também da mesma zona. O seu amigo, de acordo com ela, informou-lhe que em Praia havia muito trabalho para mulheres. Então, disse ela que resolveu buscar trabalho na Praia. Contou-nos que quando chegou à Praia, não tinha família para lhe dar agasalho. Ela tinha dinheiro apenas que dava para alugar casa durante dois meses no bairro de Safende. Contou-nos que durante dois meses só conseguiu trabalhar trinta dias como empregada doméstica e recebia 6000\$00. Na altura, disse ela, que pagava uma renda de 2500\$00 e o dinheiro que recebia não dava para continuar na casa de aluguel. A única solução que tinha, contou ela, era arranjar um espaço e construir uma barraca. Foi na barraca que viveu durante dois anos e que depois apertou o cinto e fez um quarto de casa. Disse ela naquela altura, que se sentia mesmo mulher na Praia e mais tranquila, e que tudo parecia melhor na sua vida depois de ter um quarto de casa coberto com betão.

O depoimento dela ilustra que a seleção e a distribuição da população urbana por diferentes bairros da cidade se processam de acordo com “o lugar e a natureza do trabalho, o rendimento, as características sociais, e étnicas, o estatuto social, os costumes e os hábitos, gostos e preferências” (Wirth *in*: Horta, 2007 p. 121). Do mesmo modo, quando há uma homogeneidade no estatuto e necessidades das pessoas, estas se dirigem para a mesma área, seja de forma consciente ou inconsciente, ou mesmo forçado pelas circunstâncias. Outra análise que se pode fazer do depoimento dela é que tendo “a casa própria fornece a sensação de enraizamento de empoderamento e até mesmo de ascensão social”, uma vez que garante a possibilidade por algo que não seja somente carência, quando o ocupante é socialmente um “indivíduo” pelo que não possui, um destituído de bem essencial que lhe confere um lugar na cidade para viver (Viana, 2005 p.95).

Da mesma forma que dizia Gilvia quando veio do interior da ilha de Santiago para a cidade da Praia, veio para casa de um familiar que morava no bairro de Safende. Contou-nos que teve cerca de um ano, e que trabalhava com todo o empenho para a obtenção da casa própria porque sentia que já havia alguns problemas na vivência na casa onde foi hospedada. Como não pagava renda juntou o seu dinheiro e depois arranjou o seu terreno e fez dois quartos de casa, com muita dificuldade, uma vez que, tinha que correr da fiscalização da Câmara, e algumas vezes tinha que passar fome para poder alcançar o seu objetivo. Ela afirmou que recebia apoio dos amigos principalmente com mão-de-obra e que depois passou a apoiar melhor os seus filhos.

Percebe-se a partir de seu relato que todo o desejo dela em ter uma moradia própria vem no sentido de conquistar a sua própria autonomia e libertar-se do favor da família, demonstrando uma atitude inconformista com a vida limitada. A ideia do desejo de ter uma casa própria por esta entrevistada revela o espírito de sacrifício, mas também de determinação. Também se percebe, com o seu depoimento que a habitação funciona como o ponto fixo destas mulheres, onde estas podem firmar-se e concentrar sua vida, suas atividades, sua família. A outra ideia que se pode interpretar é que a família também participa e mostra solidariedade na resolução dos problemas dos seus membros. A luta pelo espaço por diferentes atores no quadro da produção e apropriação do mesmo ficou expressa no depoimento dela.

Outra história semelhante também acontecia com Mãezinha que também contou-nos que quando chegava a Praia, preferiu morar no bairro de Ponta d'Água porque havia muitas pessoas no bairro que também eram de Santa Cruz. Contou-nos ela que quando chegou à Praia com 22 anos, decidiu morar com o seu namorado numa casa de aluguel e depois tiveram 4 filhos. Segundo ela, tinham muitas dificuldades em pagar renda, e ela não trabalhava. Ainda, contou-nos que houve momentos que o seu marido rompeu o relacionamento com ela e foi-se morar com a outra namorada. Para ela, a sua vida complicou ainda mais porque tinha renda para pagar e crianças para dar comida. No entanto, disse que o seu primo deu-lhe um terreno e apostou na construção da sua casa, porque dizia que sempre o seu sonho era ter a casa própria. Foi trabalhar como vendedeira ambulante, e criou os seus filhos.

Esta história nos faz constatar a construção social do género feminino e a sua alocação prioritária e majoritária que relaciona o homem a esfera pública da “rua” e a mulher a esfera privada da “casa”. Além disso, mobiliza a mulher como a principal defensora do direito à moradia digna, já que tem que “ficar em casa com os filhos”, sendo que de uma maneira contundente vivenciam as carências de cada dia (Viana, 2005 p. 94).

De acordo com os depoimentos recolhidos no trabalho de campo, o problema com o pagamento das rendas cria muitas adversidades para essas mulheres que são, apesar de tudo, chefes de famílias. Conforme nos conta Minga, quando se aproxima o final do mês, já quase não dorme à noite, porque fica apenas a pensar no problema de pagamento de renda. Ela e o seu marido estavam ambos desempregados e tinham 5 filhos. Contou-nos que passaram por muitas situações de despejo de casas pelo não cumprimento do dever de pagamento de renda. Ela pagava uma renda de 7000\$00 e

morava em dois quartos. Segundo ela, já perdeu muitos mobiliários de casa por causa disso. Por último disse que desanimou e apropriou-se de terreno do bairro e construiu a sua própria moradia.

Percebe-se, no entanto, que a motivação da Mínga em ocupar o terreno de forma informal e apostar na construção da sua casa, foi incentivada pelo cansaço que advém de inúmeros transtornos face aos despejos repentinos do local de moradia, por conta de alugueis não pagos regularmente, ou mesmo pelas circunstâncias do desemprego.

A ausência dos poderes públicos e privado, como principal dinamizador do direito à moradia, levou muitas mulheres chefe de famílias a apostarem na autoconstrução, vivendo em habitação com elevado nível de precariedade. A falta de emprego, salários baixo, trabalhos informais, não cumprimentos de responsabilidades por parte do cônjuge, números elevados de filhos, fazem parte do quotidiano das mulheres de baixa renda do bairro de Ponta d'Água. Todos os desejos por elas apresentados em ter a casa própria constituem sinais claros de reivindicação de direito de cidadania, pelo que reivindicam um conjunto de condições que garantem uma moradia digna. Dentre outros, são parte de seus anseios a segurança “legal” de ocupação, facilidade de acesso, habitabilidade, localização adequada, respeito pelo ambiente cultural e disponibilidade de serviços, equipamentos e infraestruturas.

Entende-se que a luta pela destruição das forças patriarcais acumula forças com a luta diária pela sobrevivência que tornam visíveis mulheres escondidas pelo trabalho doméstico além das distintas formas de dominação. Ousar lutar por teto, por alimento, por escola, arruamento, iluminação, por água e por postos de saúde pode não subverter a ordem, mas pode visibilizar face das desigualdades, contribuindo para a formação de consciências críticas e que comprometam mais e mais pessoas - mulheres e homens na grande tarefa de revolucionar não só as condições de produção material da vida, mas, e, sobretudo, as relações sociais de géneros (Viana, 2005).

As falas de mulheres sobre suas lutas diárias são prenes de subversão, além do que reveladoras de determinação, coragem e ousadia, o que me leva a partilhar do que diz Perrot, quando afirma que:

As mulheres não são passivas, nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos (Perrot, 1992 p. 212).

Palavras e gestos produtores de uma espacialidade urbana distinta, que seja antes de tudo exclusivo: produtoras de um discurso e um sacrifício na defesa da moradia, que

ao mesmo tempo pode aparecer, também, como recusa ao confinamento feminino ao domicílio.

De seguida abordaremos, a temática sobre o projeto de habitação social implementado pela ONG Citi Habitat no bairro e analisamos o sentido que as beneficiárias do projeto, e a Citi Habitat atribuem ao mesmo.

### **3.5. Representações SócioEspaciais das Moradoras e das Entidades Intervenientes do Projeto Habitação Social.**

A discussão da representação do lugar (e da cidade) leva-nos a analisar como as relações geradoras de espaço, as visões e as imaginações na representação urbana estariam relacionadas a uma (pre) suposta identidade urbana, com as correspondências entre indivíduos e comunidades e seus habitats urbanos. Através das representações produzidas por diferentes agentes esboçam-se as fronteiras e limites da identificação diferenciada dos habitantes com o sítio e emerge(m) o(s) sentido(s) do lugar (Randolph, 2002 p. 18).

No processo de reabilitação de habitação estão envolvidos a ONG Citi Habitat, a Câmara Municipal e os moradores de bairro dentro de um contexto de participação social e democrática.

#### **3. 5. 1. Informalidade e o Projeto de Reabilitação de Habitação Social.**

Nesse trabalho, a informalidade é pensada enquanto uma resposta à ausência do estado em promover políticas urbanas que possibilitam a moradia digna. Nesse caso, a exclusão habitacional não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por realidades como a informalidade, a “irregularidade” e a “ilegalidade” na opinião das instituições, a pobreza, o desemprego, a baixa escolaridade, finalmente, a ausência da cidadania.

O conjunto de dados sobre a informalidade no bairro de Ponta d’Água reforça as considerações feitas no segundo capítulo do trabalho: a compreensão do mercado informal à partir de parâmetros como as noções de precariedade ou de ausência ao Estado, revelam-se reducionistas e incapazes de dar respostas aos problemas habitacionais e ao ambiente urbano de qualidade. A ideia de ocupação “clandestina” proposta pelos poderes públicos revela mais uma vez o bloqueio do acesso dos mais pobres às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano que as cidades

oferecem. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda: ela é agente de reprodução dessa desigualdade. Constatamos que numa cidade dividida entre a parte formal mais desenvolvida com infraestruturas e a informal pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Neste sentido, constatamos que oportunidades de crescimento circulam mais no seio da cidade formal, e no caso da cidade da Praia nos bairros como Palmarejo, parte de Achada Santo António e Prainha.

A intervenção da Citi Habitat no bairro de Ponta d'Água decorre no âmbito da reabilitação urbana, baseado na preservação da identidade do bairro. Ponta d'Água é caracterizado por um tecido social de periferia com fortes redes de solidariedade e cumplicidade, sentimento de pertença, acúmulo de cultura e histórias contadas à partir de memórias múltiplas.

É no espaço do bairro de Ponta d'Água que de acordo com o relatório da ONG Citi Habitat já foram reabilitadas cerca de 100 casas.



**Figura 8: Habitações degradadas em Ponta d'Água**

Fonte: Foto do autor.

Face aos problemas habitacionais por que passam os moradores do bairro, a OnG Citi Habitat justifica toda a prioridade em intervir nessa matéria. Daí o depoimento de um integrante sobre as necessidades de intervenção nessa matéria:

As famílias realojadas são em média constituída por 5 agregados familiares, de toda maneira nós entendemos que dentro dessa média há um ponto mais alto, pois, há famílias com nove, dez agregados, mas também há famílias com dois ou três agregados. Mas a nossa preocupação fundamental se baseia na assunção das famílias todas elas que têm problemas, principalmente as que são chefiadas por mulheres, pelo menos têm mais carência porque não tem chefe de família (marido) para apoiar nas habitações e em criar condições,

mas a média é isso. Nesse momento nós temos feito construções mas também temos feito melhorias. Mas devo dizer-lhe que as melhorias rondam à volta de 90% em relação ao teto. Porque que boa parte das intervenções vão para a melhoria? Há uma carência enorme nessa matéria, se formos ver nas zonas periurbanas da cidade da Praia, há uma carência enorme, as pessoas fazem as casitas, fazem isso “clandestinamente” (*sic*) ou se faz isso nos finais da semana, ou compram areia de péssimas qualidades porque não tem condições, e depois vão deteriorar o sistema e os tetos começaram a cair e o mesmo acontece com as paredes. São tão precárias as paredes e os tetos, no entanto a associação faz orçamento e depois intervêm com ação (entrevista com promotor do projeto Citi Habitat).

Daquilo que podemos analisar sobre esse depoimento é que a informalidade urbana na cidade da Praia é interpretada segundo lógicas diferentes, consoante os lugares sociais ocupados por cada ator social. Por um lado, a família que apresenta dificuldades de pagar renda quando se constrói a sua casa, deixa de pagar renda. Por outro lado, a forma como ela é feita, com toda aquela pressa para fugir do controlo das autoridades e a falta de meios financeiros levam as pessoas a fazerem construção de baixa qualidades, o que vai requerer intervenções à curto prazo. Ainda são frequentes as ideias dos moradores do bairro que apontam as situações de autoajuda como as formas de construção. De acordo com o que se pode constatar, a moradia em Ponta d'Água é construída, quase sempre, pela própria família com o apoio de parentes e vizinhos, sem qualquer remuneração da mão-de-obra envolvida nessa empreitada. Ainda de acordo com as entrevistadas, ignora-se assim, o papel desempenhado pelo mercado imobiliário formal existente na cidade, no qual moradias podem ser construídas para locação e venda. Sobre esse caso Fidjinha, moradora do bairro sugere o seguinte:

A reabilitação da minha habitação demorou um pouco porque antes de receber apoio já tinha colhido brita, os familiares me tinham dado areia, os amigos me tinham dado pedras, passei raspal, já tinha comprado bloco pouco a pouco, então logo que fiz parede recebi apoio de Citi Habitat, coloquei betão em um quarto de casa, depois me ajudaram a pôr porta (entrevista, com Fidjinha beneficiária de projeto, 42 anos).

Também a Geraldina, uma beneficiária de projeto da ONG Citi Habitat contou-nos o seguinte:

Já lá vai cerca de 25 anos que fiz a minha casa. Num belo dia dentro da minha casa sentia-se vontade de deitar, mas ao mesmo tempo dizia: não vou deitar. Então resolvi não deitar e fui ao forno. Então quando regressei, encontrei a minha cama toda quebrada porque o teto desabou. Saí na rua e chorei, então os vizinhos chegaram em mim e perguntaram-me: porquê que eu estava a chorar? Mandeí-lhes entrar para ver a minha situação. Então disseram-me que iria chamar a televisão para informar do sucedido. Desde aquele tempo eu não tenho boa cama nem boa cadeira. Fui pedir apoio à Citi Habitat e colocaram-me betão na minha casa e fiquei muito contente. Durante o processo de reabilitação, passei a dormir no meu quintal a céu aberto. Graças a Deus, porque vivemos um clima de delinquência juvenil no bairro,

mas felizmente nada não aconteceu de mal comigo. Até apareceu um vizinho que deu-me agasalho, mas enviei para a sua casa apenas alguns mobiliários. O trabalho demorou mais de 3 meses para estar pronto. Deram-me mão-de-obra, ferro, cimento e areia e alguns dos meus amigos me têm dado ajuda com mão-de-obra (entrevista com Geraldina, beneficiária de projeto, 46 anos).

Conclui-se a partir do depoimento das duas entrevistadas, certa solidariedade apresentada pelos amigos, vizinhos e familiares em ajudar-lhes a ter uma casa.

A fraca participação do Estado em promover planeamento urbano eficaz nos bairros informais e em tolerar a ocupação informal nas periferias da cidade da Praia, está longe de significar, o que poderia ser argumentado, uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos, já que a população que aí se instala, vive com precariedade de serviço público ou obras de infraestrutura urbana. Em muitos casos, os problemas de drenagem e os riscos de vida por desmoronamentos, além dos obstáculos à instalação de rede de água e esgotos tornam inviável ou extremamente cara a urbanização futura.

Compreende-se que os terrenos que a lei permite urbanizar, assim como os financiamentos que a política habitacional praticada no país tem disponibilizado, estão reservados ao restrito círculo dos que têm dinheiro e propriedade da terra. A política habitacional de interesse social tem reforçado a exclusão dos mais pobres, ao destiná-los para conjuntos precários em bairros periféricos.

Outro problema que é observável, não apenas no bairro de Ponta d'Água, mas por vários bairros, tem a ver com a infiltração em que a água da chuva acaba por atingir o ferro, desgasta o mesmo e por fim o betão cai. As pessoas constroem casas e por motivo de falta de condições as construções ficam inacabadas. Boa parte das habitações é de carácter evolutiva<sup>21</sup> e unifamiliar, em que os recursos utilizados são da própria família, com os seus rendimentos próprios e para o seu uso próprio. Dado o baixo rendimento familiar e a incapacidade do Estado em responder as demandas que se colocam na área de habitação, muitas habitações em termos funcionais apresentam baixa qualidade de construção e de conforto.

De acordo com a Citi Habitat, como as necessidades das famílias são superiores aos recursos que a referida ONG dispõe, as famílias também dão as suas contribuições com a mão-de-obra, cofragem e abrigos principalmente quando se decorre a remodelação da habitação. Como explica o promotor do projeto “o processo é da

---

<sup>21</sup> Habitação evolutiva – é um processo em que a melhoria de condições de habitação se verifica em função do aumento do rendimento económico da família.

família”. A associação local com arranjos dá a sua assistência técnica necessária. Quando se identifica a família que precisa de intervenção na sua casa, a partir daí reúne com as famílias que irão beneficiar. Acontece que com essas reuniões as pessoas vão organizando, e ali vai acontecer aquele “djunta mão familiar” (união familiar). Ali vai aparecer um familiar que vai ceder um espaço para alojar a outra família no momento que decorre a intervenção na sua casa. De um modo geral, a associação não tem tido prática de arranjar um espaço para alojar a família, porque tudo isso é um processo rápido e que envolve a rede de parentes.

Ainda segundo ela, a Citi Habitat colocou betão na sua casa, rebocou e depois colocou porta e janela. Mas apesar de ter ficado contente, mesmo assim nem todas as suas expectativas foram satisfeitas.

Eu me senti bastante feliz e agradei a Deus e a ONG Citi Habitat e todos aqueles que me ajudaram. Eu estava muito desorientada mas a partir de agora espero que a minha vida melhore e que aquilo que destrui dentro da minha casa para Deus me dê remédio para arranjar de novo.

E acrescentou,

Gostaria que a minha casa, tivesse uma casa de banho e que a minha casa tenha mais segurança. Também gostaria de ter energia elétrica ligada na minha casa (entrevista com Geraldinha, beneficiária de projeto, 46 anos).

De forma geral o seu depoimento demonstra que apesar de ficar satisfeita com o apoio recebido da Citi Habitat, ela continuou a ter uma casa que não oferece todas as condições de habitabilidade, pois segundo ela não tem energia e nem casa de banho.



**Figura 9: Casa reabilitada pela ONG Citi Habitat no bairro de Ponta d' Água**

Fonte: Foto do autor.

Carlota, também beneficiária do projeto, contou-nos que tem 4 filhos, morava na casa de renda, tinha que ir vender obrigatoriamente todos os dias porque tinha compromisso com a renda. Por exemplo, diz-nos logo que pagava uma renda, no outro dia já ficava com dívidas. Acrescentou que tinha os seus filhos na escola e que não tinha marido e que era ela que dava de “pó para pedra” para sustentar a família. No momento que estava a sorrir, disse-nos: “hoje estou assim, mas passei muito mal para criar filhos”. Ainda disse-nos que depois de sua casa ser reabilitada, ela ficou muito a louvar Deus porque “ter uma casa própria é mil vezes melhor de que estar na renda”. Daí continuou a mostra-nos a sua satisfação:

Eu fiquei muito satisfeita porque depois que morei na minha casa deixei de pagar renda, fiquei tão contente que quase morri de *sabura* (alegria). Deram-me material completo para pôr betão na casa. Se fosse tudo para mim ficava muito difícil porque tinha problemas em pagar rendas, e muito menos para pôr casa betão. Eu estava decidida para bafar a casa, mas quando Citi Habitat me deu aquele apoio a minha vida mudou tudo. A minha vida mudou completamente porque passei a não ter compromisso com ninguém a nível de pagamento de renda. Por isso agradeci a Citi Habitat pelo apoio prestado. Gostaria que me ajudasse a ter uma cozinha e uma casa de banho porque é uma necessidade que sinto-me bastante dentro da minha casa (entrevista com Carlota, beneficiária de projeto, 41 anos).

Este depoimento da Carlota deixa perceber que enquanto vendedeira ambulante e chefe de família teve muitas dificuldades em criar os seus filhos. No entanto, demonstra na fala dela que lutou bastante para a obtenção da casa própria. A renda era a sua maior preocupação. A vida dela mudou com o apoio prestado pela Citi Habitat. Por outro lado na sua fala fica claro que mesmo com o apoio da referida ONG, ainda não vive numa habitação condigna porque não tem cozinha e nem casa de banho.

Em conversa com Fidjinha, esta nos contou que antes de receber apoio de Citi Habitat já tinha 8 anos em Ponta d’água e morava na casa de renda. Contou-nos que tinha uma vida muito difícil na cidade da Praia, porque não tinha casa própria e era vendedeira ambulante. Ainda explicou-nos o seguinte:

Eu é que saía todos os dias a buscar a vida e o meu marido não tinha muita serventia, recebia o dinheiro e gastava na paródia com amigos e mulheres (entrevista com Fidjinha, beneficiária de projeto, 42 anos).

Segundo ela, as pessoas que souberam da sua situação lhe informam que a Citi Habitat estava a dar apoio, então foi contactar com o presidente, conversou com ele, onde mostrou a sua difícil situação de vida. Acrescentou ela que o presidente tomou o seu nome e cerca de 15 dias depois recebeu uma carta fechada e quando abriu a mesma,

encontrou 30000\$00. Daí, foi-se comprar areia, brita e cimento e colocaram betão em um quarto de casa. Perante o apoio recebido, a entrevistada relatou:

Eu me senti feliz dentro da casa com o meu filho e me disse: Deus obrigado e penso que se qualquer outro dia pensar chegar na Citi Habitat que podem me ajudar novamente. Desde aquele tempo não pedi-lhes nada mais. Senti tão feliz porque tinha dificuldade em pagar renda. Estava a sentir muita dificuldade mesmo. Senti que se não conseguia ter a minha casa eu tinha que sair de Praia para ir morar na casa dos meus pais em Tarrafal. Senti claramente que a minha situação estava tão difícil que não dava para pagar renda. Mas agora estou a sentir feliz e de grande. Dentro da minha casa não estou pagar renda (Fidjinha, beneficiária do projeto, 42 anos).

Perante um enorme stress apresentado pela Fidjinha, depois da remodelação da sua casa contou-nos que no seu caso várias coisas já começaram a mudar. “Vou esperar que as coisas vão mudar mais porque preciso de mais”. Segundo ela, ajudaram-lhe a ter um quarto de casa, mas precisa ter uma cozinha, uma casa de banho, um quarto para os seus filhos. Acrescentou que a sua situação de vida já começou a mudar. “Veja, antes pagava renda e hoje não pago. Com dinheiro que pagava renda hoje estou fazer outras coisas” (Fidjinha, beneficiária do projeto, 42 anos). Por exemplo, disse-nos que está a metê-lo na alimentação e vestuário entre outros. A sua esperança disse ela, é se caso conseguir mais apoio vai comprar uma arca porque é peixeira, e com isso acrescentou que vai fazer a sua vida melhor.

Percebe-se que ela muitas vezes viveu muitos problemas de várias ordens, porque foi vendedeira ambulante, às vezes se vende dia sim, dia não, já quando chegar a data de pagar renda muitas vezes não lhe encontrava com dinheiro para pagar. Mãezinha, partilhando história semelhante, quando foi entrevistado conta-nos da sua experiência:

O meu filho mandava-me um tostãozinho, então pagava renda, portanto me preocupava em bafar a casa para morar porque nós somos agricultores. O meu marido tinha que ir para o interior trabalhar no campo. O meu filho estava preso. Por causa disso, sofri problema de hipertensão. Deitava e não dormia, fiquei com a preocupação de casa que não era minha, todavia tinha renda para pagar. Então fiquei com problema de hipertensão. Dizia meu marido assim: A única solução é bafar a casa e morar, mesmo não tendo betão ou telhado. Então a minha mãe tinha uma chapas de bidão que trazia de interior para bafar a sua casa, então sobrou e deu-nos também para bafar a nossa. Nós também tínhamos resto de bidão, cortávamos e bafávamos e colocávamos plástico sobre ela, pronto mudamos para a nossa casa. Então, o marido ia para o interior para trabalhar e ficava debaixo da minha casa bafada, mas agora com violência que temos é muito perigoso (entrevista com Mãezinha, beneficiária de projeto, 58 anos).

De acordo com ela, quando uma amiga lhe disse: “vamos ir pedir apoio”, ela foi então, para a Citi Habitat, conversou com o presidente mostrou-lhe as suas dificuldades.

Ele deu-lhe apoio de 25000\$00 para colocar laje, mas só que ficou claro que tinha que contribuir com a sua parte. Disse-nos que deu todos os expedientes necessários e colocou betão na sua casa.

Fiquei contente com o apoio da Citi Habitat, como se fosse que eu tivesse grande casa (riso), fiquei contente. Por que fiquei contente? Fiquei contente porque eu nunca tinha teto com aquela qualidade, antes a minha casa tinha pau e chapa, a forma como o meu marido tinha-a feito, no momento da chuva, água caía dentro da casa. Então chamei o meu sobrinho Victor para vir tirar alguns blocos para poder ficar desaguado. Água no momento da chuva caía dentro da casa. Então é para ver, que quando eles têm me dado ajuda para betão tinha que ficar muito contente. Mais contente ficaria se ajudassem a ter uma casa de banho (Mãezinha, beneficiária do projeto, 58 anos).



**Figura 10: Outra habitação reabilitada no bairro de Ponta d' Água**

Fonte: Foto do autor.

O que se pode constatar é que, Mãezinha, antes da reabilitação da sua habitação vivia em condições precárias de habitabilidade. Por aquilo que nos conta, com a reabilitação da sua casa alguma coisa mudou e falou-nos da sua expectativa:

A minha vida mudou, porque depois o meu filho saiu de prisão, encontrou trabalho, mandou-me dinheiro e concertei a minha casa. Então a partir da aquela ajuda que me deram, fiquei contente, depois daí a minha vida melhorou e foi para frente.

Depois de ter a minha casa reabilitada, o dinheiro que pagava renda, passou a ser utilizado na alimentação. Ali continuei a lutar, o meu marido trabalha dia sim, dia não, é meu filho que estava embarcado que continuou a nos ajudar (entrevista com Mãezinha, beneficiária de projeto, 58 anos).

Percebe-se que todos os beneficiários desse projeto são famílias chefiadas por mulheres de baixa renda, que são muito trabalhadoras que não tem complexo porque são pobres. Apesar de ter muitas dificuldades lutam para sair da pobreza e ter uma habitação condigna. Ao conversar com Minga também foi uma das beneficiárias de projeto, disse-nos que: “ (...) sempre tinha fé que minha vida iria mudar e lutava para isso”. Ela conta-

nos que muitas coisas mudaram na sua vida. Disse-nos que tinha uma comadre que morreu e não conheceu a sua casa. Porque a comadre tinha uma boa condição de vida e porque morava na barraca, então nesse caso sentia vergonha de convidá-la para sua casa porque achava que morava em péssimas condições. Agora que já tem uma casa condigna, a comadre já morreu. Portanto afirmou: “Sempre quando me lembro dessa situação, as lágrimas pingavam nos meus olhos”. Disse-nos que hoje está bem morada e contente com o trabalho de Citi Habitat porque, nesse momento dentro da sua casa os seus mobiliários deixaram de molhar principalmente na época da chuva. Deixou de pagar renda o que vem contribuir para a melhoria substancial da sua vida. Antes de remodelação da sua casa afirmou que a sua vontade é para a cidade da Praia não chover, porque disse que passava muito mal durante as chuvas:

Mas hoje graças a Deus estou tranquila. Por aquilo que fizeram de mim, não tenho nada para lhes pagar, desejo que a referida ONG apoie mais pessoas que continue firme no processo de luta contra pobreza no bairro de Ponta d'água e não só (entrevista com Minga, beneficiária do projeto, 33 anos).

Mas no caso de Damaia, conforme nos diz durante a nossa conversa, havia muito tempo que andava a pedir apoio na referida ONG e em outras instituições. De mão na queixada e cara voltada para o chão, dizia-nos que estava quase desanimada com a sua situação de vida, porque já batia em muitas portas e que não tinha tempo para ir conversar todos os dias com os dirigentes da Citi Habitat. Conta-nos que tinha fé em Deus que um dia poderia receber apoio para melhorar a sua moradia e conseguiu. No momento que a sua casa recebia intervenção a mesma estava bafada, todavia no início da sua remodelação tinha que pôr todos mobiliários de casa na rua. Conforme nos explicou já tinha a parede toda feita, os trabalhadores da Citi Habitat colocaram lentais, fizeram cofragem e colocaram ferragem. E quando chegava a noite, tinha que apanhar os mobiliários da rua para pôr novamente dentro da casa. E disse que foi naquela condição que dormiu todos os dias até que colocaram betão na sua casa.

Os depoimentos dos beneficiários do projeto demonstram o sentido que atribuem ao projeto, e deixa claro que o apoio da ONG Citi Habitat está longe de oferecer-lhes uma habitação com todas as condições de habitabilidade, contudo, com o pouco que a referida ONG fez, para elas renderam muito, porque a casa dá conforto, valoriza as pessoas e dá autoestima ao homem. Segundo Damaia, beneficiária de projeto:

Quando me construíram um quarto de casa, senti como se estivesse num prédio, embora sem porta e sem janela, mudei do quarto de frente que precisava de reabilitação para o quarto recém-construído. Não havia porta nem janela, mas dormi lá aproximadamente três meses. Vou dizer-lhe sinceramente senti tão bem que agora sou uma pessoa valorizada. A partir de

agora os meus filhos vão sentir mais bem perante os seus amigos, porque podem convidar-lhes a visitar a nossa casa. A partir de ver a minha casa reabilitada, já agora vou preocupar com outras coisas, como por exemplo a educação dos meus filhos, espero que os mesmos tenham a partir desse momento melhores resultados a nível escolar, que vão ter melhores vestuários e que socialmente passam a ser visto de forma diferente. Eu espero mais ajuda porque não tenho nem cozinha nem casa de banho, mas os responsáveis da ONG me disseram para não perder a esperança que um dia todos os meus sonhos irão realizar-se. Ainda espero que a ONG ajude mais pessoas carenciadas com reabilitação de habitação e com canalização de água (Damaia, beneficiária de projeto, 52 anos).

De acordo com Leandro (2001, p. 229) “a casa é um corpo de imagem que dá ao homem as razões ou ilusões da sua estabilidade” é um espaço vital onde cada um ou em família, tece um conjunto de relações materiais e simbólicas, hábitos e práticas domésticas, laços afetivos entre parceiros, pais e filhos e entre as gerações.

A ideia da Damaia demonstra certo alívio na sua vida depois da sua casa ser remodelada. Portanto, perante uma condição precária de habitabilidade que vivia e perante poucas divisões que a sua casa tinha, logo que a Citi Habitat fez-lhe um quarto de casa, sem porta e sem janela, ela mudou para o quarto. Para além de ficar satisfeita, por tudo aquilo que a referida ONG lhe tem feito em prol da mudança da vida dela e dos seus filhos, ela demonstrou o espírito de solidariedade para com outras pessoas que vivem em baixa condição de habitabilidade, apelando a referida ONG que lhes ajudem também.

Por aquilo que se pode perceber, as necessidades em matéria de habitação no referido bairro estão longe de ser resolvidas de forma definitiva. A par disso, o promotor de projeto, Citi habitat relata o seguinte:

Relativamente ao nível de satisfação dos beneficiários é necessário fazer um trabalho junto deles para medir o nível de satisfação, mas a satisfação é grande, também nem todas as expectativas são ultrapassadas. A gente não consegue dar resposta a 100%, e as expectativas das pessoas é que a associação é capaz de resolver tudo. A partida tudo é negociado. E demos as pessoas o valor do apoio que cada um tem de exercer. No decorrer das intervenções as pessoas tentam pedir à associação que lhe ajude a resolver outros problemas inerentes (entrevista com o promotor do projeto Citi Habitat).

Portanto, perante aquilo que ouvimos e que observamos durante a estadia na moradia dos beneficiários a ajuda é limitada. Segundo vários entrevistados a ajuda deu apenas para pôr betão de um quarto de casa e colocar portas e janelas. Sobre esse assunto Lolota sugeriu:

De qualquer forma apareceu somente essa ajuda, no entanto tenho que confortar. Eu gostaria que a minha casa tivesse casa de banho e que como tenho filho macho e fêmea também gostaria de ter mais quartos (Entrevista com Lolota, beneficiária de projeto, 49 anos).

Perante muitos pedidos e demoras em dar respostas às necessidades das pessoas, muitos são aqueles que perderam a esperança e criticaram a referida ONG pela forma de tratamento desigual. Sobre esse aspeto, Yunga afirmou:

Eu gostaria de ter força para construir a minha casa de acordo com a minha preferência. Eu gostaria que a minha casa tivesse porta e janela de ferro, casa de banho, cozinha, e pelo menos 3 quartos, água encanada e energia elétrica. Eu desejava que a minha casa fosse remodelada como as demais que a Citi Habitat tem remodelado. A Citi Habitat apenas me deu apoio na construção de um quarto e não rebocou (entrevista com Yunga, beneficiária de projeto, 45 anos).

O depoimento da Yunga demonstra certa insatisfação e nervosismo perante o que ela chamou de tratamento desigual por parte da Citi Habitat. Portanto, ela continuou a manifestar melhores condições de habitabilidade, uma vez que ainda se encontra afastada dos bens da cidade.

Atendendo o objetivo da Citi Habitat, cuja intenção é ajudar as pessoas de baixa renda, ao longo do nosso trabalho de campo constatamos que houve famílias com menor número de agregado que conseguiram ter mais apoio e outros que tiveram apenas parcialmente suas expectativas cumpridas. No caso da Djinga disse:

Fizeram-me uma boa casa, senti-me muito contente e sem força, porque sozinha não conseguia trabalhar a minha casa, graças a Citi Habitat hoje estou bem morada. Eu esperava também que a minha vida iria mudar porque deixei de pagar renda e isso foi bom. Também espero apenas vida e saúde para levar a vida em frente (entrevista com Djinga, beneficiária de projeto, 35 anos).

Percebe-se a partir do depoimento dela que sente realizada com a casa que tem e satisfeita com o apoio dado pela Citi Habitat. A ideia de não pagar renda é uma satisfação grande para ela.

De acordo com a Citi Habitat há casas que são reabilitadas, mas que o financiamento não permitiu que elas sejam contempladas com casa de banho. Daí fundamenta:

Sabemos que é um elemento fundamental para a habitabilidade das famílias. Já fizemos muitas intervenções na melhoria de casas de banho, mas reconhecemos que ainda falta muito para ser feito. De todo o modo é assim, os problemas são um de cada vez. A Citi Habitat gostaria que o bairro ofereça aos moradores as mínimas condições de habitabilidade, desde habitações com mínimas condições de habitabilidade, que as casas sejam todas pintadas, ruas calçadas, mais emprego para as pessoas, mais formação, que as pessoas tenham energias nas suas casas, água encanada, rede de esgoto. Que as pessoas se reúnam em associações e que se envolvam mais no desenvolvimento do seu bairro, que se preocupem mais em resolver os principais problemas que as afetam (Entrevista com o promotor do projeto).

Percebe-se que o desejo da Citi Habitat é no sentido de promover no bairro um espaço urbano de qualidade e que o bairro tenha infraestruturas básicas capaz de dar

satisfação aos desafios enfrentados pelos seus moradores. Por outro lado o depoimento da referida ONG dá para entender que ainda no bairro há déficit de participação, daí afirmou:

Ainda temos uma população um pouco passiva no quadro de processo de desenvolvimento. Há pessoas que não acreditam, e não participam no processo de desenvolvimento do seu bairro. Por exemplo, no processo de ligação de água e esgoto, antes, as pessoas não acreditavam que era possível a implementação desse projeto, mas logo que se deu a iniciação de execução do projeto as pessoas começaram a acreditar. Antes da execução do projeto as pessoas são informadas, não participam e depois de ver o projeto em execução fica a reclamar, que ela está excluída e que não houve ninguém a falar do projeto. Desde que Citi Habitat foi criado em Ponta d'Água o importante era para que as coisas estejam mais desenvolvidas, mas devem envolver-se mais. Já houve muitas melhorias no quadro da participação no desenvolvimento comunitário, mas falta ainda muito a fazer (Entrevista com o Presidente de Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Ponta d'Água).

A crítica feita pelo presidente de Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Ponta d'Água enquadra-se na ideia de Paulo Freire de que “a educação é um instrumento de libertação, uma vez que exige um ato de consciencialização” (Freire, 1977 p. 35). O que está em jogo é que a ideia dele demonstra que há que apostar numa estratégia de educação para o desenvolvimento. Tal estratégia deverá integrar um conjunto de programas que dotem os moradores do bairro, de maior capacidade de acesso a tais recursos e serviços e ajudá-los a pôr a render o seu potencial humano. Daí, acrescenta:

Para isso é necessário uma aposta forte na educação e na sensibilização como pilar de mudanças de mentalidades, de modo a levar-lhes a ser responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento (Entrevista com o Presidente de Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Ponta d'Água).

No referido bairro há 14 associações, que atuam em diferentes áreas do desenvolvimento. Há grupo de cariz desportivo, recreativo, culturais e solidários. Boa parte das associações aposta na formação pessoal e social e promove laços de solidariedade e algumas delas pintam as casas dos idosos. Também há elementos de associação que saem de porta a porta e pedem apoio para pintar ruas e solidarizar com os mais fracos, fazem campanhas de limpeza entre outras atividades. No campo desportivo há também várias equipas de futebol que competem tanto no nível do bairro como para fora do bairro.

O maior problema dessas associações tem a ver com a organização. Conforme nos conta Mariano morador do bairro:

Ponta d'Água tem déficit de organização de grupos. O bairro tem vários grupos, portanto há grupos que preocupam com o lazer e ocupação de tempo livre, há muitos grupos mas há déficit a nível de organização de grupo. Por exemplo, em Vila Nova há grupos que fazem competição, mas em Ponta d'água não há nenhum. Há apenas grupos que se organizam na base da informalidade. Polivalente é um espaço subaproveitado. Se houver grupos culturais e desportivos que ocupam bem dessas infraestruturas (polivalente), podem trazer benefício para Ponta d'água a nível geral porque pode até dinamizar a economia no bairro. Para que isso aconteça tem que haver pessoas com iniciativa porque ainda temos cultura de que só podemos estar naquilo que ganhamos, as pessoas não dão a sua contribuição para fazer com que todos possam sentir o seu bem-estar. É claro se conseguirmos organizar conseguiremos dar resposta a muitos problemas do bairro. (entrevista com Leopold, morador do bairro, 45 anos).

Outro morador acrescenta:

Ponta d'Água é um bairro de carências culturais, visto que há várias famílias com carro e loja, mas que os seus filhos vão para a escola sem caderno e livro. Então acho que materialmente podem ter alguns bens, mas culturalmente são carentes (entrevista com Dongo, morador do bairro, 29 anos).

Percebe-se a partir desse depoimento que alguns moradores reclamam uma organização comunitária que articule meios humanos e materiais suscetíveis de criar condições para o desenvolvimento do bairro. Luízinha, moradora do bairro mostra a sua preocupação perante esse aspeto:

Eu gostaria que o bairro melhorasse em termos da participação cívica, que haja mais solidariedade (entrevista com Luísinha, moradora do bairro, 32 anos).

Cornwall (*in*: Kligerman, Cohen et al, 2005 p. 196) explicou que um desenvolvimento participativo significa uma parceria construída com base no diálogo entre as várias partes envolvidas. As pessoas deixam de ser simples beneficiadas e tornam-se co-responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Peruzzo (1998) destacou a necessidade de que pessoas compartilhem um mesmo imaginário, emoções e conhecimentos sobre a realidade a sua volta, para gerar reflexão e debate para mudança.

Os depoimentos apresentados pelos moradores demonstram que a ocupação informal no bairro de Ponta d'Água é sinónimo de reivindicação do direito da cidadania, no qual está consagrada na constituição que todos os cidadãos têm direito a uma habitação condigna. No entanto, não combina com os discursos oficiais do que as pessoas ocupam o terreno de forma “clandestina” nos bairros periféricos.

Se, de um lado, o crescimento urbano foi intenso e o Estado teve dificuldades de responder às dimensões da demanda, de outro, a tolerância para com essa ocupação

desorganizada do solo está coerente com a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito, especulativo, discriminatório e com investimento público concentrado.

Por outro lado, o desafio está longe de resumir-se a uma equação financeira: a máquina de exclusão territorial tem como vimos, enorme correlação com a concentração de renda e poder em nossa sociedade. Dessa forma, a construção de cidades mais equilibradas, eficientes e justas requer a implementação de políticas urbanas que, além de mobilizar recursos financeiros, introduzam mecanismos permanentes de acesso à terra legal e formal por parte dos mais pobres, redesenhando a natureza e instrumentos até agora em vigor no campo do planejamento e gestão do solo urbano na cidade da Praia.

Os dados recolhidos no campo demonstram que as mulheres chefes de famílias no bairro de Ponta d'Água são efetivas produtoras da cidade, pelo que os enormes desafios de vida que enfrentam levaram-nas a trabalhar na esfera pública e privada. A partir da realidade vivenciada e observada é possível afirmar que, a presença desse grupo e de sua realidade contraria o raciocínio por similitude da cultura Ocidental fundante para o qual o espaço público tem sido equacionado com o domínio dos homens, e o espaço privado, ou doméstico, com o das mulheres.

Nós queremos demonstrar que embora os dados demonstrem a submissão da mulher em relação ao homem no bairro de Ponta d'Água, elas, conseguiram desenvolver táticas que desafiaram esta lógica e exerceram uma pressão para mudar a ordem estabelecida. A luta pela moradia, na ausência dos poderes públicos evidencia esse facto, dado que com a ajuda da ONG Citi Habitat, dos familiares e amigos, e exercendo a sua profissão como empregadas domésticas ou vendedeiras ambulantes, muitas conseguiram sustentar a família e reabilitar as suas casas. Todos os desejos por elas apresentados em ter a casa própria constituem sinais claros de clareza sobre seus direitos de cidadania. Apesar de verem as suas casas reabilitadas, continuam a reivindicar um conjunto de condições que garantem uma moradia digna como por exemplo, segurança “legal” de ocupação, acessibilidade, casa de banho, cozinha, espaço urbano com mais qualidade, respeito pelo ambiente cultural e disponibilidade de serviço, equipamentos e infraestruturas entre outros. Ainda reclamam uma organização comunitária que articula meios humanos e materiais suscetíveis de criar condições para o desenvolvimento do bairro. Enfim, ao analisarmos o sentido que as mulheres chefes de famílias dão ao projeto, permitiu-nos concluir que a casa dá conforto, valoriza e

aumenta a auto estima das pessoas, em especial das mulheres que são as que têm manifestado e trabalhado por estas questões.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

O trabalho aqui representado é o resultado de uma experiência pessoal que envolveu tanto minha trajetória acadêmica quanto minha experiência de vida no próprio bairro. Esta dupla experiência se construiu a partir de um longo percurso que advém de um estudo na cidade da Praia, precisamente no bairro de Ponta d'Água, espaço onde habito. A pesquisa propriamente dita, já começa durante as disciplinas do curso de Mestrado, e segue através de três meses de trabalho de campo. Finalmente, este trabalho foi concluído com as reflexões, análises e produção do presente texto. O trabalho de campo possibilitou a produção de conhecimento obtida em conversa com pessoas e no mergulho nas formas de sociabilidade locais, mas também em dias e dias de observação de pessoas comuns em suas rotinas mais banais.

Ao longo de trabalho de campo realizado no bairro as narrativas que fomos coletando e transformando em material para este trabalho, surgiram com descrições do espaço e de minhas notas interpretativas e reflexões a partir de um lugar onde o real e o imaginário, o visível e o invisível se cruzam e criam "realidade". É justamente através da observação do familiar e na tentativa de colocação no lugar do "outro", do estranhamento diante dos fenômenos observados em minha própria realidade e cultura que me permitiu compreender as representações sobre o espaço urbano na cidade da Praia.

Esta atitude de estranhamento permitiu-me ainda não só perceber como que as pessoas vêem e entendem o espaço em que vivem, mas também perceber o significado que as mesmas atribuem ao projeto de habitação social implementado pela Citi Habitat.

Eu demonstrei que, desde a sua origem, a produção do espaço no bairro de Ponta d'Água, as ações da ONG Citi Habitat, os contextos econômicos, sociais, políticos e institucionais, todos têm desempenhado um papel decisivo na estruturação social e espacial do bairro. Igualmente, as dinâmicas sociais, e as assimetrias de poder geradas em nível de comunidade local, têm constituído importantes elementos estruturadores deste núcleo urbano, atravessado pelo estatuto, divisão de gênero e de classe.

Assim, concluí que fatores socioculturais como a condição de gênero, os fatores econômicos, educativos e políticos são elementos que influenciam no mercado de habitação. De entre múltiplas privações que resultam do crescimento desigual, incluem o desafio da miséria, da degradação ambiental, da desigualdade de renda, das desigualdades socioeconômicas históricas, da insegurança, da marginalização e várias

formas de exclusão. Portanto, grande parte da desigualdade e injustiça tem sua origem em uma inadequada elaboração de políticas e em um planejamento fraco tanto por parte das autoridades locais quanto dos governos centrais, que através de discursos diretos e indiretos sobre os problemas, responsabilizam os pobres pela situação em que vivem.

Como consequências, o baixo rendimento familiar juntamente com a incapacidade do Estado em responder as demandas que se colocam na área de habitação, muitas habitações apresentam baixa qualidade de construção e de conforto.

Ao analisar a condição do espaço urbano da cidade da Praia, concluí que a cidade produz várias formas de diferenciação na forma em que o espaço e as oportunidades são produzidos, apropriados, transformados e utilizados. Os grupos privilegiados que vivem em Palmarejo, Prainha e parte de Achada Santo António têm acesso a uma infraestrutura relacionada à parques, jardins e zonas residenciais bem cuidados para as classes média-alta e alta. Por sua vez, bairros periféricos como Ponta d'Água, caracterizam-se pela sua precariedade em suas moradias, serviços deficientes, instalações de lazer deficientes, e escassos investimentos de capital em infraestrutura pública.

Em relação à expansão espacial da cidade da Praia concluí que se dá, não simplesmente pela preferência dos moradores por um estilo de vida nos arredores da cidade, mas principalmente pela desregulamentação do solo, pelo pouco controle do planejamento das subdivisões do solo e por fatores como a escassez de meios de transportes, que facilitaria as pessoas que moram fora da cidade, pudessem viajar todos os dias até o trabalho no centro urbano, facilitando assim sua maior mobilidade.

Concomitantemente, uma inadequada política de fixação da população no meio rural tornou as mulheres como verdadeiras produtoras do espaço urbano no bairro de Ponta d'Água. Elas constituem o grupo social mais atingido por situação de exclusão económica, espacial e política na cidade da Praia. A limitação do âmbito privado da casa e a situação de pobreza em que vivem, obrigaram-lhes a sair à esfera pública em que assumem diariamente duplas jornadas de trabalho combinando os trabalhos laborais informais com as tarefas domésticas.

Como apontei, o enfoque na condição de gênero, em específico à de mulher chefe de família tem contribuído para a superação e rompimento de concepções patriarcais impostas pela sociedade mais abrangente as quais atribuem à mulher o dever de apenas cuidar da moradia e dos afazeres domésticos.

Assim, por um lado, os programas habitacionais que afetam as mulheres oferecem não apenas o acesso à moradia, mas oportunizam através das ações de apoio à mobilização, organização comunitária, capacitação profissional e geração de trabalho e renda, dentre outras possibilidades. Ainda, intermedia a interlocução dos usuários com demais segmentos sociais, bem como, com as diversas políticas públicas. Portanto, neste cenário, eu aponto as mulheres como sujeitos que se mobilizam e participam das ações de interesses coletivos.

Por outro lado, embora se verifique expressões de subordinação da mulher em relação ao homem, pude constatar que a crescente introdução das mulheres no mercado de trabalho trouxe um importante impacto nas relações familiares. Em primeiro lugar o agregado familiar viu o seu rendimento aumentando e o nível de vida melhorando consideravelmente, dado a contribuição financeira por parte da mulher. Como resultado o poder de negociação das mulheres no espaço doméstico tem aumentado significativamente. Em segundo lugar, diretamente relacionado com a progressiva emancipação econômica, instituições locais com políticas voltadas pela equidade de gênero têm, em alguma medida e através de seus discursos, conseguido desafiar ideologias patriarcais, na luta pela igualdade e pela emancipação das mulheres.

Portanto o projeto de habitação ao tentar garantir o acesso à moradia e o direito ao pertencimento da cidade foi significativo para todos os atores envolvidos. Em minha análise, constatei que os beneficiários dos projetos expressam que a casa apresenta um conjunto de funções, como a de abrigo e reprodução da família, sendo, ainda, um elemento fundamental na construção da personalidade individual, de integração social e de socialização, para além de ser um espaço de produção de bens e serviços através das atividades laborais que se exercem ali, ou de ócio e comunicação.

Desse modo, a habitação funciona como o ponto fixo destas famílias, onde estas podem firmar-se, concentrar sua vida, suas atividades, e parte de sua vida. A casa simboliza o aconchego, a tranquilidade, o abrigo contra as intempéries, o fim da insegurança, da incerteza habitacional, enfim, o espaço onde se pode compartilhar com a família a experiência da vida em comum. A casa própria fornece a sensação de enraizamento, de empoderamento, e até mesmo de ascensão social, além de elevar a autoestima.

A partir do depoimento dos beneficiários de projeto concluí ainda que os mesmos melhoraram as suas condições de vida e de habitabilidade. Constata-se ainda que muitos deles permanecem em habitações precárias, uma vez que muitos deles não

têm cozinha, casa de banho e/ou espaço suficiente para a família. Ainda, com relação ao entorno, os moradores reclamam pela escassez de equipamentos, infraestruturas e melhores serviços de abastecimento de água, energia, esgoto e segurança dentro do bairro.

Sobre a polêmica bastante referida sobre a construção do muro constatei que os moradores admitem que essa infraestrutura ofereceu mais conforto e segurança, pelo que proporcionou um espaço urbano com mais qualidade. Por outro lado, inevitavelmente muitos moradores reclamaram que deveria ser uma estrutura mais alta.

A ligação de água domiciliária foi avaliada positivamente pelos atores envolvidos no processo, pelo que foi aliviado o sofrimento de procura de água nos chafarizes do bairro e fora do bairro.

No tocante a atuação da referida ONG no referido bairro denota-se que há uma fraca divulgação das suas atividades, pelo que alguns entrevistados disseram não ter conhecimento se as pessoas foram informadas antes da realização das atividades. Pelo contrário queixam-se que há fraca participação dos moradores nas atividades do bairro, pois só quando as pessoas estão devidamente informadas, poderiam praticar o exercício de cidadania.

De um modo geral apesar de a Citi Habitat com os seus parceiros ter-se debruçado na política de atribuição de moradias às pessoas de baixa renda, ainda constatei um número significativo de pessoas que sequer tem acesso à habitação por vários fatores, dentre eles, pelas leis excludentes do mercado imobiliário. Daí que exploro algumas pistas para reflexão no sentido de garantir o direito de acesso à moradia.

Uma questão importante que deve ser discutida refere-se à necessidade de estabelecer parâmetros para a política de regulação fundiária, o que resultaria em melhorias de condições no acesso a terra e aos serviços básicos de infraestruturas. Os mecanismos de regulação deveriam levar em conta as formas de habitações já criadas. As diferenças que existem entre os bairros não impedem que se elaborem mecanismos regulatórios adequados e democráticos.

A necessidade de habitar obriga os moradores a ocupar áreas que de princípio não foram destinados ao parcelamento com fins para a habitação.

É necessário de ponto de vista de políticas públicas distinguir territórios, terrenos, atividades e condições de vida das pessoas que habitam esses lugares. Assim, a aplicação de tarifas sociais pode ser cobrada de acordo com os níveis socioeconómicas

das pessoas que é claro reflete no tipo de habitação. Portanto, nos bairros onde habitam pessoas de baixa renda, as tarifas sociais podem ser mais baixas e isso pode reduzir a construções informais e ajudar as pessoas a legalizar as construções já feitas sem licença. Ainda que no tocante à regularização do mercado habitacional, as complexas e morosas formalidades jurídico-administrativas aliadas à falta de condições de trabalho, renda fixa, à não disponibilização de terrenos e ao pagamento de elevadas tarifas para a legalização das moradias já construídas são os principais fatores que influenciam as pessoas a procurarem habitação no mercado informal.

Além disso, sugiro que é necessário fazer avançar com políticas de urbanização dos bairros, superando os erros cometidos e potencializando seus resultados. A universalização do direito à cidadania, assegurando a todos o acesso a moradia, aos transportes, lazer, saúde, e educação, serão elementos indispensáveis para potenciar e incentivar parceiros na construção de uma cidade mais justa, mais solidária e provavelmente com índices menores de violência, cujos bairros periféricos são tão vítimas quanto responsabilizados. Portanto é necessário encerrar esses problemas sem complexo, e tentar incluir os pobres que vivem espacialmente segregados e excluídos de direito da cidadania para viver na cidade.

Finalmente, quanto à designação de “clandestinos” por parte dos poderes públicos, do ponto de vista ético e social é uma expressão com sentido pejorativo uma vez que criminaliza os pobres que tem o seu direito constitucionalmente salvaguardado de ter uma habitação condigna e viver num espaço urbano com todas as condições de habitabilidade. Ainda é uma expressão que coloca os pobres numa situação de marginalização e de desvantagens em relação aos grupos sociais que vivem na cidade formal com todas as condições de habitabilidade.

De uma forma geral entende-se que a luta pela moradia digna e pelo direito de viver na cidade da Praia, por parte das mulheres do bairro de Ponta d'Água é reveladora da busca da efetivação de justiça social e por uma cidade melhor e mais justa para todos.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Germano. Viagem pela História das Ilhas. Cabo Verde, Ilhéu, 2003

AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens, Junto de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1964, p. 328.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. Educação e Desenvolvimento: Fundamentos e conceitos. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2008.

BALENO, Ilídio – Povoamento e Formação da Sociedade. In: História Geral de Cabo Verde. Vol, I. Luis de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Coord., Lisboa / Praia, IICT/DGPC 2001.

BUTLER, Judith P. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA (CMP). Esquema Estrutural do PDM: Equipamentos, Infra-estruturas e Serviços. Praia, Gabinete do Plano Diretor Municipal, 1998.

CAMÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA (CMP). Plano Diretor Municipal da Praia. (proposta) Praia, Gabinete do Plano Diretor Municipal, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA (CMP). Plano Diretor Municipal: Relatório, Caracterização e Diagnóstico. Cidade da Praia, Câmara Municipal da Praia, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim. Introdução ao Direito do Ambiente. Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

CARDOSO, Adauto Lucio e VALLE, Cleber Lago do. Habitação e Governança Urbana: Avaliação da Experiência em Dez Cidades Brasileiras. Cadernos Metrópole, n. 4. São Paulo, EDUC, 2000.

CARMO, Hermano. Desenvolvimento Comunitário. Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

CARREIRA, António. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878). 3ª Edição, Instituto de Promoção Cultural, 2000.

CARVALHO, Carla. Fornalha, Campo e Casa: Espaços em Transformação. O caso de Ribeira de Principal. in: SILVA, S. Baptista; LUCAS, M. Elisabeth (orgs.). Ensaios Etnográficos na Ilha de Santiago de Cabo Verde, Praia, UNICV e UFRGS, 2009.

CITI HABITAT. Perfil: Uma Organização de Rosto Solitária. Cidade da Praia, Citi Habitat, 2011

CORREIA e SILVA António. Dinâmicas de Recomposição de Espaços e Sociedade, In: História Geral de Cabo Verde, Vol. III, Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto Nacional de Investigação. Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, Lisboa – Praia, 2002.

DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

ÉVORA, J. Silva. A Praia de 1850 a 1860: O Porto, o Comércio e a Cidade. Praia, IAHN, 2009.

FREIRE, Paulo. Educação Política e Conscientização. Lisboa, Sá da Costa, 1977.

FURTADO, Cláudio. A transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança: Santiago, Cabo verde; Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993.

FURTADO, Emanuel António. A Expansão da Cidade da Praia na Década de (1990 – 2000): Crescimento Espontâneo e a Pobreza Urbana. Monografia. Faculdade de Arquitetura, Praia, Universidade Jean Piaget, 2008.

FURTADO, Emanuel António. O Papel do Espaço Público na Estruturação do Tecido Urbano: O Caso de Tira Chapéu – Cidade da Praia. Monografia. Faculdade de Arquitetura. Praia, Universidade Jean Piaget, 2008.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.

GEERTZ, Clifford. “Uma Descrição Densa”. Por uma Teoria Interpretativa da Cultura”. In: “A Interpretação da Cultura”. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. Sociologia (6ª ed.). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GOMES, Lourenço. Urbe, Memória e Crítica da Arte. Centro Histórico da Praia – Extremo-Sul, Praia, UNICV, 2010.

GONÇALVES, António de Jesus. Construção Espontânea na Cidade da Praia: O caso de Safende. Monografia. Praia, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2007.

GONÇALVES, António de Jesus. Revitalização Urbana dos Bairros Degradados: Uma Proposta para o Bairro de Safende. Monografia. Praia, Universidade Jean Piaget, 2010.

GONÇALVES, C. António. Trajectórias do Pensamento Antropológico. Lisboa, Universidade Aberta, 2002

GRAFMEYER, Yves. Sociologia Urbana. Portugal, Publicação - Europa América Lda, 1994.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva et al. Rio de Janeiro: DP & AED, 1997.

HITA, Maria Gabriela e GLEDHILL, John E. Antropologia na Análise de Situações Periféricas. Cadernos Metrópole. São Paulo, PUC-SP, v. 12, p. 189-209, 2010.

HORTA, Ana Paula. Sociologia urbana. Lisboa, Universidade Aberta, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE). Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar de 2006 e 2007 (QUIBB-CV 2006 e 2007). Praia, Instituto Nacional de Estatística, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE). Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH). Praia, Instituto Nacional de Estatística, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE). Relatório - Inquérito do Setor Informal, INE 2009. Praia, Cabo Verde: Mimeo, 2010.

KLIGERMAN, D. e COHEN, S. et al. A Experiência do Programa Universidade Aberta e suas Contribuições para a Transformação Social. Ciências e Saúde Coletiva. vol. 10, suppl. 0 Rio de Janeiro Setembro/ Dezembro, 2005.

LEANDRO, M. Engração. Sociologia da família nas Sociedades Contemporânea. Lisboa, Universidade Aberta, 2001.

LOBO, Manual da Costa. Planeamento Regional e Urbano. Lisboa, Universidade Aberta, 1999

LOPES, Carlos Alberto. A Cidade da Praia: Evolução Histórica e Social – Monografia Instituto Superior de Educação. Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1993.

LOPES, F. A. Reabilitação Urbana em Lisboa. In: ZANCHETI, S. et al. Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas. Recife: UFPE/MDU, 1995.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNANI, J.G.C. Quando o campo é a cidade fazendo antropologia na metrópole, *In*: MAGNANI, J.G.C. e TORRES, Lilian de Lucca (orgs). Na Metrópole. Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996

MARICATO, E. Posfácio. *In*: DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

MARICATO, E. T. M. Habitação e Urbanismo: Reabilitação do Centro. *Revista Construção*, São Paulo, v.2336, p.23-26, nov. 1992.

MARQUES, Oliveira. *História de Portugal, Vol. II, Do Renascimento à Revoluções Liberais*, 13ª edição. Ed. Presença, Lisboa, 1998.

MARTINS, J. Paul. Releitura do Desenvolvimento e dos Direitos: Lições da África. *Sur Revista Internacional dos Direitos Humanos*. Ano 3, nº 4. 2006.

MATOS, Fátima Loureiro de - A Habitação no Grande Porto: uma Perspectiva Geográfica da Evolução do Mercado e da Qualidade Habitacional desde Finais do séc. XIX até o Final do Milénio. Tese, Doutorado: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2001.

MEDEIRO, Marcelo e COSTA, Joana. Centro Internacional da Pobreza. Brasília, Edições da Revista Poverty, 2008.

MEDINA DO NASCIMENTO, J.; LOPES, A. e PIRES, Z. O Município da Praia: Governança e Desenvolvimento Urbano Sustentável. *Revista Brasileira de Geografia Física*, nº 06 (2012) 1358-1373, 2011.

MINISTÉRIO DE AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO (MAHOT) e ONU-HABITAT. Estudo Sobre a Relação da Organização do Espaço Urbano e a Violência Urbana em Cabo Verde, Método de Avaliação Rápida. RSA, 2011.

MINISTÉRIO DE FINANÇAS E PLANEAMENTO DE CABO VERDE. Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza. Cidade da Praia, Revista, 2004.

MONTEIRO, Cesar. Uma Cidade Porto em Construção: A Questão Urbana na Perspectiva de Desenvolvimento Integrada. In: FONSECA, Jorge Carlos (org.). Direito e Cidadania, Praia, eDC, 2004.

MORAIS, Manuela Lopes. Planeamento Territorial nas Periferias Urbanas: Estudo do Caso da Cidade do Mindelo, São Vicente, Dissertação de Mestrado. Porto, Faculdade de Economia, 2003.

NABOZNY, Almir. A Participação Política e Gênero na Produção dos Espaços de Pobreza em Ponta Grossa - PR. Relatório Final de Iniciação Científica. UEPG, 2005.

OLIVEIRA, M. Nascimento e CASSAB, L. Antônia. O Serviço Social na Habitação: O Trabalho Social como Instrumento de Acesso das Mulheres à Moradia - Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. São Paulo, Universidade Estadual de Londrina, 2010.

OLIVEN, Ruben George. A Antropologia dos Grupos Urbanos. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

OLIVEN, Ruben George. Urbanização e Mudança Social no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UN/HABITAT) – Perfil Urbano da Cidade da Praia. República de Cabo Verde, Praia, PNUAH, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conferência Habitat II. Istambul, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Direitos Humanos: Direitos Humanos a uma Habitação Condigna, ONU, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÓMICAS APLICADAS (UN-HABITAT/IPEA). Estado das Cidades do Mundo

2010/2011 - Unindo o Urbano Dividido. Resumo e Principais Constatações. Brasil, UN-Habitat/IPEA, 2011

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). RELATÓRIO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS. Factos e Dados: O Manejo dos Recursos Hídricos em Condições de Incerteza e Riscos. Programa Mundial de Avaliação de Água das Nações Unidas, Brasília, UNESCO, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS (UN-HABITAT). The Challenge of Slums. Global Report in: Human Settlement. Earth Scan Publications, London and Sterling, 2003.

ORNAT, Marcio Jose. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. Terr@ Plural, v. 2, n. 2, p. 309-322, 2008.

PEREIRA, Daniel. A Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII, 2ª edição, Praia, Alfa Comunicações, 2004.

PERROT. Michelle. Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Tena. 1992.

PERUZZO, CMK. Comunicação nos Movimentos Populares. Petrópolis, Vozes, 1998.

PÓLVORA, Jacqueline Britto. Cidades Informais: O Caso da Cidade da Praia. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 49, N. 1, p. 97-103, 2013.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van – Manual de Metodologias em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva, 2005.

RAMOS, António Manuel. Conflitos de Identidade em Cabo Verde: Análise dos Casos de Santiago e São Vicente. Dissertação de Mestrado Porto, Universidade do Porto, 2009.

RAMOS, B. e MASSART, G. et al. O Êxodo Rural e a Complexificação do Espaço Urbano: O Caso da Praia: C. I. S, 1990.

RANDOLPH, Rainer; LIMONAD, Ester. Cidade e Lugar, sua Representação e Apropriação Ideológica. In: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. A3 nº 5, São Paulo, ANPUR, 2002.

RAVENSTEIN, E.G. A Lei da Migração. In: Jornal de Estatística da Sociedade, Vol. 48, 1985.

SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira e NEIVA, Luciano Santos. Mulheres da Periferia: Feminismo e Transgressão em Guerreira de Alessandro Buzo. *IPOTESI, JUIZ DE FORA*, v.15, n.2 - Especial, p. 81-92, jul./dez. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth B. O Poder do Macho. 9 ed. São Paulo: Moderna, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil na Análise Histórica. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, Julho a Dezembro, 1990,

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Cia. Das letras, 2010.

SILVA, Jailson de Souza. Observatório da Favela de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, BNDS, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e Sexualidade na Análise do Espaço Urbano. Geosul, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

TAVARES, Francisco Gomes. A Influência das Construções Clandestinas no Processo de Urbanização da Cidade da Praia: O Caso de Ponta d'Água. Monografia. Praia, Instituto Superior de Educação, 2006.

TAVARES, B. Mercados Informais e Sociabilidades Urbana na Periferia de Brasília: O caso de Ceilândia – DF. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 23-32, janeiro/junho, 2009.

TEIXEIRA, Sebastião. Gestão das Organizações: Lisboa, McGraw-Hill, 2005.

VELHO, Gilberto. O Antropólogo Pesquisando em sua Cidade: Sobre Conhecimento e Heresia. In: VELHO, Gilberto (coord.) O Desafio da Cidade: Nova Perspectiva da Antropologia Brasileira, Rio de Janeiro, Campus Ltda. 1980.

VIANA, Masilene Rocha. O Gênero da Luta pelo Direito à Casa e a Cidade. Averso do Averso-Revista de Educação e Cultura, Araçatuba: Unigraf, v. 3, n. 3, p. 77-97, Junho. 2005.

VIEIRA, H. de Santa Rita. Urbanização da Vila de Praia e da Cidade da Praia. In: Revista Construção nº4 Dezembro, 2000.

WORLD BANK. Cape Verde: Country Brief. Disponível em <http://go.worldbank.org/96LOVZBGZ>. Acesso em 04 de Abril de 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2003.